



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE E  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

ALBERTO ABADIA DOS SANTOS NETO

**DETERMINANTES HISTÓRICOS DO MERCADO CAFEEIRO PARA A  
FORMAÇÃO INSTITUCIONAL BRASILEIRA**

BRASÍLIA

2024

ALBERTO ABADIA DOS SANTOS NETO

DETERMINANTES HISTÓRICOS DO MERCADO CAFEEIRO PARA A FORMAÇÃO  
INSTITUCIONAL BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira

BRASÍLIA

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE E  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

DETERMINANTES HISTÓRICOS DO MERCADO CAFEEIRO PARA A FORMAÇÃO  
INSTITUCIONAL BRASILEIRA

ALBERTO ABADIA DOS SANTOS NETO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira**

Presidente  
PPGDSCI - UnB

**Profa. Dra. Doriana Daroit**

Examinadora interna  
PPGDSCI - UnB

**Profa. Dra. Sued Wilma Caldas**

Examinadora Externa  
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

**Prof. Dr. Paulo Vinícius Menezes de Medeiros**

Examinador Externo  
Serviço Social do Transporte - SEST

**Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa**

Examinador interno (suplente)  
PPGDSCI - UnB

## FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS NETO, Alberto Abadia

Determinantes históricos do mercado cafeeiro para a formação institucional brasileira/  
ALBERTO ABADIA DOS SANTOS NETO; orientador Luiz Guilherme de Oliveira. --  
Brasília, 2024.

128 p.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) –  
Universidade de Brasília, 2024.

1. Mercado Cafeeiro, 2. Subdesenvolvimento, 3. Brasil, 4. Padrão Institucional brasileiro,  
5. Variedades de Capitalismo. I. de Oliveira, Luiz Guilherme, orient. II. Título.

Para Cíntia Oliveira  
Aos meus (filhos, mãe, pai, irmãos e sobrinhos)

## AGRADECIMENTOS

Eu sempre acreditei que seria capaz de mudar o mundo. Ainda que as condições sejam adversas, mantenho-me otimista e paciente. E o mais importante de tudo, os rumos da vida me ajudaram a compreender que eu vivo num mundo muito melhor, que foi transformado pelos meus.

Pelos meus avós (Alberto e Rosária / Joaquim e Edith), que superaram todas as dificuldades que os colocaram em prova de sobrevivência, sem acesso a oportunidades, assumiram que o trabalho no meio rural e a produção de alimentos era o caminho para a geração de privilégios aos seus filhos, netos e bisnetos (e segue...). Eu me sinto privilegiado por carregar o nome do avô que não conheci e por conviver até hoje com os outros três, sem eles eu não teria o afinho e dedicação necessários para continuar acreditando que posso mudar o mundo.

Os meus pais, Santinon e Neire, são o reflexo de uma criação rígida e ao mesmo tempo feliz, ambos são os filhos mais velhos. Precisaram trabalhar desde cedo, ajudar nos cuidados dos irmãos mais novos, sem margem para deixar as responsabilidades de lado. Nunca faltou nada em casa, apesar de hoje em dia eu entender o quanto era difícil para eles, manter a casa e seus quatro filhos. Além de não faltar bem-estar, não faltou amor e muita fé. Sem esses ingredientes eu não teria nada, nem mesmo o direito de sonhar.

Minha criação conta com a oportunidade de ter tido uma infância feliz com meus irmãos mais velhos (Sant-Clair, Sílvio e Suellen) e muitos primos(as)/irmãos e tios/tias. Eles são muito importantes em minha vida, todos me ajudam e formaram meu caráter, interesses, questionamentos e objetivos. A vida adulta trouxe tristezas (Marcelo - *in memoriam*) e felicidades que me parecem insuperáveis. E agora tenho muitos sobrinhos e afilhado (Bê) para continuar firme. A todas essas experiências eu agradeço.

Sou muito feliz pela minha família. Cíntia Oliveira, a guerreira que sempre me coloca para cima. Obrigado por ser paciente (às vezes nem tanto), vai dar tudo certo sim, a gente vai chegar aonde quisermos! Obrigado aos meus filhos Carlos Eduardo e João Marcelo, vocês são a minha inspiração e salvação diárias. A frase que a gente mais esperou chegou, JM: “o papai chatão terminou a tese!”. Ah! Não posso me esquecer da sogra parceira e que nos ajuda em tudo, muito obrigado, dona Maria.

Eu não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira, que com generosidade, paciência e muita sabedoria sempre atuou como um verdadeiro facilitador e apresentou caminhos adequados às pesquisas. Seu pragmatismo e relevância acadêmica,

fizeram de cada conversa/orientação momentos de grande relevância para a minha formação. Nessa linha também tive o contato com pesquisadores comprometidos e criativos e que me deram excelentes contribuições no momento da qualificação, Prof.<sup>a</sup> Doriana, Sued e Vinícius, muito obrigado.

Eu tenho que agradecer a todas as oportunidades que tive e tenho com os projetos e pesquisas com e colegas da Faculdade UnB Planaltina (este que é o campus mais legal da Universidade), onde fiz a graduação e o mestrado.

No Campus Darcy Ribeiro também preciso agradecer muito as pessoas vinculadas aos locais que me acolheram muito bem nos últimos quatro anos. O Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) e o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG).

Quero agradecer a minha prima e revisora, Camila Oliveira, que me salvou nessa reta final e esteve junto comigo para que eu não me deixasse abater pela correria do trabalho e dos estudos. Não posso deixar de agradecer também a equipe multidisciplinar da Faculdade CNA, me sinto honrado por coordenar pessoas que me animam diariamente, por serem tão comprometidas com uma educação de ensino superior séria e comprometida.

Enfim, a todas as pessoas e oportunidade que cruzei até aqui, o meu muito obrigado e quero continuar a busca por ser uma pessoas melhor e espero ser útil e retribuir a sociedade todas as oportunidades que a educação brasileira pública de qualidade me proporcionou até aqui.

“... os meus fracassos são minhas vitórias.  
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

*Darcy Ribeiro*

## RESUMO

A tese deste trabalho reside na escolha de dar luz a estudiosos latino-americanos, principalmente os brasileiros, que se dedicaram a analisar e apresentar ensaios teóricos que contribuem para interpretar os modelos, características e padrões das decisões institucionais do Brasil. Com base nisso, e a partir de uma pesquisa sistematizada, qualitativa e de abordagem histórico-institucional, foi possível evidenciar a importância do estudo da trajetória histórica de formação das instituições de nações fora dos centros de poder econômico. Países subdesenvolvidos contam com suas próprias referências, imposições e escolhas. Isso merece ser devidamente interpretado e analisado. No caso do Brasil, o seu processo de formação está intimamente ligado à trajetória de países ibéricos (especialmente Portugal), com base na exploração de recursos: terra e trabalho. Sendo assim, o objetivo da tese foi o de compreender como a história política e econômica, em torno do mercado do café, até a primeira metade do século XX, contribuiu para a formação do padrão institucional brasileiro. O grão de café produzido com vistas à exportação foi um produto considerado símbolo de um dos ciclos econômicos mais importantes do país. Os resultados da pesquisa apontaram para a importância dos estudos sobre o estruturalismo latino-americano associado à uma matriz teórica que discute sobre as variedades de capitalismo (*VoC*). Sendo assim, diante das influências de um capitalismo e institucionalismo de origem ibérica, o Brasil desenvolveu um padrão institucional baseado no estamento burocrático, com padrão econômico de mercado delineado pelo mercado cafeeiro, mercado este que se tornou altamente dependente das agroexportações. Além disso, o Estado-Inovador passou a ser o espaço de decisões políticas e sociais para manter esse padrão, que também sofre influências do paternalismo estrutural, formalizado em normas, leis e crenças mobilizadas pelo fundamentalismo religioso. Todo esse contexto possibilitou compreender que as escolhas das instituições nacionais, ao longo da história, foram determinantes para reforçar e manter um padrão institucional que ajuda a manter uma variedade de capitalismo do tipo ibérico no Brasil até a atualidade.

**Palavras-chave:** Mercado Cafeeiro, Subdesenvolvimento, Brasil, Padrão Institucional brasileiro, Variedades de Capitalismo.

## ABSTRACT

The thesis of this work is based on the choice to highlight Latin American scholars, mainly Brazilians, who have dedicated themselves to analyzing and presenting theoretical essays that contribute to the interpretation of the models, characteristics and patterns of institutional decisions in Brazil. Based on this, and based on systematic, qualitative and historical-institutional research approach, it was possible to demonstrate the importance of studying the historical trajectory of the formation of institutions in nations outside the centers of economic power. Underdeveloped countries have their own references, impositions and choices. This deserves to be properly interpreted and analyzed. In the case of Brazil, its formation process is closely linked to the trajectory of Iberian countries (especially Portugal), based on the exploitation of resources: land and labor. Therefore, the objective of this thesis was to understand how the political and economic history surrounding the coffee market, until the first half of the 20th century, contributed to the formation of the Brazilian institutional pattern. Coffee beans produced for export were a product considered a symbol of one of the country's most important economic cycles. The results of the research pointed to the importance of studies on Latin American structuralism associated with a theoretical framework that discusses the varieties of capitalism (VoC). Therefore, under the influences of Iberian-origin capitalism and institutionalism, Brazil developed an institutional pattern based on the bureaucratic estate, with an economic market pattern outlined by the coffee market, which became highly dependent on agro-exports. In addition, the Innovative State became the space for political and social decisions to maintain this pattern, which is also influenced by structural paternalism, formalized in norms, laws and beliefs mobilized by religious fundamentalism. The country's historical trajectory was decisive in establishing and enabling the emergence of a mixed economy with a coordinated Brazilian market.

**Keywords:** Coffee Market, Underdevelopment, Brazil, Brazilian Institutional Pattern, Varieties of Capitalism.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Receitas com as exportações do café (milhões de libras esterlinas) 1857-1869.....	52
Gráfico 2: Receitas com as exportações do café (milhões de libras esterlinas) 1869-1885.....	54
Gráfico 3: Receitas com as exportações do café (milhões de libras esterlinas) 1886-1906.....	56
Gráfico 4: Participação do Café nas exportações brasileira por década (1851 a 1950) .....	73
Gráfico 5: Histórico de Saldos da Balança Comercial brasileira. Média por década (1851 a 1940) - Contos de Réis .....	75
Gráfico 6: Exportações anuais brasileiras de café, em bilhões de dólares correntes, entre 2014 e 2024 .....	94
Gráfico 7: Recursos Financeiros liberados para linhas de crédito ao setor cafeeiro por meio do Funcafé .....	97
Gráfico 8: Perfil dos tipos de produtos nas exportações brasileiras de 1808 a 2018 .....	100
Gráfico 9: Exportações do agronegócio brasileiro, em bilhões de dólares correntes, entre 2014 e 2024 .....	103
Gráfico 10: Exportações anuais brasileiras de soja, em bilhões de dólares correntes, entre 2014 e 2024 .....	103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização do Ciclo Produtivo e Econômico do Café no Brasil de 1857 a 1868 .....	51
Quadro 2: Caracterização do Ciclo Produtivo e Econômico do Café no Brasil de 1869 a 1885 .....	53
Quadro 3: Caracterização do Ciclo Produtivo e Econômico do Café no Brasil de 1886-1906	55
Quadro 4: Indústrias de Café Solúvel com atuação no Brasil .....	95
Quadro 5: Mercado cafeeiro de 1850 a 1950 e seus reflexos para a atualidade do mercado agropecuário e das relações sociais no Brasil.....	99

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABICS</b>	Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BC</b>	Banco Central
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional
<b>CNA</b>	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
<b>CNC</b>	Conselho Nacional do Café
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>DNC</b>	Departamento Nacional do Café
<b>DPF</b>	Dívida Pública Federal
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAEB</b>	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
<b>FCO</b>	Fundo de Amparo ao Centro-Oeste
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>Funcafé</b>	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
<b>GPIInH</b>	Grupo de Pesquisa sobre Institucionalismo Histórico
<b>IBC</b>	Instituto Brasileiro do Café
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDIC</b>	Ministério da Indústria e Comércio Exterior
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>PGPM</b>	Política de Garantia de Preços Mínimos
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>VoC</b>	Variedades de Capitalismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - FORMAÇÃO ECONÔMICA E INSTITUCIONAL DO BRASIL E A DEFINIÇÃO DE UMA MATRIZ TEÓRICA PARA A SUA INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
1.1 O OLHAR DE PENSADORES BRASILEIROS SOBRE AS RAÍZES DA FORMAÇÃO DO BRASIL .....	22
1.2 DEFINIÇÃO DE UMA MATRIZ DE ANÁLISE TEÓRICA CAPAZ DE INTERPRETAR A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO INSTITUCIONALISMO BRASILEIRO.....	27
1.2.1 Notas sobre o pensamento econômico ortodoxo .....	27
1.2.4 Variedades de Capitalismo: uma abordagem teórica contemporânea capaz de auxiliar na interpretação do institucionalismo histórico do Brasil .....	32
1.2.5 Estruturalismo latino-americano e as especificidades do modelo de mercado centrado no Estado .....	38
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO I .....	42
<b>CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DO MERCADO DO CAFÉ NO BRASIL NA VISÃO DOS INTÉRPRETES BRASILEIROS.....</b>	<b>44</b>
2.1 RESGATE SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DO MERCADO CAFEEIRO NO BRASIL.....	44
2.2 A VISÃO DOS PENSADORES BRASILEIROS SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MERCADO DO CAFÉ NO BRASIL .....	58
2.2.1 Sérgio Buarque de Holanda.....	58
2.2.2 Caio Prado Júnior .....	60
2.2.3 Raymundo Faoro .....	62
2.2.4 Celso Furtado.....	66
2.3 ANÁLISE DO INSTITUCIONALISMO BRASILEIRO FORMADO A PARTIR DA ECONOMIA CAFEEIRA: ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E DECLÍNIO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX .....	70
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO II.....	76
<b>CAPÍTULO III – HERANÇAS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRA PARA A DINÂMICA ATUAL DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS .....</b>	<b>80</b>
3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COMPORTAMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	80

3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DOS (NEO)ESTRUTURALISTAS LATINO-AMERICANOS PARA ENTENDER E SUGERIR CAMINHOS PARA O COMPORTAMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO .....	85
3.3 O CENÁRIO ATUAL DO MERCADO CAFEEIRO.....	92
3.4 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E REFLEXOS DA HISTÓRIA DA ECONOMIA CAFEEIRA PARA O BRASIL.....	99
3.5 INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO CONTEXTO INTERNACIONAL .	108
CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO III.....	112
<b>CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
4.1 AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES .....	114
4.2 SOBRE LIMITAÇÕES E CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS PARA ESTUDOS FUTUROS.....	118
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

### *Problematização, Justificativas e Premissas*

Para melhor compreender o tema da pesquisa, é necessário apresentar e contextualizar pressupostos básicos sobre a lógica histórica dos modelos de desenvolvimento econômico adotados em diferentes momentos e em diferentes regiões do globo, especialmente na América Latina e no Brasil.

O Brasil vive e sempre viveu momentos de significativos retrocessos e dificuldades para avançar com agendas políticas, sociais e econômicas capazes de melhorar a qualidade de vida e bem-estar social da sua população. Logo, estudar a história das instituições do nosso país pode ajudar na melhor interpretação de fenômenos complexos da realidade atual.

Notadamente, a base de sustentação econômica do Brasil no século XXI ainda é a produção, exploração e exportação de matérias-primas agrícolas. Por isso, este trabalho dedica especial atenção, durante o processo de investigação, ao recorte histórico de períodos específicos do final do século XIX e primeira metade do século XX, para interpretar e responder qual foi o papel do mercado do Café para a consolidação das características institucionais e organizacionais vistas até hoje, sobretudo em termos das escolhas produtivas que atendem aos interesses mercantis estabelecidos entre as nações.

A problemática central do trabalho gira em torno de uma discussão que busca compreender se, mesmo diante das estratégias focadas no avanço do capitalismo anglo-saxão a nível global, o Brasil manteve (e ainda mantém) características de mercado muito próprias e específicas, a ponto de possuir institucionalidades locais com capacidade de manutenção de uma variedade de capitalismo que resiste ao tipo de capitalismo dos países industrializados.

Essa discussão é importante, pois é essencial conhecer a trajetória histórica das instituições nacionais desde a colonização do país até aqui. Como objeto dessas interpretações, podemos colocar o mercado cafeeiro como um marco importante. Este mercado consolidou-se a partir do final do século XIX e primeira metade do século XX.

Este fator possibilitou fixar a primeira premissa do estudo, de que foi o mercado cafeeiro o grande protagonista que determinou a formação de um padrão institucional nacional que prevalece até hoje no Brasil.

Após o ciclo da cana-de-açúcar, foi o mercado do café que tomou espaço na agenda política dos interesses econômicos do Brasil. Os barões do café passaram a ditar regras e tomaram significativo poder, formando coalizões capazes de instituir esse poder inclusive sobre o Estado, com evidentes políticas e programas de governos que incentivaram

significativamente tal sistema produtivo. Afinal, o produto “grão de café” passou a ser considerado o novo ouro do país, já que foi amplamente exportado e gerou um novo patamar de riquezas obtidas a partir das terras brasileiras.

Esse contexto possibilitou a criação de poderes para além dos interesses da coroa portuguesa, e o Brasil iniciou, a partir dos resultados econômicos do mercado cafeeiro, a sua trajetória de efetiva transição rumo à independência, com a criação de uma estrutura própria de relações entre organizações de mercado em âmbito nacional e internacional.

As explorações iniciadas pelos colonizadores sempre atenderam aos interesses do mercado europeu. Foi assim com a exploração do ouro, do pau-brasil e também com o advento da produção e processamento da cana-de-açúcar. O ciclo econômico do café passou a ser a principal aposta institucional de mercado do Brasil na Primeira República (1889-1930).

Para resgatar e conhecer as raízes históricas deste contexto, é preciso evidenciar os estudos de autores como Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Ignácio Rangel, Celso Furtado, dentre outros pesquisadores da atualidade, que exploraram análises primordiais para dialogar sobre a formação do Estado brasileiro, que tanto foi influenciado por países da península ibérica. Notadamente, são autores que auxiliaram a interpretar o Brasil e criaram um espectro de análises capazes de colaborar com a construção de teorias em torno da ideia do estruturalismo latino-americano.

Para além da importância das discussões aqui propostas, esta pesquisa busca gerar contribuições que possam reforçar a centralidade do Estado no Brasil. Aliás, essa é a segunda premissa fundamental a ser destacada. O mercado cafeeiro só foi protagonista da formação do padrão institucional do país pois o Estado, centrado em seus interesses, assim permitiu, investiu e incentivou.

Duas escolhas teóricas guiam as discussões da tese; a primeira versa sobre a importância do institucionalismo histórico para a compreensão da realidade e trajetória da formação das nações. Somente uma abordagem teórica que privilegia analisar, em perspectiva histórica, as regras políticas, econômicas e culturais que se conformaram em uma determinada nação, é capaz de apresentar respostas significativamente adequadas às suas especificidades socioeconômicas. Evidentemente, as visões marxistas e, principalmente, as weberianas pavimentaram essas discussões e ajudaram na construção de teorias institucionalistas com críticas contundentes às teorias econômicas clássicas.

A segunda escolha diz respeito à latente necessidade de ampliarmos o escopo das análises sobre desenvolvimento a partir de um olhar que permita entrelaçar diversas dimensões, e para isso, é necessário reconhecer teorias emergentes que têm muito a contribuir

na fundamentação de discussões de trabalhos como este. Sendo assim, ocupam este lugar o estruturalismo latino-americano e a teoria sobre variedades de capitalismo.

Diante do exposto, foram delimitados os seguintes objetivos:

**Objetivo geral:**

- Compreender, a partir do institucionalismo histórico, como o mercado cafeeiro no Brasil, especialmente no período de 1850 a 1950, pode ter sido capaz de determinar um padrão institucional resistente e genuinamente brasileiro.

**Objetivos específicos:**

- Reforçar a importância dos estudos e ensaios teóricos de pensadores brasileiros para a compreensão das características do mercado cafeeiro que contribuíram para a formação e consolidação do padrão institucional do país;
- Investigar o papel do Estado, no contexto brasileiro, para a formação do arcabouço institucional do mercado cafeeiro, e os seus impactos na criação do perfil agroexportador do país;
- Identificar quais regras do padrão institucional brasileiro, estabelecidas no contexto do mercado do café do século XX, ainda geram impactos para a realidade das instituições brasileiras da atualidade.

Para alcançar tais objetivos, a **metodologia** utilizada nesta pesquisa foi pautada na revisão bibliográfica de obras de caráter teórico e sob a ótica historiográfica. Num segundo momento, com base nos delineamentos de marcos teóricos e no contexto histórico/objeto de análise a ser aplicado, foi realizada a análise crítica da “linha do tempo” de construção do mercado do café entre o final do século XIX e primeira metade do século XX.

Após tantas perdas, concessões e escolhas sobre o modelo desenvolvimento aplicado ao contexto brasileiro, por muitas vezes baseado por uma lógica de interesse puramente eurocêntrica, espera-se destacar neste estudo as discussões sobre as características marcantes do processo de colonização em nosso país, mediante os determinantes do capitalismo ibérico.

Existem diversos desafios metodológicos para isso. Como bem pontuou Connell (2012, p. 15), “as circunstâncias materiais de pesquisa podem, portanto, criar uma dependência de pacotes teóricos e metodológicos já prontos oriundos da metrópole”.

Para Connell (2012), as iniciativas de pesquisa com foco nas especificidades dos países periféricos têm ganhado mais espaço. A autora destacou que estes campos de pesquisa em ciências sociais ainda precisam conquistar muitos espaços, e destaca que é fundamental romper com a lógica do que ela chama de “imaginação neoliberal”.

O estudo para a presente tese buscou romper com a predominância de conceitos econômicos clássicos e suas aplicações para explicar os fatos. As interpretações do trabalho só foram possíveis a partir de uma leitura interdisciplinar e focada em autores que viveram a realidade brasileira, sem um olhar viciado de manuais de áreas de conhecimentos específicos; tais áreas que, por vezes, são tratadas como antagônicas.

De acordo com Mendes (1995), entre as ciências às quais a história econômica têm utilizado, destacam-se a demografia, a geografia, a economia, a sociologia, a antropologia e a estatística. Trata-se de abordagens cada vez mais interdisciplinares e conscientes das potencialidades e limitações de cada foco e perspectiva de estudo.

Do ponto de vista qualitativo, o desenho da pesquisa envolveu uma revisão sistematizada da literatura, onde seguiu, de forma adaptada, as etapas definidas como essenciais por Bento (2012): 1º) identificação de palavras-chave ou descritores; 2º) revisão de fontes secundárias (trabalhos interpretados por diversos autores); 3º) revisão dos trabalhos originais dos autores clássicos sobre o tema e; 4º) novas revisões e leituras críticas sobre os dados obtidos e integração dos resultados.

Cabe destacar alguns conceitos fundamentais e determinantes para entender os resultados e discussões da presente tese:

- **Abordagem do Institucionalismo histórico:** foco de análise da trajetória histórica de um objeto, que neste caso é o mercado cafeeiro, para identificar a transformação estrutural de longo prazo, o que evidencia os processos e fatos históricos que definiram a construção das instituições, do Estado, o seu jogo político e suas políticas públicas, por exemplo. Conforme apontado por Hodgson (1998), essa abordagem contribui para a compreensão da natureza evolutiva dos processos econômicos de determinada nação, levando em consideração as suas especificidades. Neste caso, o institucionalismo histórico brasileiro foi analisado pela ótica de variedades de capitalismo associado ao estruturalismo latino-americano.

- **Instituições:** As instituições podem ser entendidas como espaços formais ou informais, onde são tomadas decisões com base em um conjunto de normas, valores e hábitos historicamente repetidos (Veblen, 1898). Isto, somado ao fato de que as instituições são sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam interações sociais entre as pessoas e as empresas/organizações. Neste contexto, são geradas regras que ditam um perfil comportamental comum e aceito pela sociedade (Hodgson, 1998).
- **Desenvolvimento econômico:** Mudanças que ocorreram para além do crescimento econômico. Para Furtado (2008), o desenvolvimento pressupõe mudanças estruturais nas instituições a partir de novas ações e decisões mobilizadas pela sociedade, o que resulta em novas possibilidades para os mercados estabelecerem as suas relações de trocas comerciais, mas com direitos sociais e políticos preservados e ampliados proporcionalmente. Economicamente, a industrialização, à luz dos interesses de cada nação, é o que proporciona independência financeira, e os investimentos internos são coordenados e direcionados por políticas públicas nacionais.

A tese está organizada em quatro capítulos. Os três primeiros têm foco nas discussões teóricas e integração das discussões de dados e resultados, e o último apresenta os aprendizados e considerações finais.

No **capítulo I** encontram-se as discussões de aprofundamento teórico, os conceitos e pressupostos de intérpretes brasileiros sobre a formação do Brasil, a construção das prerrogativas para a construção de uma matriz teórica alinhada às premissas e interesses da pesquisa, e faz a triangulação das teorias do institucionalismo histórico com as variedades de capitalismo e o estruturalismolatino-americano.

O **capítulo II** é dedicado à análise detalhada do mercado cafeeiro no Brasil, com rápida análise sobre como esse mercado se originou. Em seguida, há uma verificação aprofundada sobre o papel do produto “grão de café” para a criação de um comércio internacional que garantiu a independência econômico-financeira do país. Foram analisados, ainda, três ciclos principais, e depois o processo da grande ascensão e início do declínio desse mercado que manteve a atenção do Estado por mais de um século. As visões dos pensadores brasileiros sobre o mercado cafeeiro também foram privilegiadas e são apresentadas em seções específicas do capítulo.

O **capítulo III** atende à desafiadora missão de identificar como as instituições comportam-se no contexto atual em torno do mercado de produtos primários. Por conta da forte capacidade do padrão institucional brasileiro, que se assemelha até hoje ao seu passado, as análises mais recentes de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior ajudam a traçar o perfil atual das nossas instituições, que seguem repercutindo traços marcados por experiências que remontam às suas origens. Neste capítulo há também uma breve análise sobre o cenário atual do mercado cafeeiro, a apresentação de uma modernização conservadora que potencializou a reprimarização do país por meio das agroexportações, e as contribuições de autores de referência no cenário nacional, de cunho estruturalista, e também autores que estão se destacando com discussões sobre instituições, geopolítica e o subdesenvolvimento pelo mundo.

Por fim, o último e breve **capítulo IV** tem o propósito de apresentar as considerações finais, limitações, indicações de caminhos para novas pesquisas e possíveis conclusões da presente tese. É neste capítulo que se apresenta o padrão institucional dominante brasileiro, consolidado pelo mercado cafeeiro na primeira metade do século XX. Esse padrão revela-se determinante para orientar as escolhas e caminhos do Estado e suas políticas públicas, da sociedade, das organizações e das interrelações entre esses diversos agentes.

As próximas seções apresentam a visão de autores que contribuirão para a contextualização dos pressupostos e abordagens que consideram a análise em perspectiva histórica como fundamental para auxiliar as instituições modernas a solucionarem seus complexos problemas políticos, gerenciais e organizacionais. Ou seja, é preciso lançar um olhar para o passado para buscar respostas criativas e adequadas para os problemas do presente, pensando prospectivamente no futuro.

Para o Brasil, precisamos considerar os determinantes políticos e econômicos impostos por meio da colonização portuguesa e a forte exploração dos recursos naturais por eles empreendida em conjunto com a exploração de uma mão de obra escrava, majoritariamente importada, pois o processo de colonização do Brasil foi determinante para fundamentar que a história dos países configura toda a sua trajetória, seja em termos de avanços ou retrocessos.

Em linhas gerais, pretende-se que a tese gere a possibilidade de ampliação das discussões com foco num modelo de desenvolvimento capaz de responder efetivamente às necessidades de nações com perturbações sociais e de mercado tão marcantes quanto o caso brasileiro. E, de maneira direta, a pesquisa estará alinhada com o que Darcy Ribeiro defende

sobre a Academia. Para ele, “a Universidade é o melhor lugar para se cultivar uma criatividade científica capaz de transformar o mundo” (Ribeiro, 1986).

## **CAPÍTULO I - FORMAÇÃO ECONÔMICA E INSTITUCIONAL DO BRASIL E A DEFINIÇÃO DE UMA MATRIZ TEÓRICA PARA A SUA INTERPRETAÇÃO**

O objetivo central deste capítulo é apresentar as características da formação econômica e institucional do Brasil com base nos estudos e ensaios de pensadores brasileiros. Além disso, serão direcionadas críticas às abordagens teóricas das ciências econômicas/sociais que pouco dialogam com as características histórico-institucionais do Brasil e discute as premissas das abordagens mais alinhadas ao nosso contexto, notadamente o estruturalismo latino-americano e as nascentes teorias sobre variedades de capitalismo (*VoC*).

### **1.1 O OLHAR DE PENSADORES BRASILEIROS SOBRE AS RAÍZES DA FORMAÇÃO DO BRASIL**

A história do Brasil é um exemplo claro de trajetória histórica única e específica. Foi o único País da América colonizado por Portugal e merece especial atenção em relação às suas próprias dinâmicas de mercado e de desenvolvimento econômico.

Sérgio Buarque de Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, em sua primeira edição em 1936, destacou que os portugueses não tinham grandes intenções de trabalhar em prol de um processo de colonização do Brasil; foi algo naturalmente implementado para o que ele chamou de ato impensado dos “aventureiros”. Para os portugueses, faltava coordenação de ações e definições sobre o trabalho que seria executado, algo essencialmente percebido pela falta de coesão da realidade da sociedade portuguesa.

Tais conotações foram reforçadas por Raymundo Faoro em livro publicado em 1958, *Os Donos do Poder*, onde afirma que, reconhecidamente, os portugueses não tinham um projeto definido para o processo de colonização do Brasil. Entretanto, sob a perspectiva daquilo que tamanho território representava em termos de poder, o Estado Português iniciou a imposição de regras por meio do que Faoro (2001) chamou de estamento burocrático, com fortes influências do patrimonialismo que evidenciava a centralidade do poder estatal português em relação ao território em processo inicial de exploração.

A origem das discussões sobre a formação do Brasil Contemporâneo, por sua vez, vem de considerações apresentadas por Caio Prado Júnior no ano de 1942. Para ele, o século XV é marcante, momento em que a Europa direcionou esforços para explorações marítimas pelo mundo. Foi a partir daí que Portugal despontou e se encontrou com a formação de sua área comercial potencial, uma vez que suas condições geográficas viabilizavam a ampliação da sua

importância no cenário Europeu. Com isso, no âmbito dessas explorações marítimas, Espanha e Portugal direcionaram esforços para os seus processos de colonização na América (Prado Júnior, 2011).

Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Faoro e Caio Prado Júnior nos ajudam a interpretar a economia colonial em formação, o “Negócio do Rei”. Assentado no latifúndio e na escravidão, era regulado e tomado pela Coroa já com uma lógica comercial, o que fomentou um espírito capitalista específico, sem uma origem baseada no feudalismo, por exemplo, além de consideravelmente anterior ao capitalismo de origem Inglesa, que viria somente três séculos mais tarde.

A reduzida extensão do território e as circunstâncias específicas do nascimento e crescimento de Portugal impediram uma organização feudal; tudo era gerenciado de perto pelo Estado, as decisões sobre propriedade de terra, os usos econômicos, dentre outros, passavam pelos senhorios a serviço do rei, que sempre tinham a última palavra (Meneses, 2002).

Por este e outros vários fenômenos, é possível defender que o Brasil e a América Latina estão fora de um “caminho perfeito desenhado pela lógica neoliberal”. Essa lógica não funciona para a realidade da região, onde coexistem marcantes desigualdades econômicas, sociais e culturais que são conectadas por instituições essencialmente brasileiras e moldadas por determinantes do capitalismo ibérico.

Ignácio Rangel (1957) apontou uma dualidade marcante, criada a partir dessa formação histórica da nossa economia. Para ele, a economia brasileira nasceu e gerou uma dualidade básica, pois foi implementada para ser um economia complementar ou periférica, sempre forçada a se adequar ao modelo econômico externo que nada tem a ver com as características econômicas aqui desenvolvidas. Para o autor, o grande dilema vem justamente da lógica de capital mercantil implementada por Portugal de forma muito distinta do que ocorria no restante da Europa.

Foi nesse tom que Celso Furtado, em 1961, em sua obra *Formação econômica do Brasil*, apontou como essencial a necessidade de construir novos pontos de vista sobre a realidade de países periféricos, e trouxe contribuições significativas ao propor de maneira clara o que distancia um país de centro de um periférico. Para ele, nos primeiros já existia uma sociedade nacional; ao passo que, para os periféricos, algumas colônias transformaram-se em nações, mantendo-se em sua situação de subdesenvolvimento (Furtado, 2005).

Esses estudos ajudaram a pontuar que para a interpretação e a análise dos processos econômicos destes países era preciso evidenciar diferentes nuances das relações de mercado e

Estado, e também as heterogeneidades estruturais. O modo de colonização empregado no Brasil, nada planejado e organizado, fomentou caminhos e escolhas específicas por parte das instituições aqui constituídas.

Podemos considerar que a origem desta trajetória se deu com a expansão da economia ibérica, a partir do final do século XV e início do século XVI, onde se evidenciou uma nova realidade de expansão do capital. Conforme denominado por Oliveira *et al.* (2020), de Capitalismo Ibérico.

Nos Estados Ibéricos, em especial Espanha e Portugal, esse capitalismo se dá por meio de um pacto tácito entre o capital internacional (de origem italiana, especialmente genovês), a burguesia comercial e, no caso português, o poder central do Estado (em a figura do rei) (Oliveira *et al.*, 2020).

O modelo do capitalismo Ibérico pode ser considerado bem-sucedido ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, o que, na prática, gerou o distanciamento destes países da chamada janela de oportunidade da Primeira Revolução Industrial vivida nos países centrais da Europa. Na lógica do capitalismo ibérico, por certa devoção ou por *lock-in*, ao longo destes séculos, prevaleceu o foco na agricultura para exportação, extração mineral e utilização de mão de obra escrava (Oliveira *et al.*, 2020).

Para Caio Prado Júnior, desde o início, na essência da sua implementação pelos colonizadores, a agricultura no Brasil havia sido capitalista em seus traços principais, ou seja, a colônia portuguesa era um empreendimento mercantil em que existia igualdade jurídica entre os colonos (Love, 1998).

O Brasil representa um padrão original e muito específico onde, para além do fato de ter sido colonizado por Portugal, apresenta outra forma histórica peculiar e determinante: a escravidão. Os escravos importados da África substituíram a relativa escassez de uma população indígena americana primitiva, sendo o maior importador de escravos africanos no mundo, com 40% do total (Riesco, 2009).

O chamado Negócio do Rei acentuou-se diante de características da região, como a indisponibilidade de mão de obra se combinando com grandes extensões de terras a serem exploradas para atender aos interesses comerciais que já avançavam nos países Europeus. Conforme aponta Caio Prado Júnior (1980), o trabalho braçal sempre foi aplicado por escravos.

Nas demais colônias tropicais, inclusive no Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a quem pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra

escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia, portanto, que provocasse no Reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana. Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso, em sua colina, quase de início (possivelmente de início mesmo), precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século (Prado Júnior, 1980, p.n13).

Essa retomada histórica do processo de colonização do Brasil é importante para exemplificar que a história dos países configura e define toda a sua lógica de mercado. Véliz (1980) mostrou que na América Latina não foram observadas grandes revoluções que marcaram a sua história, ou seja, não houve resistências contrárias à Coroa ou ao Estado, e ainda contra o centralismo religioso da Igreja Católica. Especificamente para o caso brasileiro, Faoro (2001) também destacou que:

A religião, no século XV, em Portugal, era a expressão ardente da causa nacional, da independência e da missão do reino: elo que congregava não apenas o homem a Deus, mas o homem à pátria. Mais do que uma obra de grupos, empresa de interesses, a conquista se caracterizou como manifestação do capitalismo de Estado — senhores territoriais, comerciantes, letrados, todos se congregam sob um comando superior, representado por um corpo dirigente, que recruta os membros de toda parte, sem guardar o caráter de mandatário (Faoro, 2001, p. 65).

Tal prática escancarou, posteriormente, um conjunto de fatores prejudiciais ao desenvolvimento dos mercados, das suas técnicas e conhecimentos, e também no campo social com relação à educação, por exemplo.

A utilização técnica do conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, algo importado. Para Faoro (2012), Portugal era um país cheio de conquistas e glórias, mas que no campo do pensamento se tornaria o reino do atraso científico. “Dedicado à navegação, em nada contribuiu para a ciência náutica; voltado para as minas, não se conhece nenhuma contribuição na lavra e na usinagem dos metais” (Faoro 2001). Já Acemoglu e Robinson (2012) afirmou que apenas cerca de 20% dos portugueses adultos sabiam ler e escrever em 1800; a título de comparação, no mesmo período, a Inglaterra já tinha 60% dos homens e 40% das mulheres plenamente alfabetizados.

O Direito português, precocemente consolidado, serviu à organização política mais do que ao comércio e à economia particular. Articulou-se no Estado de estamento. A ideia de regular as relações jurídicas por meio de normas gerais, e não de regras válidas especificamente, pode ter aumentado a autoridade do Rei, reduzindo o poder do clero. Esse poder soberano tornou-se o papel de chefe do governo e chefe do Estado (Faoro, 2001).

As Ordenações Afonsinas (1446 ou 1447), obra consequente da Revolução de Avis, preocupam-se, fundamentalmente, com as atribuições dos cargos públicos, inclusive os militares e municipais; os bens e privilégios da Igreja, os direitos do rei e da administração fiscal, a jurisdição dos donatários e as prerrogativas dos fidalgos são miudamente especificadas (Faoro, 2001, p.73).

Faoro (2001) apresentou em detalhes o papel de diferentes ordenações ao longo do processo histórico de constituição desse Estado de estamento. Depois das Afonsinas vieram as Ordenações Filipinas com a constituição de um padrão político-administrativo do reino.

Tudo isso, na visão do autor, evidencia em todas as esferas institucionais de Portugal, a forte capacidade de intervenção do Estado na economia, nos negócios, no comércio marítimo, nas compras e vendas internas, no tabelamento de preços, no embargo de exportações aos países mouros e à Índia.

Isso gerou significativos impactos ao Brasil e demais países que contaram com os portugueses em seu processo de colonização. A lógica de intervenção centralizada pelo Estado tem raízes muito específicas e ordenadamente elaboradas no pensamento e evolução das instituições portuguesas<sup>1</sup>, e esse é o fio condutor para entender as origens da variedade de capitalismo brasileira.

---

<sup>1</sup> É possível compreender o perfil das instituições portuguesas a partir dos seguintes trechos de Pinto *et al.* (2016): “A partir dos meados do século XV, começaram as grandes codificações gerais modernas. A primeira codificação moderna é portuguesa, é o Código Afonsino (as Ordenações Afonsinas), 1446, depois seguido no reino, pelo Código Manuelino, 1512/3 e 1521, e pelo Código Filipino, 1603, legislação a qual, teve aplicação no Brasil. Este movimento representava o esforço de Portugal de estabelecer, a unidade nacional e do poder central através de um amplo sistema de leis, adequado à sua condição de nação soberana e cristã, tocada pelas influências culturais do resto da Europa.”

“O Rei exercia todo o poder político já que em Portugal não florescera o feudalismo. E a complexidade dos negócios de ultramar exigia uma descentralização indispensável para seu empreendimento. Daí a criação de vários organismos que funcionavam junto do Monarca: Conselho da Índia (depois Conselho Ultramarino), Conselho do Estado (Conselho de Ministros), Casa da Suplicação (Supremo Tribunal Federal), Conselho da Fazenda (órgão que fixava taxas e impostos) e Mesa da Consciência e Ordens (para cuidar dos interesses de ausentes, interditos, cativos e defuntos, bem como das questões ligadas aos membros das ordens militares). Por outro lado, havia as Cortes, convocadas periodicamente pelo Rei. Este apesar de seu poder absoluto, vez por outra tinha necessidade dos representantes da nobreza e do povo, para a fixação de novos impostos. O clero era outra força que, sem frequência, esteve em choque com os monarcas, seja pela defesa da isenção secular seja pela imunidade dos bens da Igreja” (Pinto *et al.*, 2016).

Para além destes fatos, posteriormente foram as Sesmarias que impactaram diretamente nas distribuições de terras para atendimento de interesses privados, conforme doutrinas portuguesas. Sobre este aspecto serão discutidos mais detalhes ao longo deste trabalho.

Somado a isso, como já destacado, Portugal colonizou o Brasil com bases escravagistas. “O escravo, chave da prosperidade, era também o lado sensível, o lado instável da empresa” (Faoro, 2001, p. 129). No auge, já no século XIX, o valor dos escravos chegou a alcançar mais de 70% do conjunto da terra, instalações e construções de um estabelecimento cafeeiro, por exemplo.

A face econômica e mercantil do modelo de exploração produtiva do Brasil, por sua vez, já se orientou para a produção e beneficiamento da cana-de-açúcar e produção de café. Foi um modelo monocultor desde as suas origens e orientado por uma rotina de produção para exportar. O proprietário rural ganhou *status* aristocrático e com pleno alinhamento com a nobreza portuguesa “pura de origem”. Estes, que por sua vez, começaram a direcionar a vida política no Brasil, controlando e reorientando as normas administrativas do Estado local (Faoro, 2001). Daí, a semelhança pronunciada do Brasil com a do continente de onde se origina, como bem destacou Prado Júnior (1967).

## 1.2 DEFINIÇÃO DE UMA MATRIZ DE ANÁLISE TEÓRICA CAPAZ DE INTERPRETAR A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO INSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

### 1.2.1 Notas sobre o pensamento econômico ortodoxo

As ideias aqui apresentadas são importantes pois contribuem para destacar que o pensamento ortodoxo é incapaz de gerar direcionadores que viabilizem a interpretação da trajetória histórica do institucionalismo brasileiro.

A potente e dominante capacidade do pensamento contemporâneo em torno das ciências econômicas ocorre, sem dúvidas, por conta dos postulados ortodoxos de Adam Smith e David Ricardo e Stuart Mill<sup>2</sup>.

Para Smith (1776), o determinante econômico fundamental do crescimento econômico refere-se a uma análise única e direta sobre as taxas e formas de acumulação do capital, sendo que as taxas sempre vão crescer de forma proporcional aos investimentos. Sendo assim, os principais elementos a serem analisados em relação a uma nação são: níveis de acumulação de capital, crescimento populacional e produtividade de mão-de-obra. O autor acrescenta ainda

---

<sup>2</sup> As principais obras dos referidos autores foram: Smith (1776), *A Riqueza das Nações*; Ricardo (1817), *Princípios de Economia Política e Tributação*; Mill (1859), *A liberdade*.

que existem apenas três fatores de produção a serem analisados ao medir o crescimento econômico: terra, capital e trabalho.

Reconhecidamente, o principal índice utilizado para medir e avaliar o desempenho das economias pelo mundo é o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país em determinado tempo.

Os fatores que influenciam a variação do PIB são: consumo da população, taxas de juros, investimentos de empresas privadas, gastos do governo e o saldo da balança comercial (Oliveira et al., 2006).

Um fato marcante do pensamento de Smith (1776) ocorre em relação à popularização e fácil replicação do conceito e da lógica liberal empregada pela ideia de “mão invisível”. Foram essas ideias que viabilizaram reforçar que não se deve ocorrer qualquer tipo de intervenção governamental na economia, pois o mercado se autorregula e combina as melhores formas de utilizar os fatores de produção, até porque esses fatores devem ser de propriedade privada.

Na esteira das teorias liberais, outro autor de relevância foi David Ricardo (1817), com sua teoria sobre vantagens comparativas. Ele trouxe um incremento às teorias de Smith (1776) ao apontar para a necessidade de analisar as nações de acordo com as suas potencialidades produtivas, ou seja, cada país precisa identificar aquilo que produz de melhor, e é por meio da combinação ideal dos meios de produção que ocorrem vantagens comparativas, pois haverá uma significativa redução nos custos de produção, e com isso, melhores índices de lucro.

David Ricardo (1817) ainda buscou se portar com mais pragmatismo científico e reforçou que as ciências econômicas deveriam se voltar mais para os dados e fatores empíricos. Apontava sua crítica à necessidade de uma ciência econômica que superasse as narrativas culturais e de apego religioso a que Smith (1776) se valia em sua época.

Para Smith, Deus (ou a natureza) implantou no homem certos instintos, entre os quais o de "trocar": este, mais a tendência de ganhar mais dinheiro e de subir socialmente, conduzem o trabalhador a poupar, a produzir o que a sociedade precisa e a enriquecer a comunidade. Os homens são "naturalmente" assim (Pinho; Vasconcellos, 2005, p. 37).

Por fim, destaca-se o papel e obra de Stuart Mill em 1859, que defendeu a importância da liberdade econômica como premissa básica para o sucesso das nações e dos indivíduos de suas sociedades. Para ele, o Estado deve evitar ao máximo interferir na vida das pessoas, e estas, por sua vez, precisam ser donas de negócios e agir conforme as regras do mercado para satisfazerem as suas necessidades. Ainda que Mill (1859) apresente ressalvas e reconheça em sua obra que é necessário zelo pelas crianças, pessoas enfermas e oferta da educação para

peças pobres por parte do Estado, a premissa máxima é que a maioria esmagadora das pessoas têm condições de serem donas dos seus meios de geração dos seus rendimentos financeiros individuais.

Diante do exposto, ficam evidenciadas que as teorias clássicas sobre crescimento econômico, destacadas pelos trabalhos realizados por Smith, Ricardo e Mill, foram desenvolvidas a partir da identificação e análise dos problemas e oportunidades observados nos processos de crescimento econômico dos países desenvolvidos. “A aceitação dessa doutrina implica em ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 20).

E é a partir dessa afirmação de Celso Furtado que, nesta tese, se constrói parte das críticas às teorias clássicas e neoclássicas sobre a economia, sobretudo por não serem um elemento único e exclusivo que se aplica a qualquer tempo e em todos os espaços. Existem diversos elementos<sup>3</sup> a serem analisados, e com a devida atenção à trajetória histórica de formação de cada país, tais percepções corroboraram para a evolução do pensamento heterodoxo.

### **1.2.2 A fundamentação das críticas e referencial para o avanço do pensamento heterodoxo**

É necessário partir da premissa de que o que ajuda a compreender o padrão produtivo e mercantil de países subdesenvolvidos como o Brasil são as evidências analisadas e viabilizadas por uma lógica heterodoxa, fundamentadas por uma visão marxista e weberiana.

Em *O Capital*, Marx, em 1867, afirmou que o que possibilitou o avanço do capitalismo foi a acumulação primitiva, que passou pela necessidade da elite capitalista de acumular capital, e que o proletário, não tendo nada mais a oferecer, deveria disponibilizar a sua força de trabalho para que, supostamente no futuro, quando tudo estivesse estabilizado, iniciasse um processo de divisão de riquezas. Para Marx (2015), por causa desse pensamento e direcionamento, a grande massa é pobre, tendo apenas sua força de trabalho para vender enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos.

---

<sup>3</sup> Elementos como processos de colonização, formação das instituições, arcabouço legal para as formulações do Estado em países subdesenvolvidos como o Brasil, as especificidades de mercado, concentração agrária e de renda, disponibilidade de recursos naturais e o papel da sociedade civil e de organizações religiosas.

No caso da agricultura, na Inglaterra, a acumulação primitiva ocorreu via expropriação de camponeses, ou seja, houve a necessidade de separar as pessoas dos meios de produção, o que acarretou na liberação de mão-de-obra; e quanto maior a oferta, menores os níveis salariais.

Max Weber, em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de 1905, defendeu o entendimento que o “espírito” do capitalismo nasce à medida em que as pessoas passam a analisar que o controle de entradas e saídas financeiras é uma forma de organização do capital, e apresenta um texto de Benjamin Franklin para ajudar nessa explicação:

Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixar ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso (Weber, 2004, p.43).

Segundo Giddens (1998), há poucas relações intelectuais na literatura sociológica tão difíceis de interpretar quanto as existentes entre os escritos de Karl Marx e Max Weber. Para o autor, o fator crucial para a diferenciação é a época de análise de cada, e não se deve apenas considerar que os trabalhos de Weber formam-se com foco na refutação das teses de Marx.

Ironicamente com a rejeição da análise de Marx do capitalismo contemporâneo e de suas esperanças ulteriores na forma futura de uma sociedade radicalmente nova. Marx, que escreveu uma geração antes de Weber, acreditava que o capitalismo poderia ser e seria superado por uma nova forma de sociedade. Weber escreveu com a percepção de ter testemunhado a formação do capitalismo industrial na Alemanha em circunstâncias muito diferentes das da Inglaterra ou da França. O reconhecimento desse fato por Weber foi um elemento, no interior do seu pensamento, que lhe permitiu, apesar de recorrer a Marx, escapar da camisa de força que os seguidores de Marx do Partido Social Democrático buscaram impor à história, em nome do materialismo histórico (Giddens, 1998, p. 94).

Dentre as principais diferenças apontadas e percebidas em relação ao capitalismo por Marx e Weber está a questão em que Marx defende que o capitalismo surge diante da acumulação primitiva, em que o comportamento oportunista da burguesia usufruía da mão-de-obra do proletariado para gerar riquezas. Mas para Weber, era a ótica do povo protestante que contribuía para a evolução do capitalismo, pois os trabalhadores estavam dispostos a trabalhar em troca de dinheiro e de poupá-lo, e sendo este um comportamento socialmente aceito e incentivado, tratava-se de uma cultura de trabalho e práticas religiosas que colocava os homens em uma vida regrada.

As contribuições de Marx e Weber são determinantes para o entendimento da evolução histórica do capitalismo. As diferentes vertentes e períodos possibilitam entender que o processo de consolidação dos modelos de capitalismo, ainda hoje vistos na sociedade, são de relevância até mesmo para compreender o cenário contemporâneo em torno dos avanços da economia moderna.

Na obra de Weber, *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o resgate do período histórico foi fundamental para validar as suas interpretações acerca das estratégias econômicas e sociais influenciadas pelo pensamento econômico clássico na Europa, sobretudo na Alemanha. Outro aspecto importante foi o encorajamento para o surgimento de correntes teóricas que pudessem reinterpretar os fenômenos provocados pelo crescimento econômico nas nações.

Para Bianchi (2014), Weber contribuiu com as concepções de pressupostos que orientaram para o entendimento de que “a empresa estatal racional e a empresa econômica racional germinaram no mesmo solo, ou seja, no Ocidente”. O Estado sempre foi importante para o crescimento dos negócios privados, investimento em infraestruturas, pesquisa, controles financeiros, disponibilização de crédito etc. “Desse modo, a tendência ao progresso da economia em direção às formas modernas da empresa racional foi acompanhada de uma tendência ao progresso da política em direção às formas modernas do Estado racional”.

Nessa mesma linha, surge a necessidade de institucionalizar, perante o Estado e a sociedade, as demandas inerentes a cada instituição formada ao longo da história dos países. Weber (1999) contribui, ainda, para entendermos como ocorreu a formação dessas instituições ao longo da história onde, num primeiro momento, havia o poder do reinado patriarcal, para, em seguida, por meio da evolução social, um poder burocrático dominado pelo Estado.

Na dominação burocrática é a norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas. Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. Mas sempre prevalece na consciência dos submetidos, sobre todas as demais idéias, o fato de que este potentado concreto é o "senhor"; e na medida em que seu poder não está limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e sobretudo: sem compromisso com regras. Ao contrário, para o funcionário burocrático rege o princípio de que sua ordem concreta somente tem vigência na medida em que ele pode apoiar-se numa "competência" especial, estabelecida mediante uma "regra". O fundamento objetivo do poder burocrático é sua indispensabilidade, nascida de seu conhecimento especializado da área (Weber, 1999, p. 234).

Com base em Weber, Bianchi (2014) defende que “o Estado era apresentado como uma forma social não individualizável, ou seja, não como um ente e sim como um feixe de ações protagonizadas por indivíduos”. Nesse âmbito, formam-se as arenas que criam as interações entre os “homens que mandam e homens que obedecem”. Também ficam em torno do Estado as instituições que podem ser entendidas como associações cujas regras são definidas e se impõem, com certa eficácia, a todas as organizações que existam neste contexto.

Essa discussão ajuda a aprofundar a ideia de que as instituições que podem definir o curso das decisões tomadas pelo Estado têm influências baseadas em normas culturais, valores e interesses políticos e econômicos.

A perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado exclusivamente por organizações e seus recursos para a constatação de que existem elementos culturais na formação das instituições, como: valores, símbolos, mitos e sistema de crenças de onde se constituem normas institucionalizadas (Carvalho et al., 1999). É nesse ambiente institucional que as organizações/firmas precisam se inserir para obter legitimidade e autorização para atuar nos mercados e na sociedade como um todo (Veblen, 1898; Hodgson, 1998).

Sendo assim, é necessário pontuar que o pensamento weberiano foi e continua sendo fundamental para o avanço e melhoria de abordagens científicas e pensamentos heterodoxos que colocam em evidência as especificidades de nações que não nasceram e cresceram no tipo de capitalismo anglo-saxão, dominante na Inglaterra e nos Estados Unidos. Destes pensamentos surgiram os estudos sobre Nova Economia Institucional<sup>4</sup>, Estruturalismo latino-americano e, recentemente, sobre Variedades de Capitalismo.

Reconhecer tais teorias como apropriadas para os estudos e análises do comportamento das nações oferecem uma perspectiva integrada entre conhecer a história e, a partir disso, discutir de forma direcionada o presente contexto. Abordagens que consideram o capitalismo como agente condutor à globalização e à modernidade não privilegiam as análises do ambiente de formação das instituições. São críticas como essas que direcionam a decisão de não utilizar as teorias sobre Sistema mundo capitalista de Wallerstein (1984) e Modernidade do Capitalismo de Dirlik (2003), por exemplo.

#### **1.2.4 Variedades de Capitalismo: uma abordagem teórica contemporânea capaz de auxiliar na interpretação do institucionalismo histórico do Brasil**

Os estudos com base na teoria sobre variedades de capitalismo (*VoC*) apresentam uma adequada combinação de fatores que corroboram com os objetivos da presente tese, que pretende interpretar o institucionalismo histórico do Brasil. Com isso, combinar essa teoria

---

<sup>4</sup> A chamada Nova Economia Institucional (NEI) deu destaque à importância das instituições, com a análise das transações e dos custos delas originados, com os trabalhos de Ronald Coase, *The Nature of the Firm*, em 1937, e a partir da década de 1970, com os trabalhos de Oliver Williamson (1975, 1985, 1996) e Douglass North, em 1991 (Augusto et al., 2014).

com as ideias e pressupostos do estruturalismo latino-americano pode contribuir com o debate acadêmico.

A atual abordagem de *VoC* dedica-se a analisar os conflitos políticos e sociais para além dos aspectos econômicos. De acordo com Hall e Soskice (2001), a abordagem sobre variedades de capitalismo começou a ganhar mais força no início dos anos 90.

É defendida a existência de dois tipos de estruturas econômicas capazes de definir as características das economias políticas desenvolvidas em maior ou menor grau em diferentes partes do mundo, as economias de mercado liberal e as economias de mercado coordenadas.

Nas economias capitalistas de mercado liberal, suas atividades são coordenadas por meio de estruturas e arranjos de mercado, onde as trocas de bens e serviços ocorrem de maneira livre e independente, com concorrência e estabelecimentos de contratos entre firmas e com instituições financeiras privadas. Todo o conjunto de decisões sobre a alocação de recursos é coordenado a partir de um sistema de preços (Hall; Soskice, 2001).

Por outro lado, nas economias de mercado coordenadas, as empresas têm uma interação mais articulada e integrada aos diversos interesses destas. Existe uma arena de decisões coordenadas entre diferentes firmas e atores para além do mercado, com mais interação e *network*, com relações contratuais baseadas em mais confiança e colaboração, e menos relações de competição (Hall; Soskice, 2001).

A economia de mercado coordenado é caracterizada por relações não mercantis, colaboração, compromissos de crédito e o “cálculo deliberativo” das empresas. E a essência de sua antítese de “economia de mercado liberal” é o cumprimento baseado em relações competitivas, contratos formais e sinais de preço de oferta e demanda (Hall; Soskice, 2001; Hall; Gingerich, 2004 apud Hancké et al., 2008).

Um aspecto importante acerca desses modelos de capitalismo é que as estruturas produtivas, sistemas de inovação e formas de inserção no comércio internacional estariam estritamente associadas às iniciativas dos mercados das Nações, onde as economias de livre mercado têm mais especialização em serviços e produtos baseados em conhecimento e alta intensidade tecnológica, caracterizados com o surgimento de uma quantidade expressiva de inovações radicais. Já as economias de mercado coordenadas especializaram-se em serviços e produtos relacionados ao atendimento pós-vendas e a tecnologias maduras, cujo processo de inovação é fortemente incremental. Logo, a forma de inserção no comércio internacional dependeria deste tipo de especialização produtiva (Amitrano, 2010).

Pode-se considerar como exemplos de países que se encontram nessas variedades de capitalismo os Estados Unidos, como livre mercado, e a Alemanha, como mercado

coordenado. Hancké et al. (2008) destacaram que foram recebidas várias críticas sobre a abordagem de *VoC* como algo estático e incapaz de acomodar conflitos, que ignora o papel do Estado, reducionista e com foco em duas economias do tipo ideal (Mercado Liberal e Mercado Coordenado).

Com isso, ficou claro que seria necessário levar em consideração o papel dos interesses, classes e coalizões, trazendo o Estado para o debate. Para Hancké et al. (2008), essa seria a tipologia para economias de mercado misto e economias de mercado emergentes, embora o último seja menos visto como uma variedade separada de capitalismo, tal como a de um grupo de países em transição com instituições parcialmente constituídas.

A abordagem de *VoC* também pode ser útil para compreender as economias políticas além desses tipos ideais, e que cada economia exige capacidades para coordenar ações que condicionam o comportamento de suas empresas e governos. Isso demonstra o quão pertinente é o conceito central de complementaridades para analisar tais países e como se deve entender sua dinâmica de mudança (Hancké et al., 2008).

É interessante notar que as discussões sobre *VoC* também ajudaram a reduzir as certezas sobre um fenômeno de globalização uniforme das economias, ou seja, não se consolidou uma perspectiva concreta de que todas as economias fariam uma transição para um capitalismo global e liberal. Na prática, o que se observou foi que o Leste Europeu, por exemplo, não transitou para uma democracia liberal e nem para o capitalismo liberal. Surgiu uma mescla, com a participação de uma oligarquia com baixa adesão democrática. Já na Alemanha, nos países escandinavos e no Japão, não houve uma convergência em torno das instituições capitalistas neoliberais (Hall; Soskice, 2001).

Nessas discussões, ficou evidenciado um questionamento central sobre a relevância e importância das pesquisas sobre estudos de comparação capitalista, por exemplo, para as interações em instituições das diferentes nações. Tais interações são fundamentais para gerar resultados para a economia e para a política, e as instituições mais importantes que distinguem uma política econômica de outra são aquelas que condicionam tal interação, e são essas que Hall e Soskice (2001) sugerem procurarmos captar neste tipo de análise.

Para Streeck (2011), as instituições precisam ser entendidas e estudadas dentro de um referido e espectro histórico, já que as instituições dependem de uma trajetória histórica para evoluir como espaços de interações sociais dinâmicas.

As instituições sociais mudam ao passar por uma fase descontínua ou sequência "pontuada" de equilíbrios temporariamente estáveis, impulsionada por uma sucessão de choques curtos e agudos que são imprevisíveis de dentro de um sistema e o forçam reconfigurações de tempos em tempos para um novo período prolongado de estabilidade (Streeck, 2011, p. 663).

No institucionalismo histórico, a noção de mudança transformadora gradual é importante, e diferentes abordagens concordam neste aspecto; para a abordagem *VoC* não é diferente. Nessa lógica de mudanças, as instituições passam por diferentes processos de desenvolvimento que merecem ser investigados e analisados para entender como as nações (Estado), as firmas e o mercado adotam suas estratégias, e como elas repercutem para a sociedade, o meio ambiente, as políticas públicas etc. (Streeck, 2011).

Com base nisso, um trabalho importante para consolidar a abordagem *VoC* foi o publicado por Baccaro e Pontusson (2016). Nessa análise se evidenciou, por exemplo, que o Reino Unido contou com o consumo das famílias como principal impulsionador do crescimento econômico, estimulando-o por meio de uma combinação de crescimento dos salários e acumulação da dívida das famílias. Em contraste marcante, a Alemanha passou a contar com o crescimento liderado pelas exportações, reprimindo salários e consumo para impulsionar a competitividade do setor exportador. Já a Suécia teve um crescimento robusto de ambos os aspectos, tanto nas exportações quanto no consumo doméstico. A Itália teve um crescimento lento nos domínios e, portanto, uma forte e plena estagnação.

Nas discussões sobre *VoC*, Alemanha e Suécia são frequentemente codificadas como economias coordenadas de mercado. Já o Reino Unido é convencionalmente considerado uma economia de mercado liberal, enquanto a Itália é normalmente atribuída à categoria residual de economia de mercado misto (Baccaro; Pontusson, 2016).

Alguns economistas heterodoxos usam "financeirização" como um termo guarda-chuva para instituir mudanças internacionais ou regulatórias que moveram as economias capitalistas avançadas para um caminho de crescimento impulsionado pelo lucro. A ideia central aqui é que a mobilidade de capital transfronteiriça e a desregulamentação dos sistemas financeiros abriu uma ampla gama de novos investimentos e oportunidades para indivíduos ricos e, assim, tornou o investimento mais sensível para a lucratividade. Outros economistas heterodoxos apontaram as exportações como o principal canal pelo qual a lucratividade se tornou cada vez mais importante para o crescimento econômico na era pós-fordista (Baccaro; Pontusson, 2016, p. 186).

Outro aspecto que merece especial atenção é considerar o que Baccaro e Pontusson (2016) chamaram de "crescimento liderado pelo Estado", o que, para os autores, representa outro modelo de crescimento concebível. Nesse modelo, o consumo e o investimento do governo seriam os principais motores do crescimento econômico, e a taxa de investimento não pode ser determinada pela participação nos lucros, já que não se trata de ações de firmas deliberadamente destinadas para este fim. Esse ponto será importante para as discussões de *VoC* presentes na realidade de países da América Latina e especialmente do Brasil.

A análise de Baccaro e Pontusson (2016) conclui que o consumo das famílias pode ser financiado por salário ou crédito, e que essas formas de financiamento são frequentemente complementares, sustentando o modelo de crescimento baseado no consumo. A análise também conclui que a capacidade das economias para combinar o crescimento do consumo das famílias com o sucesso das exportações depende crucialmente da sensibilidade de preço de suas exportações (Hope; Soskice, 2016).

É interessante notar que as conclusões desses estudos apontaram que em países onde os volumes de exportação são sensíveis a mudanças nos preços (Hope; Soskice, 2016), a existência de um modelo de crescimento baseado nas exportações provavelmente exigirá a repressão dos salários e do consumo das famílias, o que tem efeitos indiretos para a desigualdade, particularmente na extremidade inferior da distribuição de renda.

O Brasil pode ser apontado como um exemplo claro de limitações devido a sua consolidação como um país basicamente agroexportador e fortemente dependente da sua produção primária de *commodities* como grãos e carnes, que abastecem prioritariamente a China e a União Europeia. O efeito disso é a consolidação de uma estrutura de desigualdades observadas em uma das piores nações em termos de distribuição de renda. Para Bertola e Ocampo (2015), as características econômicas do Brasil são: um setor exportador que gerou muita renda e um grande setor que produz para o mercado interno ou para a economia de subsistência com baixíssimos níveis de produtividade, o que leva a baixos níveis de renda per capita, mas um alto coeficiente de exportações em comparação com outras economias latino-americanas.

Para Schneider (2013) e Madariaga (2018), a assimilação crítica do *VoC* e sua aplicação na América Latina oferecem contribuições importantes para a pesquisa do desenvolvimento na região, o que pode permitir avanços em pelo menos três áreas de pesquisa (análise comparativa de políticas públicas, sistemas educacionais e formas de alinhar políticas sociais com as reais necessidades locais). Além disso, abre a possibilidade de voltar a incorporar a região ao estudo do capitalismo contemporâneo e, nesse sentido, contribuir para a análise das múltiplas escalas e variedades do capitalismo.

Porém, mesmo em sua versão mais elaborada para a América Latina, como é o caso das economias de mercado hierárquicas de Ben Schneider, a *VoC* não analisa a esfera transnacional como um contexto em si, pois acaba atribuindo os problemas dessas economias à falta de sinergia entre instituições nacionais (Madariaga, 2018).

Especificamente para Schneider (2013), as economias latino-americanas são economias de mercado hierárquicas. A hierarquia substitui o papel que os mercados ou a

coordenação estratégica desempenham nas economias avançadas e aponta para o alto controle que as grandes empresas exercem sobre a economia da América Latina. Para o autor, esse controle é caracterizado por uma espécie de divisão do trabalho tácita entre grandes multinacionais e grupos econômicos nacionais. Enquanto as multinacionais estão concentradas nos setores mais dinâmicos da economia, incluindo manufatura de ponta, os grupos domésticos são diversificados em atividades extrativas, manufatura de baixa tecnologia (agricultura, mineração e seus produtos) e setores não comercializáveis.

O trabalho de Bizberg (2015) destaca-se como um dos esforços mais focados nas análises de *VoC* com relação aos diversos países da América Latina. Para ele, existem vários tipos de capitalismo na Europa e também pela América Latina. Especialmente, destaca a existência de distintas características entre os países, onde a partir de seis dimensões de análise é possível caracterizar o tipo de capitalismo vigente. O que essa abordagem pressupõe é que a variedade de capitalismo pode mudar ao longo da história, daí a importância de sempre revisitar as análises sobre cada nação e suas variações econômicas, políticas e sociais.

As dimensões de análise sobre os países são: o modelo de acumulação do capital; formas de integração com a economia mundial; níveis e setores com intervenções do Estado; Coalizção dominante; Regime Político; e a Relação entre política salarial e o compromisso social de cada país (Bizberg, 2015).

De acordo com as interpretações dessa linha de investigação, Bizberg (2015) descreve quatro tipos de capitalismo na América Latina: o primeiro tipo seria daqueles países que terceirizam a sua economia aos interesses dos Estados Unidos, por exemplo, o caso do México. O segundo tipo de capitalismo mapeado pode ser identificado no Brasil e na Argentina, por exemplo, mais voltado para o que autor chama de sócio-desenvolvimento, com o Estado dando o aporte necessário para as inovações sociais e tecnológicas.

Os outros dois tipos seriam: o Rentista/Liberal, caracterizado por uma economia e aberta e um Estado muito fraco e sem muita participação da sociedade civil organizada, como ocorre no Chile, na Colômbia e no Peru. E, por fim, o quarto tipo, Rentista/Redistributivo; igualmente dependente do mercado internacional para produtos básicos, mas com um Estado intervencionista e com grupos sociais altamente dependentes de políticas sociais, o que impõe a necessidade de redistribuição mais direta de renda com os mais necessitados (Bizberg, 2015).

Para Oliveira *et al.* (2020), as intuições que moldam a realidade dos países são distintas, e por isso a relevância das teorias sobre *VoC*. Em perspectiva histórica, essas diferenças podem se tornar bastante significativas, levando a construções capitalistas distintas

entre países e regiões. Para os autores, o capitalismo de origem ibérica, em sua variedade originada do contexto português, gerou influências marcantes para a realidade da economia brasileira.

De acordo com de Menezes de Medeiros (2022), é possível identificar um capitalismo do tipo Ibérico, onde a América Latina inseriu-se na dinâmica capitalista a partir de um modelo de mercado essencialmente mercantil, liderado por Portugal e Espanha. Ou seja, foram essas características que construíram as relações estatais e as instituições na América Latina, o que se distanciou de forma significativa da realidade do capitalismo industrial observado na Inglaterra.

Portanto, analisar a trajetória histórica do mercado, do Estado e das instituições do Brasil sob essa ótica das variedades de capitalismo ajuda a interpretar possíveis caminhos para a superação de desafios e para pavimentar a possibilidade de um novo ciclo de desenvolvimento.

No Brasil, para além do GPIInH da Universidade de Brasília, podemos destacar que na atualidade existem grupos de pesquisa que estão se dedicando à abordagem *VoC* em seus estudos, especialmente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No âmbito desses grupos, corrobora-se com a visão de Boschi (2011), que defende a ideia de que a globalização gerou uma falsa ideia de que ela por si só seria capaz de gerar um caminho único de desenvolvimento, mas estudar a trajetória das instituições e variedades de capitalismo na América Latina ajuda a mostrar que não existe apenas um caminho para o desenvolvimento das nações.

### **1.2.5 Estruturalismo latino-americano e as especificidades do modelo de mercado centrado no Estado**

Ignácio Rangel defende que a dinâmica histórica brasileira distingue-se dos casos clássicos, pois os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção internas, mas também da ligação que, desde a origem, o país mantém com as economias centrais. Essas relações externas têm sido determinantes no desenvolvimento das nossas forças produtivas e, conseqüentemente, das nossas relações de produção (Castro et al., 2014). Essa dupla determinação, interna e externa, produz uma dualidade estrutural na economia e na sociedade brasileira. Desenvolvendo-se como uma economia complementar ou periférica, o que ainda existe é um Brasil que busca se ajustar a uma economia externa diferente da sua.

Para Celso Furtado, foi essencial construir novos pontos de vista sobre a realidade de países periféricos. O autor trouxe contribuições significativas ao propor de maneira clara o que distancia um país de centro de um periférico: nos primeiros já existia uma sociedade nacional, ao passo que, para os periféricos, algumas colônias transformaram-se em nações, mantendo-se em sua situação de subdesenvolvimento (Furtado, 2005).

Furtado expandiu a ideia dos conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Em 1966, argumentou que, porque os dois processos estavam historicamente associados, o subdesenvolvimento não poderia ser uma fase na passagem para o desenvolvimento. Em sua análise da história econômica, Furtado também introduziu o elemento de classe social. Argumentou ainda, em 1964, que a luta de classes tinha sido historicamente o motor do crescimento econômico no Ocidente: ataques dos trabalhadores por meio da organização a fim de aumentar sua participação no produto nacional e “contra-ataque” dos capitalistas com a introdução de tecnologia de economia de trabalho (Love, 1998).

Um passo importante para o processo de consolidação do capitalismo no Brasil foram também as iniciativas com foco no processo de industrialização. Para Furtado (2008), essa industrialização constituiu-se em um acesso indireto à civilização industrial, vinculada a relações internacionais e ao movimento do capital mundial, com características específicas que mantém a economia inserida em uma lógica dependente.

Esses mecanismos de mercado adotados pelo Brasil refletiram na expansão do capitalismo do centro do sistema para a periferia, e não na constituição soberana de uma civilização industrial para o Brasil e outros países da América Latina, como a Argentina e o México. Constituiu-se, portanto, uma lógica industrializante fundada no processo de transposição de grupos transnacionais a partir do centro, sempre subordinada ao grande capital (Furtado, 2008).

Para Love (1998), o estruturalismo dos anos oitenta cedeu ao "neoestruturalismo". A nova versão evitaria os erros da estratégia de substituição das importações e incorporaria lições do neoliberalismo, buscando, por exemplo, novas oportunidades de exportação e melhorias dos mercados internos, e a noção de desenvolvimento voltado para dentro seria substituída por desenvolvimento de dentro. O Estado permaneceu intervencionista, procurando colaborar com o setor privado, mas preocupando-se também com o desenvolvimento social, questões de equidade e problemas ambientais.

A partir daí, entender o Estado é um elemento central. Constituído historicamente, é o responsável pela articulação de um sistema de forças antagônicas que garantem a própria sustentação histórica da lógica capitalista.

Esses estudos (Love, 1998; Furtado, 2005; Pinto, 1970) ajudaram a pontuar que, para a interpretação e a análise dos processos econômicos destes países, era preciso detalhar diferentes nuances das relações de mercado e Estado e também as heterogeneidades estruturais.

Há uma grande heterogeneidade na economia e nas sociedades latino-americanas, pois existe uma multiplicidade de estruturas e situações distintas, assim como diferenças profundas nas estratégias e políticas de desenvolvimento que vêm sendo aplicadas (Pinto, 1970, p. 655).

Tais concepções são um marco histórico, pois se configuram com críticas e esclarecimentos sobre o referencial ortodoxo dominante proposto historicamente pelos países centrais. Notadamente, essas discussões consolidaram-se e ganharam força no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Vale destacar, com base nas evoluções teóricas da CEPAL, que o Estado desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento, em contraste com a escola de dependência, cujos membros viam o Estado como menos autônomo das forças sociais e mais vinculado a interesses particulares de classe (Love, 1998).

Parte da importância dada por Schumpeter (1942) para a inovação foi observada na América Latina, mas com uma diferença marcante: não foi o empresário empreendedor quem direcionou as inovações para a sociedade. Para a região, o Estado importa e faz toda a diferença.

No caso da América Latina, a ação governamental passou a ser importante não apenas na criação das condições institucionais, mas também no financiamento e na ação empreendedora (Estado-inovador). Essas formulações schumpeterianas contribuíram para a criação dos bancos de fomento do desenvolvimento em diversos países como o BNDES, no caso do Brasil (Pivoto et al., 2016).

É importante reconhecer a essência do capitalismo periférico latino-americano. Seus centros dinâmicos não possuem a mesma lógica e nem os mesmos mecanismos de incentivo. O capitalismo ocidental possui uma dinâmica “firmocêntrica”, onde a firma privada é a grande responsável pelo elemento chave do processo de acumulação capitalista, ou seja, o núcleo endógeno de dinamização tecnológica. Por sua vez, no capitalismo periférico latino-americano, a ausência da firma privada foi suprida pela forte presença do Estado através da firma pública ou semipública, dentro de uma lógica essencialmente “estadocêntrica” (Oliveira; Eblinhg, 2015).

As características básicas da América Latina convergem para a falta de políticas estruturadas com foco na educação, na competitividade e no desenvolvimento de tecnologias de forma suficiente para o padrão de desenvolvimento aceito pelos países de centro. Esse cenário gera consequências sociais para o nosso modelo de mercado e relações comerciais, sendo que as riquezas naturais da região são capazes de auxiliar a não ter tanta miséria. O que se estrutura, portanto, é uma ausência de convergências econômicas (Bértola; Ocampo, 2015).

“Fortes hábitos burocráticos se desenvolveram na América Latina. Por aqui, o clima centralista é apoiado e fortalecido precisamente por uma tradição política que sempre foi centralista e partiu desse curso” (Véliz, 1980).

Em países com mercados internos muito grandes e mercado de trabalho altamente segmentado, com porcentagens elevadas da população descendente de escravos ou com grande população mestiça e camponesa indígena, o processo de industrialização adquiriu características concentradoras, e mesmo nos setores assalariados havia uma polarização crescente. O Brasil pôde ser o protótipo dessas experiências. Em outros, esses processos funcionaram bem no processo de industrialização, mas em algum momento levaram a uma melhoria na distribuição, especialmente porque o excedente de mão de obra rural foi reduzido (Bértola; Ocampo, 2015).

Essa experiência histórica dos países colonizados e subdesenvolvidos foi marcante, porém as teorias de mercado eurocêntrico foram insuficientes para refletir completamente o passado da parte subdesenvolvida do mundo e refletiram o passado do mundo de modo parcial (Frank, 1961).

Para Gerschenkron (2015), quando desenvolver era essencialmente industrializar, países entraram na passagem para a industrialização por caminhos diferentes, mas alguns não o fizeram. Na América Latina, por exemplo, destacam-se políticas de industrialização mais claras apenas na Argentina, México e Brasil.

A abordagem do estruturalismo latino-americano contribui para a definição de uma matriz de análise que privilegia a centralidade do Estado no que tange às decisões sobre aspectos inerentes aos fluxos de mercadorias e finanças, construção de políticas públicas de apoio ao mercado e também de superação de desigualdades justificadas por baixos índices tecnológicos, educacionais e de equidade, que são historicamente discutidos em países como o Brasil.

Associado a isso, compreender que o país tem uma variedade de capitalismo diversa daquela observada em outras nações, apoia a utilização de um esquema teórico e de pesquisa capaz de apresentar a história política e econômica, em perspectiva histórico-institucional, o

que, em última análise, sustenta a superação das ultrapassadas teorias clássicas e neoclássicas ainda dominantes.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO I

Neste primeiro capítulo foi possível apresentar as características da formação econômica e institucional do Brasil com base nos estudos e ensaios de pensadores latino-americanos, em especial brasileiros.

Com base na visão de Sérgio Buarque de Holanda, foi possível destacar que os portugueses, de maneira despretensiosa, iniciaram a exploração das terras brasileiras. Porém, ao se depararem com tamanho território e sem interesses comerciais definidos, tais colonizadores não empregaram um plano com foco na exploração comercial. Posteriormente, Raymundo Faoro destacou que, sob uma perspectiva de manutenção do poder de reinado, o estamento burocrático visto em Portugal passou a ditar as regras de uso e exploração das terras brasileiras, o que evidenciou a evolução de um paternalismo em nossa história. Por fim, Caio Prado Júnior apontou que o século XV foi marcante por conta dos esforços para explorações marítimas pelo mundo, e Portugal destacou-se por sua localização privilegiada. A Espanha também se valeu das boas condições do país vizinho.

Numa ponta mais recente de análises, destacaram-se Ignácio Rangel e Celso Furtado. O primeiro autor apontou uma dualidade marcante, criada a partir dessa formação histórica de nossa economia, pois ela já foi implementada para ser uma economia complementar ou periférica. Nessa linha, Celso Furtado pontuou como essencial a necessidade de se definir com clareza o que distancia um país de centro de um periférico: nos primeiros já existia uma sociedade nacional, ao passo que, para os periféricos, algumas colônias transformaram-se em nações, mantendo-se em sua situação de subdesenvolvimento.

Por fim, foi possível apresentar também como a visão clássica das ciências econômicas e a sua prática não ajudam a responder e a interpretar a formação institucional histórica do Brasil. O pensamento ortodoxo pregado por Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill não pode ser considerado isoladamente, e não foi capaz de explicar o que a visão cepalina, convencionalmente conhecida como estruturalismo latino-americano, é capaz de explicar. Notadamente, as nascentes teorias no cenário internacional sobre variedades de capitalismo (*VoC*) são mais atraentes por dialogarem com especificidades e o entendimento de que o capitalismo industrial (anglo-saxão) ou que um tipo de capitalismo sistema-mundo se consolidou em todas as partes do globo.

Ainda que a tentativa de forçar uma configuração típica de capitalismo das economias liberais de mercado em todo o mundo, o que observamos no Brasil é que a sua trajetória histórica de formação das instituições ajuda a resistir a esse padrão, e o que de fato se nota é uma economia de base essencialmente latino-americana coordenada pela centralidade de poder de decisão do Estado, que se mantém como o indutor de regras mercadológicas institucionalmente aceitas por agentes internos e externos de mercado.

## **CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DO MERCADO DO CAFÉ NO BRASIL NA VISÃO DOS INTÉRPRETES BRASILEIROS**

Neste capítulo, por meio da apresentação da evolução da produção e do mercado cafeeiro no Brasil, pretende-se investigar o papel do Estado, no contexto brasileiro, para a formação do arcabouço institucional do mercado de produtos agrícolas como o café.

Conhecer os caminhos e escolhas por este mercado revela uma série de características marcantes em torno da independência política e econômica do país, que se via em um intenso processo de transição para superar as interferências dos colonizadores que, ao longo de três séculos, impuseram uma rotina extrativista de recursos naturais, exploração de mão de obra escrava e sem grandes projetos que pudessem impulsionar os potenciais da região.

O cenário político e econômico em que o país se encontrava era de tensões significativas, após a independência e surgimento do Brasil Império. As instituições passaram por rupturas significativas e o Brasil estava com déficit crescente na balança comercial em razão do aumento da demanda interna por produtos manufaturados vindos da Inglaterra, e o mercado internacional para o açúcar e o algodão encontrava-se em declínio até o surgimento do café como a grande aposta para a geração de riquezas (Furtado, 2005; Delfim Netto, 1958; Peláez, 1971).

### **2.1 RESGATE SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DO MERCADO CAFEIEIRO NO BRASIL**

Antes de nos debruçarmos sobre os estudos que indicam a formação do mercado do café no Brasil, vale destacar os escritos que apontam como teria sido a descoberta da bebida, tornando-a um produto comercial apreciado em todo o mundo.

Em livro publicado pelo extinto Departamento Nacional do Café no ano de 1934, para comemorar o primeiro centenário da produção do café no Brasil, é possível encontrar inúmeros escritos de jornalistas, políticos, artistas e acadêmicos. Entre eles, Humberto de Campos, que apontou como as propriedades da então chamada “beberagem feita de bagos de cor de sangue”.

Conta, em verdade, Gemal-eddin-Dhab-hain, cronista árabe do século XV, que a descoberta das propriedades tónicas da famosa rubiácea foi mero produto da osmolalidade. Um mosteiro da Arábia, dos mais ricos, ou dos menos pobres do tempo e da região, possuía um rebanho de cabras que era diariamente levado ao pasto, nas cercanias, por um pastor da confiança dos frades. Observador e arguto, o cabreiro notou que, todas as vezes que os caprinos se dirigiam para uma touça de

arbustos de folhas verde-escuro, e em que se encantaram milhares de pequenos frutos vermelhos, e comiam esses frutos, se tornavam horas depois tão agitados e alegres, que lhe era penoso, mais do que habitualmente, re-conduzi-los ao curral. Os animais berravam, pulavam, corriam, e tal era o efeito da planta misteriosa que, durante a noite toda, não dormem nem repousavam, conservando-se em vigília jovial, como se não sentissem o menor efeito da fadiga e do sono. Intrigado com a informação, o prior do mosteiro inteirou-se do caso, constatando a sua veracidade. Havia naquela ocorrência, talvez, um aviso do Senhor, tão modesto na sua sabedoria. Mandou, assim, colher alguns punhados dos bagos de sangue, fê-los ferver e, dividindo a água em pequenas taças, deu-a a beber aos frades da confraria. E cada um dos religiosos que dela bebeu, sentiu-se nessa noite mais disposto para a vigília, mais pronto para a disciplina, mais fervoroso na oração. Estava assegurada, em suma, a primeira valorização do café (Campos, 1934, p.820).

Essa foi uma das formas mais utilizadas para explicar a descoberta do café, entretanto, existem outros apontamentos que consideram que o café foi identificado como adequado para preparação de bebida no século XI. “O certo, porém, é que o Ocidente europeu o desconhecia antes de 1644, quando Luís XIV, tomando a primeira taça do “líquido maravilhoso”, fez a declaração, que valia por um decreto, de que a bebida era, realmente, saborosa” (Campos, 1936, p.820).

Do ponto de vista de estudos botânicos, a planta do café é considerada como originária da região central da África de forma selvagem e passou a ser domesticada pelos árabes, que contribuíram para que as primeiras plantações fossem realizadas, e pelos incentivos para que o hábito de beber de café se tornassem uma realidade (França; Azevedo, 2010). O fato é que só depois dessas experiências pelo mundo que a ideia de plantar e colher grãos de café chegou ao Brasil.

Conforme apontado, a exploração do Brasil foi complexa e difícil para a realidade de Portugal, pois o país se dividia entre o lucro e as limitações econômicas entre as classes sociais locais. As desigualdades observadas ainda hojeassemelham-se às desigualdades dessa época. Diferentemente dos demais países da Europa, o setor agrícola encontrava-se em lamentável estado de subdesenvolvimento e, portanto, trouxe ao Brasil uma tecnologia retrógrada e com altos custos associados à sua implementação e utilização.

Por volta de 1650, o Estado português não era relevante nos centros das discussões sobre economia e mercados na Europa; definitivamente, o país não fazia parte da economia-mundo capitalista. O seu negócio se manteve em torno essencialmente do tráfico de escravos e da economia escravista açucareira no Brasil. “A esta altura, a condição de quase-Estado e de uma economia fundada na escravidão colocavam Portugal – e sua colônia americana - na condição de periferia da economia-mundo” (Vieira, 2012, p. 212).

Já numa fase de declínio, a exploração da cana de açúcar já não era suficiente para atender aos interesses de exploração das terras brasileiras. Sendo assim, foi por meio de

investimentos e intervenções estatais que se iniciaram as descobertas sobre o ciclo econômico de relativo sucesso que viria posteriormente, o ciclo do café.

De acordo com Fraga (1963), o café foi introduzido no Brasil em maio de 1727. Foram trazidas da Guiana Francesa pouco mais de mil sementes e cinco mudas de café que foram logo plantadas nos quintais e chácaras nos arredores do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Sem maiores destaques em relação a outras culturas, até que em 1731 foi realizada a primeira exportação de café, no valor de 7 libras de peso. Apenas entre 1760/1770 que a planta expandiu-se para outras regiões, chegando ao Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a extinta cidade de São João Marcos-RJ<sup>5</sup> era alvo do interesse de expansão da atividade cafeeira pelo país.

O café foi cultivado em grande escala sobre todas as outras plantas desde 1770. Com uma população de 18 mil habitantes, da qual 8 mil aproximadamente eram escravos. De 1840 a 1889 verificava-se a existência de 150 lavradores de café que produziam 382.800 arrobas. Dentre esses fazendeiros localizados, os que mais exportavam eram: o comendador Joaquim Breves, 160 mil arrobas; Barão de Pirai 14 mil; Barão do Rio Claro, 10.000; o comendador Antonio Xavier da Rocha, 10.000, e o barão de S. João do Príncipe, com 8.000 arrobas. Os demais lavradores produziam, respectivamente, 7, 6, 5, 4, 2 e 1.000 e 500 e até 200 arrobas. Todo esse produto, reunido em S. João Marcos era escoado por Mangaratiba em tropas e carroções, sendo depositado nos armazéns de Ponte Bela e Saco de Mangaratiba, então o grande empório comercial da época de todos os produtos do município, de S. Paulo e de Minas Gerais (Dantas, 1934. p. 479).

Rapidamente, a cultura cresceu e passou a apresentar as características de exploração comercial que ainda hoje conhecemos. A oportunidade e a busca por essa alternativa se deram pelo esgotamento, na região Sudeste (Rio, Minas, São Paulo e Espírito Santo), das práticas de mineração. Além disso, a mão de obra na mineração passou a ficar disponível para a preparação de terras virgens com foco na produção do café. Em 1796, a produção fluminense já era superior a do Pará (Fraga, 1963). Mesmo com esse exponencial crescimento da produção do café, até 1815, a atividade ainda era voltada para o atendimento da demanda do mercado interno.

Ainda de acordo com Fraga (1963), com a intensificação da produção e dos incentivos ao consumo, em 1826 as exportações de café pelo Brasil representavam 20% do total mundial. Um século após a implementação da cultura, em 1829, o Brasil já se destacava como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de café, época em que o país também dominava as exportações de 40% de tudo o que era exportado no mundo.

---

<sup>5</sup>A cidade foi submersa pelas águas da usina de Ribeirão das Lajes, que fez parte do processo de desenvolvimento da região no começo do século XX, para gerar energia para a Região Metropolitana da capital carioca. A cidade é considerada importante, pois partiu dali o foco na expansão do café no Brasil. Além disso, surgiu a necessidade de criação de estradas e ferrovias até São Paulo para o escoamento do café.

A atividade produtiva do café contava com um modelo escravagista predatório, e com a interiorização da produção, os custos com transporte também aumentaram. Em 1870 iniciou-se um processo de encarecimento das terras e a necessidade de abertura de novas áreas para a produção na região Sudeste (Cano, 1985).

Foi em 1894 que o estado de São Paulo passou a dominar a produção de café. Na região, a preferência para se produzir era sempre em terras de matas e com altitudes entre 300 e 600 metros. Surgia então um café com mais qualidade e melhor cotação no mercado internacional. O principal gargalo que dificultou o crescimento do mercado foram os problemas com transporte e distribuição da produção. O aparecimento das estradas de ferro a partir da segunda metade do século XIX foi decisivo para tornar São Paulo o melhor lugar para produzir e escoar a produção (Fraga, 1963).

Sérgio Silva (1981) detalhou como a economia cafeeira tornou-se um centro de acumulação de capital no Brasil no final do século XIX, e que esse modelo de produção e comércio avançou fortemente nas regiões do estado de São Paulo. A importância desse fato histórico para a economia se confirma, pois, atualmente, este é o estado que mais tem poder econômico e industrial no país.

O trabalho escravo foi a base para o desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil, e nem mesmo a abolição progressiva e a abolição de 1888 foram suficientes para assegurar o rápido desenvolvimento do mercado de trabalho, de forma qualificada, com mais direitos aos trabalhadores.

O mercado internacional, para Sérgio Silva (1981), foi o principal propulsor da industrialização brasileira: o crescimento do comércio internacional foi o que fundou e influenciou o pleno crescimento do capitalismo no Brasil. O que inclui entender que isso iniciou o processo de aquisição de dívidas externas para o país.

Numa abordagem marxista, Sérgio Silva (1981) deixou clara a importância e capacidade que a economia cafeeira teve para estruturar o modelo de acumulação do capital no Brasil, sendo um modelo de industrialização importado e implementado mediante interesses e estratégias do mercado internacional.

De acordo com Paim (2011), as primeiras duas décadas após a Independência foram bastante inexpressivas em termos de desempenho econômico. Até que a saída desse círculo vicioso foi possível através do setor exportador, que se dinamizou graças à conjuntura favorável encontrada a partir de 1830/1840, por meio da produção e exportação de café.

Ao fim do século XVIII, a colônia brasileira apresentava uma vida cotidiana ligada à subsistência. Na maioria de suas regiões destacava-se o cultivo da cana-de-açúcar e a criação

de gado, favorecendo a interiorização dessas terras. As primeiras mudas de café estavam sendo testadas, e o auge dessa produção foi na década de 1850.

Desde a primeira metade do século XIX, o crescimento do café incorporou rapidamente novas áreas à produção de exportação e, por volta de 1900, as regiões que cultivavam o produto eram substancialmente distintas da área — Vale do Paraíba e Litoral Norte — onde se iniciou a expansão cafeeira em São Paulo. Ao lado de regiões ocupadas nos primórdios da colonização, antigas produtoras de cana-de-açúcar, alimentos e gado (como a Capital, o Vale do Paraíba e Sorocaba) e outras na fronteira da expansão do café (Ribeirão Preto), havia áreas extensas que ainda no início do século XX eram pouco conhecidas e habitadas majoritariamente por populações indígenas e famílias pioneiras vivendo em áreas isoladas (como nas regiões dos rios do Peixe, Aguapeí e Paranapanema) (Colistete, 2015, p. 333).

Na historiografia econômica brasileira e regional da economia cafeeira já existem estudos realizados que oferecem um quadro comparativo entre a região do Vale do Paraíba e o oeste paulista. No estudo de Fuzzi (2008), por exemplo, foram analisados o Vale Histórico e a cidade de Taubaté, com a finalidade de identificar igualdades, semelhanças e traços no auge e na queda do café, bem como realizar uma reflexão sobre a mão de obra escrava neste cenário entre os anos de 1830 a 1930.

A produção do café, em sua origem, envolvia a relação de desigualdade entre os proprietários de terras, “barões do café”, e os trabalhadores, por muito tempo escravizados. Mas é interessante notar que diante da complexidade do ciclo produtivo do café (desde a preparação do solo, mudas, plantio, tempo de manejo por safra, colheita, beneficiamento e escoamento dos grãos), participavam dessa cadeia agentes intermediários, como tropeiros, comissários dos portos e os compradores nacionais e internacionais.

A organização da sociedade cafeeira ocorreu de forma a conferir sentido a todo o conjunto: a coerência com a produção capitalista. Na área de produção, havia o entrosamento da agricultura intensiva, técnicas rudimentares, trabalho escravo, tudo ajustado para produzir e atender o consumo definido pela Europa e os Estados Unidos (Toledo, 2008, p.134).

Historicamente, dois grandes acontecimentos explicitaram e pontuaram o conservadorismo dos cafeicultores no Vale do Paraíba: o movimento liberal de 1842 e o convênio do café em Taubaté, em 1906.

Segundo Millietti (1946) apud Fuzziet al. (2008), durante pouco mais de um século, o panorama do crescimento do país se desdobrou num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo girava em torno do “ouro verde”, dele tudo emanava e tudo se destinava: homens, animais e máquinas. Já para Torelli (2004), no jogo político com as outras elites regionais, a elite cafeeira paulista conseguiu transformar a questão cafeeira em algo de importância econômica e política a nível nacional.

Na linha dessa lógica de importância econômica, a formação da estratégia agroexportadora do país contou com ações direcionadas por organizações que se mobilizaram para divulgar a produção de café do Brasil em diferentes partes do mundo. Essa cultura de divulgar as propriedades positivas da bebida sempre foi muito explorada, mesmo antes da produção iniciar em terras brasileiras.

A história da propaganda do café pode ter como ponto de partida a data de maio de 1657, quando a primeira notícia a seu respeito foi publicada no "*Publick Advertiser*", de Londres, nos seguintes termos:

Na Bartholomew Lam, ao lado de trás do "Old Exchange" vende-se pela manhã, e às 3 horas da tarde, a beberagem chamada café, que é muito saudável e medicinal e portadora de excepcionais virtudes, fecha o orifício do estômago, aumenta o calor interior, auxilia a digestão aviva a inteligência, alivia o coração, é bom contra olhos inflamados. Tosse e Resfriados, Defluxos, Tísica, Dor de Cabeça, Hidropisia, Gota, Sarna e muitas outras moléstias (D. Fitz Gibbon, 1934, p. 852).

A partir desse tipo de anúncio que visava atrair as pessoas para as cafeterias, houve a definição da importância e necessidade de estratégias para iniciar a construção de mercados que possibilitassem despertar o desejo de consumo, uma forma determinante para o sucesso do capitalismo pelo mundo.

Já no contexto da América, a divulgação e propagandas sobre a bebida ganharam ainda mais espaço. Em 1914, consolidaram-se as propagandas, como a criação de programações para as chamadas "semanas de café", onde os departamentos e entidades brasileiras distribuíram inúmeras informações pelo mundo "sobre a valia do café como beberagem, a melhor maneira de fazê-lo, e os usos que pode ter" (Gibbon, 1934, p. 852). Enquanto o Brasil exportava essas informações sobre a bebida, os Estados Unidos também investiam nessas propagandas com foco na população norte-americana, o "dinheiro despendido no ano de 1920, nas várias espécies de propaganda pelos torradores de café nos Estados Unidos é calculado em três milhões de dólares" (Gibbon, 1934, p. 852).

Um destaque interessante: as informações sobre o café que eram enviadas às outras nações pelo Brasil sempre foram enviadas por seus órgãos de governo. Entretanto, a divulgação para os consumidores finais nos Estados Unidos sempre foi feita pela Associação Nacional dos Torradores de Café. Para Fitz Gibbon (1934), o Brasil deve a prosperidade do seu mercado de café aos Estados Unidos, pois as propagandas sobre o café foram muito eficientes por lá. Se não fosse por elas, o consumo de café *per capita* nos Estados Unidos, que é o maior do mundo, seria muito menor. É preciso acrescentar, porém, que pelo lado de incentivo à produção, o Brasil deve o seu desempenho ao Estado brasileiro.

Em 1958, Delfim Netto defendeu sua tese de livre-docência sob o título “O problema do café no Brasil”. O objetivo do autor foi o apontar como o comportamento dos preços no mercado cafeeiro era cíclico e como isso afetou a economia nacional no início do século XX, onde os Estados Unidos já atuavam como definidores de preços para o mercado mundial.

O Brasil chegou a representar 80% da produção mundial de café, e o valor das exportações representava cerca de 50% do total. Uma variação de seus preços tinha efeitos consideráveis nas taxas de câmbio e sobre o crescimento econômico, e também produziam flutuações internas de grande amplitude e incertezas insuperáveis para as outras atividades domésticas e para as incipientes atividades exportadoras de outros produtos agrícolas, e tornava ainda mais difícil a possibilidade de avanços da indústria nacional (Netto, 2020).

Sob essa perspectiva de construção e evolução do mercado cafeeiro no Brasil, é possível destacar com base nos estudos de Delfim Netto (1958) e Peláez (1971)<sup>6</sup>, a análise de ciclos observados ao longo da trajetória desse mercado que se iniciou estruturalmente a partir do final do século XIX e início do século XX, sob uma vertente que privilegiou uma avaliação do ponto de vista econométrico. Esses autores trabalharam com séries históricas dos sistemas produtivos, resultados financeiros gerados por exportações e situações relacionadas à formação de uma política monetária e de organizações no cenário nacional.

Para a presente seção desta tese, importa detalhar características dos ciclos previamente analisados por estes autores, o que contribuirá para a interpretação de como esses diferentes ciclos foram determinantes para a formação econômica do país. Os dados com séries históricas contínuas e completas referem-se prioritariamente a valores financeiros obtidos pelas exportações, sendo que a quantidade de café produzida e a sua produtividade no Brasil, durante os períodos analisados, não foram disponibilizadas de maneira contínua ao longo dos anos. Por isso, para este estudo, serão apresentadas as séries de valores obtidos pelo Brasil com as exportações, em cada um dos ciclos analisados. O primeiro ciclo é aquele compreendido entre os anos de 1857 e 1868 (Quadro 1).

---

<sup>6</sup>Delfim Netto (1958) e Peláez (1971) adotaram a abordagem Keynesiana para justificar o comportamento cíclico do mercado cafeeiro no Brasil, e com base nessa teoria houve a defesa de que o Estado só se envolveu em apoiar o setor em momentos de crises e dificuldades dos produtores. A abordagem contraria aos pensamentos de Celso Furtado (1961), que reforça que o Estado sempre esteve presente no apoio financeiro e logístico para sustentar o crescimento do mercado do café no mundo, independente do momento em que esse mercado se encontrava.

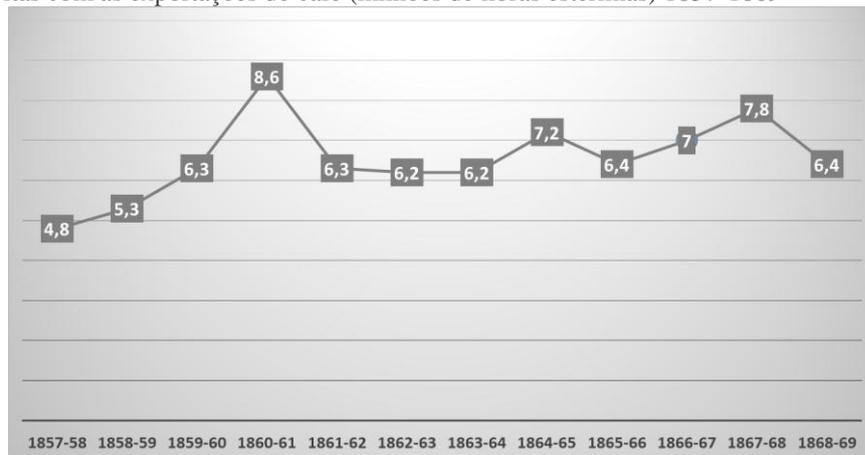
Quadro 1: Caracterização do Ciclo Produtivo e Econômico do Café no Brasil de 1857 a 1868

Ciclo	Caracterização do ciclo
<p style="text-align: center;"><b>1857-1868</b> <b>(Brasil Império)</b></p>	<p><b>O mercado (produção e comércio):</b> A recuperação da Europa depois de 1857 foi fator de importância no melhoramento do ciclo. O ponto máximo de rendimento com as exportações de café pelo Brasil, neste ciclo, foi em 1860-61, o que repercutiu num acentuado aumento da produção do café no país. Mas logo depois houve um sistemático declínio das exportações por conta, em parte, da guerra civil nos Estados Unidos diante do fechamento de alguns portos. E diante do aumento da oferta de café, também ocorreu uma queda nos preços praticados por Estados Unidos e França, principais clientes do Brasil no período.</p> <p><b>Política Monetária:</b> Antes desse período, em 1809, existiu uma tentativa de se criar um Banco do Brasil, mas sem êxito. Em 1838, houve a criação de um banco privado, o Banco Commercial. Mas foi em 1851, que ressurgiu a nova tentativa de criação do Banco do Brasil, e dessa vez com forte interesse governamental que passou a regularizar as emissões de moeda e fornecer recursos para as necessidades do governo. Em 1853 ocorreu a fusão do Banco Commercial com o Banco do Brasil e os bancos regionais da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará se converteram em sucursais do Banco do Brasil. A depressão de 1857 provocou sério déficit comercial no Brasil. Em 1860, levou os bancos comerciais independentes à falência, e em 1862 o Banco do Brasil ficou como único banco em operação no país.</p> <p><b>Conclusão sobre o ciclo:</b> Mesmo diante das dificuldades do Brasil com sua política monetária e instituições financeiras em formação, com a quantidade de café exportada foi possível obter lucros reais durante a depressão.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Delfim Netto (1958) e Peláez (1971).

Diante desse contexto, o Brasil estava em busca de um crescimento econômico fortemente influenciado por estratégias do liberalismo norte-americano. A expansão da cultura cafeeira enfrentava dificuldades, ainda não havia um sistema consolidado de crédito no país, os bancos privados não tinham a possibilidade de arcar com os custos e instabilidades de mercado e a aquisição de crédito ainda era muito limitada, sobretudo no Rio de Janeiro. O Império sempre esteve sujeito a várias oscilações políticas e econômicas.

Gráfico 1: Receitas com as exportações do café (milhões de libras esterlinas) 1857-1869



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Peláez (1971).

Com base nos dados e informações apresentados no Quadro 1 e no Gráfico 1, é possível identificar que este primeiro ciclo econômico do café manteve quatro anos de ascensão em termos de retorno financeiro bruto com as exportações dos grãos do produto, mas diante do bom resultado obtido com a safra de 1860/61, ocorreu um efeito de aumento significativo na quantidade produzida, o que acarretou na redução dos preços diante da alta oferta. Além disso, ocorreram fechamentos de portos para exportações aos Estados Unidos, ainda que Peález (1971) tenha creditado este fato a situações de guerra. É possível ampliar esse fato às questões de protecionismo de mercado.

De acordo com Marquese (2013), a atuação dos Estados Unidos junto aos fluxos cafeeiros mundiais já era antiga, e desde 1770 o país atuava como comprador de café de países caribenhos e seguia como reexportador do produto, sem contudo indicar os locais da produção para os seus compradores. Por volta de 1820, “com a normalização dos mercados atlânticos após as guerras napoleônicas e o fim de seu papel como intermediário neutro, os Estados Unidos passaram da condição de reexportadores para a de importadores de café”.

Outro fato importante ocorreu em relação à competitividade no processo de escoamento da produção do café. Foi em 1860 que as cargas de café deixaram de ser transportadas por mulas das regiões do interior do estado de São Paulo. “Iniciando pelos fazendeiros, estes situavam-se em suas propriedades no interior da província-estado de São Paulo e eram responsáveis pela produção cafeeira que seria escoada no lombo de mulas até o final da década de 1860 e, depois, pelas ferrovias, até Santos” (Silva, 2015).

Notadamente, os comissários (compradores de café ligados aos países importadores) localizados no Porto de Santos sentiram o *boom* do aumento da produção da cafeicultura paulista associada à facilidade do escoamento da produção por meio das recentes rotas

ferroviárias, o que gerou o aumento da quantidade de café disponível para a exportação e diminuiu os preços praticados.

Porém, outra situação dificultou a jornada de ascensão do mercado do café nesse período. Em 1850 houve a definitiva proibição do tráfico de escravos para o Brasil, o que fez com que grandes embarcações da marinha mercante brasileira cessassem a navegação de longo curso para mercados importantes ao Brasil (Silva, 2015). Ou seja, o tamanho das embarcações e opções de mercado também diminuíram significativamente, ficando Estados Unidos e França como os principais mercados.

Já o segundo ciclo da economia cafeeira foi caracterizado entre 1869 a 1885 (Quadro 2), período que representou a organização produtiva do estado de São Paulo e a atuação de organizações de interesse para articular, junto ao Estado, ações para o crescimento das exportações.

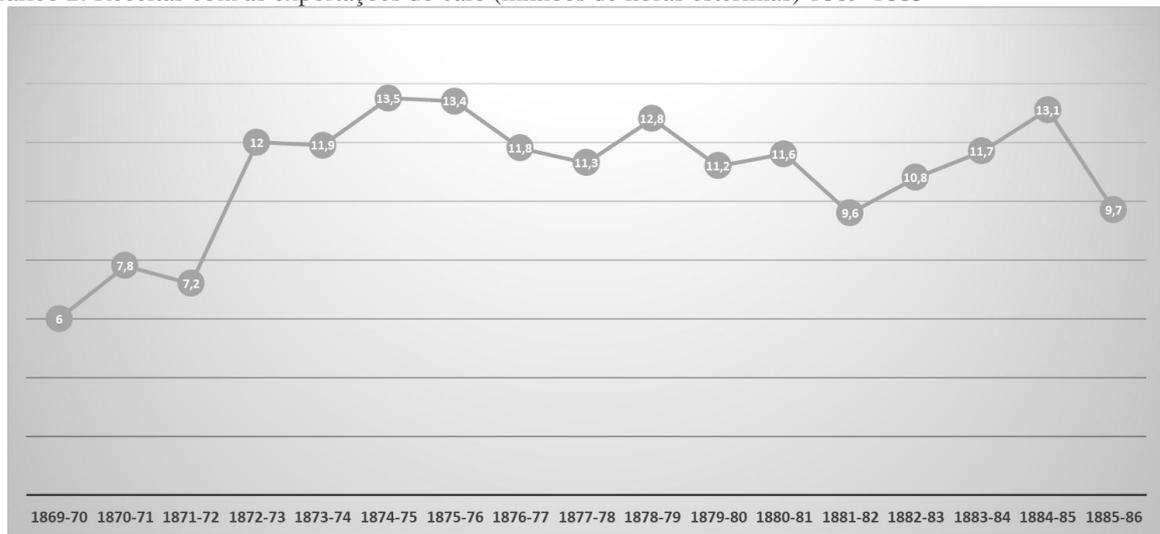
Quadro 2: Caracterização do Ciclo Produtivo e Econômico do Café no Brasil de 1869 a 1885

Ciclo	Caracterização Do Ciclo
<p><b>1869-1885</b> <b>(Brasil Império)</b></p>	<p><b>O mercado (produção e comércio):</b> Depois de 1870, os preços do café apresentaram uma alta acentuada até 1875. A produção foi reduzida em São Paulo por consequência de geadas pela região, o que impactou nos ciclos produtivos dos anos seguintes. Os parâmetros de quantidade produzida e exportada mantiveram-se estáveis até 1877. Entre 1879-1882 houve expansão da economia dos Estados Unidos, mas ao mesmo tempo ocorreu uma queda nos preços do café brasileiro. Foi um período de aumento nos custos de produção do café, pois os efeitos da proibição do tráfico de escravos em 1850 começaram a aparecer e os negros que nasceram depois de 1871 no Brasil já eram considerados cidadãos livres. Contexto que reduziu a mão de obra disponível para os cafezais de São Paulo. Neste tempo, havia o entendimento entre os brasileiros de que o país estava predestinado a ser eternamente o fornecedor mundial de café.</p> <p><b>Política Monetária:</b> Período que marca aumento da dívida externa do Brasil. Em 1870, por exemplo, o Governo contraiu um empréstimo de três milhões de libras esterlinas para pagar, entre outras coisas, a expansão da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atualmente Estrada de Ferro Central do Brasil).</p> <p><b>Conclusão sobre o ciclo:</b> Foi um ciclo que confirmou a importância da intervenção estatal para a produção e permanência do café na pauta das exportações, e o Estado foi importante também para investir em infraestrutura, o que beneficiou o escoamento da produção.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Delfim Netto (1958) e Peláez (1971).

A centralidade do Estado no processo de evolução do mercado cafeeiro pode ser destacada neste período, já que os aumentos significativos, em termos de produção e valores financeiros gerados com as exportações, foram nítidos. Além disso, os investimentos em uma maior profissionalização do sistema financeiro, associados aos investimentos em infraestrutura, apoiaram o desenvolvimento da cadeia produtiva como um todo.

Gráfico 2: Receitas com as exportações do café (milhões de libras esterlinas) 1869-1885



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Peláez (1971).

Pelo Gráfico 2, um grande pico com a receita da comercialização de café para os mercados internacionais pode ser observado. O resultado auferido coincide com o fato de que a partir de 1873, de acordo com De Paiva Abreu (2017), o café brasileiro passou a ter acesso livre ao mercado norte-americano por meio da execução da política de “*freebreakfasttable*”. O que favoreceu para que cerca de 70% do café comprado pelos EUA fosse proveniente do Brasil até 1879. Em contrapartida, a importação de café já estava sendo taxada pela Europa.

À época deste ciclo, o Brasil chegou a representar em torno de 60% do café exportado em todo o mundo, e as Índias Holandesas, região que potencialmente poderia competir com o produto brasileiro, foram duramente afetadas por doenças relacionadas à ferrugem nas plantações, o que facilitou o aumento da exportação e destacava a participação do país no mercado mundial de café (De Paiva Abreu, 2017).

Por fim, o terceiro e último ciclo da economia cafeeira analisada por Delfim Netto (1958), foi detalhado entre 1886 a 1906 (Quadro 3), período que representou a efetiva transição do Brasil Império para a era da República. Com isso, a economia brasileira estava integrada à economia internacional como país provedor de *commodities*, caracterizadas como matérias-primas agroalimentares de baixo valor agregado, sendo o produto grão de café o protagonista máximo dessa relação comercial.

Quadro 3: Caracterização do Ciclo Produtivo e Econômico do Café no Brasil de 1886-1906

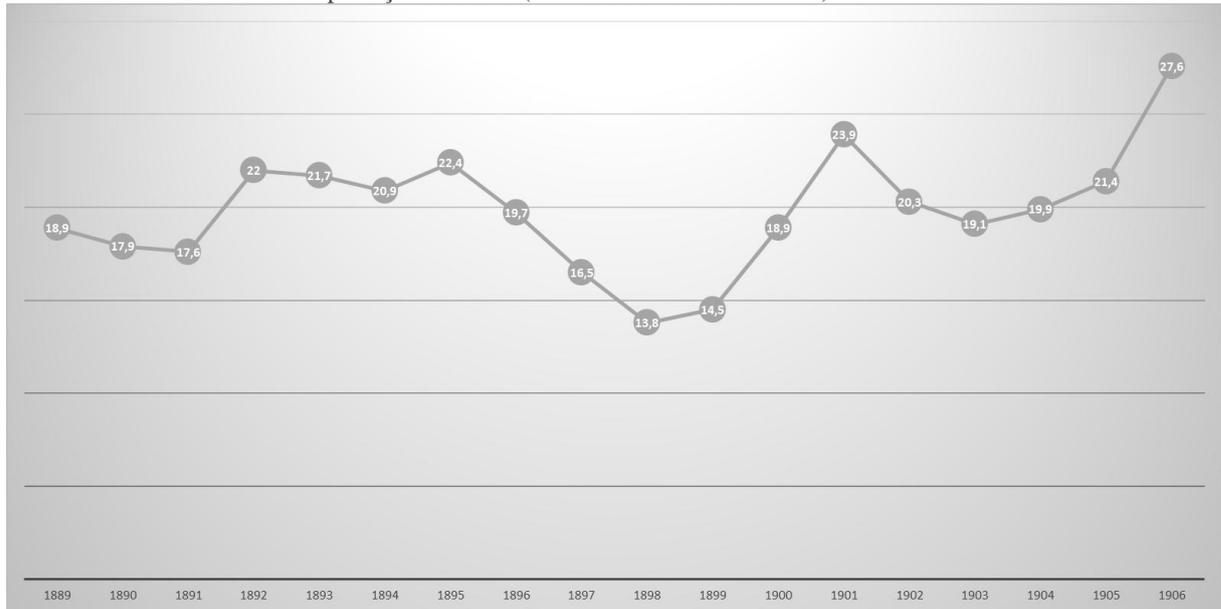
Ciclo	Caracterização do ciclo
<p style="text-align: center;"><b>1886-1906 (Brasil República)</b></p>	<p><b>O mercado (produção e comércio):</b> Este ciclo inicia-se com o entendimento de que o deslocamento da produção de café do Rio de Janeiro para o estado de São Paulo seria a melhor opção, por fatores como: melhores condições logísticas e climáticas e de solo, maiores extensões de terras sob domínio de poucos produtores. E a especialização da produção, sem mão de obra escrava, de café em grandes plantações, se constituiu como uma inovação significativa para a agropecuária brasileira. O número de imigrantes para as plantações paulistas em um ano chegou a superar o total de escravos no Brasil. Esse período também caracterizou-se por discursos de governo que cobravam eficiência produtiva. E começaram a avançar com as ideias de que agricultores ineficientes não mereciam acesso aos auxílios governamentais. O Ministro da Fazenda à época escreveu: “A lavouras de café devem ser consideradas em duas partes, uma constituída pela cultura em terrenos e climas superiores por agricultores inteligentes e em boas condições econômicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores por agricultores rotineiros e em más condições econômicas”. Nesse contexto, os agricultores eficientes de café passaram a pressionar por uma política econômica nacional de industrialização que beneficiaria internamente a cadeia produtiva do café.</p> <p><b>Política Monetária:</b> São Paulo tinha melhores condições e crédito mais ambulante aos produtores, e tinha um sistema de remuneração aos colonos mais atrativo. A contínua desvalorização da taxa cambial compensou o declínio dos preços e manteve, ou talvez até aumentou, a rentabilidade do cultivo de café. A última política importante do Império foi a abolição da escravatura em 1888, e em 1889, a República substituiu o Império. A Proclamação da República caracterizou-se por uma euforia econômica sem precedentes na história do Brasil.</p> <p><b>Conclusão sobre o ciclo:</b> Este foi um dos ciclos mais importantes da história econômica do café brasileiro. Passou pelas transições mais importantes para a história econômica do Brasil e também com a abolição regular da escravidão, a substituição do Império pela República e o crescimento econômico do país por meio das agroexportações e emergiu o interesse pela industrialização do país.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Delfim Netto (1958) e Peláez (1971).

Toda a pujança da cafeicultura fez com que os sistemas organizacionais das mais diversas áreas (governos, setor financeiro, mídia e empresas) passassem a considerar que esta era definitivamente a grande vocação brasileira: ser um grande produtor e exportador de grãos de café. A expansão continuou em franco crescimento e chegou aos municípios paulistas, como Campinas, Ribeirão Preto e Taubaté.

O café foi, na passagem do século XIX para o século XX, o principal produto de exportação do Brasil, o que possibilitou, de uma vez por todas, a definição do modelo capitalista de produção agroexportador do país. E foi nesse período também que o país avançou com a introdução de mais ferrovias na região Sudeste, sobretudo entre Rio de Janeiro e São Paulo, bem como se observou a consolidação de instituições financeiras e a evolução de serviços de caráter urbano nas capitais (Furtado, 2005; Netto, 1958; Lopes, 2006).

Gráfico 3: Receitas com as exportações do café (milhões de libras esterlinas) 1886-1906



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Peláez (1971).

O café destacou-se ao longo da última década do século XIX como o principal produto da pauta exportadora do Brasil, e o porto de Santos/SP passou a ser o principal canal para o escoamento da nossa produção. De acordo com Lopes (2006), nesse período a exportação cafeeira, em termos de quantidade, era 36 vezes superior em relação à exportação de arroz, o segundo artigo mais produzido nas regiões de Sul e Sudeste do país. E, em termos de valor, era aproximadamente setenta vezes maior do que o do segundo principal produto de exportação, o algodão.

Taunay (1941) afirmou que, sem receio de exagero, todo o decurso dos sessenta e sete anos de regime imperial no Brasil foi pautado pelo café, e foi o café produzido pela mão de obra escrava que possibilitou o crescimento da economia nacional. Na leitura do historiador, ainda nos anos quarenta, a “grandeza real do Brasil é devida aos glóbulos vermelhos” (de café) e, sem dúvidas, o advento do período republicano só foi possível devido a essa realidade.

Ao panorama cafeeiro imperial, ficou evidenciada a grande evolução desse mercado internacionalmente, com o cenário das exportações do produto da seguinte forma: “às 186.000 sacas de 1822 valendo 3866 contos de réis, em contraste às 5.586.000 sacas de 1889 no de 173.258 contos de réis”. A produção cresceu trinta vezes e mais de quarenta vezes em valor. Neste ano também, 66,5% das exportações do Brasil eram de café (Taunay, 1941). Outro aspecto relevante a se destacar é que o estado de São Paulo foi responsável pela produção de 60,5% do café exportado pelo Brasil entre 1891-1900 (Silva, 2019).

Outros registros importantes de Taunay (1941) foram acerca das mudanças significativas em relação ao tamanho da população brasileira. Quando se tornou independente, em 1822, o país tinha uma população estimada de 1.531.648 pessoas. Depois de 50 anos da independência, em 1872, já era uma população de 4.116.756 pessoas. Já em 1900, após o fim do Brasil Império, havia uma população de 6.347.084 pessoas.

Esse crescimento considerável está ligado à abolição da escravatura em 1888 e ao crescimento exponencial do mercado do café no cenário internacional. De acordo com Mizubuti (2001), nas cidades do Rio de Janeiro e de Santos, havia uma maior concentração de portugueses, enquanto em São Paulo já havia o predomínio dos italianos. Estes vinham diretamente da Itália (para atuar numa indústria nascente), ou vinham dos cafezais do interior paulista, onde haviam trabalhado como colonos.

Beiguelman (2005), por sua vez, evidenciou um processo de incentivo estatal à imigração com a criação de leis em São Paulo que fomentaram a vinda de estrangeiros ao país, a exemplo da Lei nº36 de 21 de fevereiro de 1881, que viabilizou um valor para o pagamento das passagens para os imigrantes.

Sob o aspecto de estruturação do sistema produtivo agroindustrial do café no Brasil, cabe o registro de que no último quinquênio imperial foi fundada, em 1887, pelo Imperador D. Pedro II, a Estação Agronômica de Campinas, com o grande objetivo de melhorar nossa produção de café. Em 1892, a estação passou para a administração do Governo do estado de São Paulo.

Diante dessa dominância e estrutura política e produtiva em torno do mercado cafeeiro, foi possível o massivo e contundente crescimento das exportações do produto para os mercados internacionais. Esse ciclo apresentou um grande crescimento, e o ano de 1906 foi um auge significativo que viabilizou o melhor desempenho já visto nas exportações (Gráfico 3), o que só foi possível graças ao destaque produtivo local e também por interesses e investimentos estratégicos.

De acordo com Silva (2015), o Brasil recebeu recursos financeiros britânicos, franceses e alemães. Estes investimentos foram destinados à construção de ferrovias, incentivos às companhias de navegação, investimento em bancos e para a consolidação de companhias de importação-exportação.

Entretanto, foi neste período que se chegou à conclusão de que os investimentos na produção de café estavam tão comuns, que os governos dos principais estados produtores passaram a identificar dificuldades para escoar as quantidades produzidas, cada vez maiores, e também aspectos em relação à redução da qualidade dos grãos. Com isso, a redução dos

preços pagos pelos compradores estava cada vez mais frequente. Sendo assim, foram iniciadas ações intervencionistas para não deixar que o mercado cafeeiro se tornasse um grande problema nacional. O Convênio de Taubaté passou a ser o exemplo máximo dessa preocupação.

Em 26 de fevereiro de 1906, os presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniram-se na cidade de Taubaté, em São Paulo, a fim de encontrar solução para a falência iminente de grande parte do setor cafeeiro do Brasil. Os pontos mais importantes do acordo foram: manutenção do preço do café entre 55 e 65 francos a saca; redução das exportações de tipos inferiores de café; organização de uma campanha de publicidade no exterior visando elevar o consumo de café; imposição de uma taxa proibitiva nas novas plantações de café; negociação de um empréstimo de 15 milhões de libras para custear a administração do acordo; estabelecimento de um fundo (Caixa de Conversão) para estabilizar o câmbio. O acordo foi firmado em junho de 1906, com os seguintes ajustes. Primeiro, o preço do café foi fixado em moeda nacional, entre 32 e 36 mil-réis, com a possibilidade de ser aumentado para 40 mil-réis, se as condições do mercado assim o exigissem. Segundo, no caso de a União não apoiar o acordo, os governos dos estados arrecadariam o imposto de exportação necessário à administração da valorização. A União aprovou o acordo em Agosto de 1906. Já o imposto de exportação foi regulamentado por São Paulo em setembro (Peláez, 1971).

Nota-se um conjunto expressivo de registros históricos sobre as características da formação econômica do Brasil, entretanto, poucos estudos exploraram esse foco a partir de grandes intérpretes brasileiros sobre as características e especificidades da formação econômica do nosso país.

Sendo assim, a próxima seção tem o propósito de retomar muitos dos fatos e momentos históricos já apresentados nesta seção, porém de acordo com as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro e Celso Furtado.

## 2.2 A VISÃO DOS PENSADORES BRASILEIROS SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MERCADO DO CAFÉ NO BRASIL

### 2.2.1 Sérgio Buarque de Holanda

Para Holanda (1995), toda essa transformação gerada pela consolidação da cadeia produtiva do café possibilitou uma significativa mudança. Primeiro pela saída da ênfase dos sistemas produtivos com foco na cana-de-açúcar, e segundo pelas contribuições que o café gerou para a urbanização do país, cuja exploração é mais conectada aos modos de vida que conhecemos como modernos.

Com a expansão da produção do café no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ocorreu também, ainda em meados do século XIX, época em que o café ainda não havia se

tornado a principal fonte para a formação de uma economia agrária nacional, o entendimento por parte do Estado de que essa seria uma produção mais democrática, considerando o menor custo, e por não depender de grandes extensões planas de terras.

Do cafeeiro, chegou a dizer o historiador H. Handelman que é uma “planta democrática” em comparação com a cana e mesmo com o algodoeiro. Seu cultivo não exige tamanha extensão de terreno nem tamanho dispêndio de capitais; o parcelamento da propriedade e a redução dos latifúndios operam-se mais facilmente com sua difusão, tudo isso contribuindo para o bem geral (Holanda, 1995, p. 173).

Entretanto, isso não ocorreu, pois as propriedades rurais seguiam um padrão baseado em grandes unidades de terras que acompanhavam o que se via na produção da cana, além de que “a formação e sustentação de semelhantes propriedades exigiam, por força, grandes capitais, que não se encontravam ao alcance de qualquer mão” (Holanda, 1995, p. 173).

Sérgio Buarque de Holanda destaca que, em relação ao mercado cafeeiro, este foi o ramo econômico que mais conseguiu tirar de cena a relação de tradição da coisa rural que se via nos senhores de engenhos da cana-de-açúcar. A entrada dos barões do café consolidou-se com plena visão mercantil e com genuíno interesse na geração de lucros e grandes fortunas.

A fazenda resiste com menos energia à influência urbana, e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Declina rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantem outrora certa autonomia à propriedade rural (Holanda, 1995, p. 174).

Essa correlação efetivou-se a partir da implementação de sistemas de telecomunicações, mas principalmente com os avanços das linhas férreas entre as grandes zonas produtoras de café e as cidades definidas como centros de escoamento da produção, e nos centros urbanos surgiram serviços de apoio ao comércio local e internacional dos grãos de café. Na opinião de Holanda (1995), a produção do café no Brasil possibilitou “que o domínio agrário deixasse, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial.”

A principal crítica do autor ao modelo econômico e de mercado escolhido pelo Brasil, no contexto da pujança dos arranjos comerciais do café pelo mundo, foi de que essa estrutura, com foco na maximização produtiva, valeu-se da escravidão, dos grandes latifúndios e de forte concentração dos esforços políticos e empresariais com foco apenas na produção de café. Esse cenário gerou uma falsa percepção de sucesso econômico para o Brasil, o que não ocorreu em outros países da América Espanhola.

“A primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora, com a abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez

com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção” (Holanda, 1995).

Somado a isso, havia uma notória demanda da Europa industrializada para a compra de gêneros alimentícios de outros países, já que uma especialização produtiva agrícola não era de interesse, além de que os países com clima temperado já demonstravam melhor desempenho produtivo em alimentos.

Por fim, a obra *Raízes do Brasil* serve para confirmar o fato de que nascemos e crescemos, em termos políticos, econômicos e sociais, a partir de uma ordem colonial e patriarcal que gerou grandes consequências para as nascentes instituições nacionais.

### **2.2.2 Caio Prado Júnior**

De acordo com Caio Prado Júnior (1980), o mercado cafeeiro brasileiro estabeleceu-se apenas enquanto a continuidade de uma prática já conhecida, já que, para ele, o café era só mais um produto encomendado para atender aos interesses dos europeus. “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso” (Prado Júnior, 1980, p. 24).

Caio Prado Júnior assumiu uma visão crítica, demonstrando até certa irritação, pois o mercado brasileiro deveria reconhecer a prática meramente extrativista por parte dos europeus, assim como ocorreu nos ciclos do ouro, da cana-de-açúcar, do algodão, e de forma mais contundente no caso do café. Para o autor, representava apenas outra oportunidade momentânea, baseada num comércio instável e precário historicamente.

O café, principalmente, começa sua grandiosa trajetória que transformaria o país no correr do século XX. Tudo isso são os primeiros sinais de modificações profundas que se operariam em seguida. O eixo econômico do Brasil se desloca definitivamente para este setor. A mineração o levará do Norte açucareiro para o Centro do território da colônia. Ele se fixará agora neste setor que compreende as capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, e as regiões de Minas Gerais limítrofes destas. As transformações demográficas que aí se operam, e que acabamos de ver, são um dos aspectos dessa mudança de estrutura econômica que se estava realizando. De tudo sairá um novo equilíbrio político que será o do Império, sobretudo na sua segunda parte. (Caio Prado, 1980, p.79).

Não há dúvidas de que Caio Prado Júnior não se conformava com as configurações e modelo de crescimento econômico escolhido pelo Brasil, e essa relação conturbada contrastava-se com o fato dele pertencer a uma família tradicional e agrícola, sendo neto de um dos principais produtores de café do estado de São Paulo. Deparava-se ainda com a

incoerência de o Brasil ser um importador de produtos de alto valor agregado, chamado por ele de gêneros alimentícios de luxo, como o vinho, o azeite de oliva e até o sal.

Para o autor, era impossível melhorar e dinamizar a produção nacional, considerando o país pobre em recursos institucionais e regras de mercado, bem como de precária organização produtiva (Prado Júnior, 1980). Com uma perspectiva de sempre dedicar-se aos ciclos altamente dependentes de determinados produtos e falta de mecanismos de regulação dos mercados, o país gradualmente perdeu suas possibilidades de ganhos para dinamizar sua economia.

A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. A frase famosa, "o Brasil é o café", pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, é só, o café (Prado Júnior, 1980, p. 122).

Na perspectiva de Caio Prado Júnior (1980), essa realidade fez com que os fazendeiros de café se tornassem a grande elite social brasileira, fator que determinou, em grande medida, a constituição de uma hegemonia que ditaria caminhos no Brasil independente; como se, ao sair das obrigações impostas pela coroa portuguesa, entrasse na era de regramentos dos Barões do Café.

Em consequência, o país tornou-se livre e soberano na política, mas com as indicações desse grupo distinto que já havia gerado as suas próprias fortunas com o mercado cafeeiro. Notadamente, foi o estado de São Paulo o que mais se beneficiou, tornando-se uma região com o seu próprio "mar de café" - já não era possível identificar até onde iam as imensas plantações em grandes planícies produtivas resultando em uma concentração maior de riqueza e densidade econômica mais elevada. "Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século XIX até o terceiro decênio do século XX, se desenrolam em função da lavoura cafeeira" (Prado Júnior, 1980, p. 122).

As conclusões e preocupações de Caio Prado Júnior o fizeram pontuar, de forma prática, que os problemas brasileiros identificados por ele na primeira metade do século XX já estavam postos há mais de 150 anos, ou seja, desde o processo de intensificação e tentativas de avanços do capitalismo industrial pelo mundo. E coube ao Brasil tornar-se a grande região para a exploração agrária, seja do engenho ou das fazendas de café, já que a ocupação mercantil do território sempre esteve orientada por seu caráter climático tropical com

abundância de terras, fator que animou os colonizadores diante das condições gerais desta nova ordem econômica do mundo.

### **2.2.3 Raymundo Faoro**

Raymundo Faoro foi um importante intérprete da formação econômica do Brasil ao destacar o pleno interesse internacional na criação e ascensão do mercado cafeeiro brasileiro. Aponta que o mercado foi, infelizmente, pautado pelo uso irracional dos recursos, sejam eles os naturais ou os humanos, assim como ocorreu nos ciclos econômicos do ouro, do pau-brasil e do açúcar (Faoro, 2001).

O incremento e “sucesso” do café amplificaram-se por conta da interiorização da cultura, sobretudo no estado de São Paulo, e em sua capacidade de lastro para a formação nacional de instituições no processo inicial de formação dos interesses políticos e mercantis do país em processo de independência. A monocultura foi escolhida para atender aos interesses de consumo europeus, e a grande quantidade produzida era escoada pela integração de capitâneas marítimas, pelas quais chegavam também mais pessoas negras para trabalho escravo, sobretudo nas fazendas de café.

Posteriormente, no livro *Os Donos do Poder*, Raymundo Faoro faz uma análise crítica ao processo de crescimento econômico do país que, de uma vez por todas, era dominado pela hegemonia política, social e econômica do mercado cafeeiro. Para Faoro (2001, p. 257), “somente o café no oeste paulista, infundiu outra índole ao latifúndio, voltado sobre os salários e a moeda, num momento em que o domínio agrícola deixa de ser uma baronia e transforma-se quase em um centro de exploração industrial”.

A grande preocupação com os fluxos de produtos entre as nações demonstra que Faoro (2001) também se preocupava com a excessiva especialização produtiva, quase que nos mesmos moldes do extrativismo; o Brasil ficou conhecido como uma nação que importa tudo: a carne seca e o milho do Rio Prata, o arroz da Índia, o bacalhau da Noruega, o azeite de Portugal, o trigo de Baltimore, a manteiga da França e os tecidos de Manchester. “A importação representa assim as necessidades materiais de toda população, ao passo que a exportação representa o trabalho apenas de uma classe” (Faoro, 2001, p. 289).

As percepções de autonomia que dominavam o mercado cafeeiro estabeleceram-se no século XIX, mas sua base de formação sempre foi precarizada, já que a mão de obra escrava já dava sinais de que não seguiria como nos séculos anteriores. Além disso, outro aspecto que fortaleceu o crescimento do mercado foi a propriedade da terra, que se tornou um grande

instrumento de poder ao longo dos anos; entretanto, ainda que com terras agricultáveis, o mercado era carente de linhas de crédito e infraestrutura para o escoamento da produção.

A prosperidade prometida ao mercado ocorreu mediante os incentivos da coroa portuguesa, que por sua vez, era influenciada pelos interesses dos ingleses que prometiam crédito e facilidades para o fluxo de capitais que pudessem viabilizar a compra de mais escravos a serem enviados ao Brasil, e também para a aquisição de alimentos de luxo ainda não produzidos/processados em terras brasileiras.

Nesse contexto, era possível perceber que o café nunca pertenceu ao fazendeiro brasileiro, pois quem ditava as regras e determinava os padrões produtivos eram os comissários, representantes locais dos compradores internacionais dos grãos de café aqui produzidos. “O comissário adianta recursos por conta da safra, vendendo-a aos preços correntes e aceitando os saques do produtor, num ajuste de confiança e não de papel” (Faoro, 2001, p. 390).

Nessas relações e acordos baseados em palavras, Faoro cravou que o fazendeiro, além dos custos de produção e as despesas do próprio transporte, era pressionado a produzir a quantidade pré-estabelecida. Acredita-se que de dois terços a quatro quintos de uma saca de café ficavam nas mãos do comissário, que transferia os seus custos operacionais ao cobrar valores superiores no momento da finalização da venda/exportação das sacas de café por ele recolhidas. “O reino do café, em expansão exportadora na primeira metade do século XIX e no fastígio nos outros cinquenta anos, seria o negócio do inglês e a pobreza do povo brasileiro” (Faoro, 2001, p. 390).

Para que esse mercado continuasse a crescer à luz dos interesses europeus dos colonizadores portugueses, regras e definições burocráticas passaram a balizar o uso e a propriedade da terra em solo brasileiro. As leis privilegiavam os que estavam dispostos a ampliar seus investimentos no mercado cafeeiro, uma vez que esse mercado consolidou-se ao representar o grande interesse de compra de grandes empresários pelo mundo. Somado a isso, os cafezais apresentavam produtividade elevada e forte adaptação ao clima local no país.

Nessa perspectiva, a vitória coube aos senhores das sesmarias<sup>7</sup> (Faoro, 2001, p. 486), o que reforçou, definitivamente, a cultura do café como empresa da grande propriedade, lucrativa, e que a escravidão acentuou, impedindo a cultura pessoal do pequeno proprietário, por seu próprio trabalho e dedicação.

---

<sup>7</sup>A coroa portuguesa concedeu extensas doações de terras, sistema que ficou conhecido como sesmarias. Durante todo período colonial, foi o principal meio legal de obtenção de terras a título de propriedade no Brasil. A este respeito recomenda-se a leitura: NOZOE, Nelson *et al.* Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

A concentração da propriedade, por outro lado, era favorecida pela 'isenção do imposto territorial e o pesado imposto de transmissão'. Tanto a extensão dos cafezais como a exaustão do solo virgem, alimentavam o que um fazendeiro descreveu como 'o espírito quase supersticioso [...] do proprietário individual, cuja tendência era aumentar continuamente sua propriedade territorial, transformando o município numa área em que umas poucas famílias de fazendeiros controlavam milhares e milhares de hectares (Faoro, 2001, p. 487).

A expansão da produção industrial do café no Brasil ajudou Raymundo Faoro a se destacar como um intérprete da realidade nacional ao pontuar que o país nunca teve um passado feudal, pelo contrário, foram ações como estas, de poder do Estado, como as sesmarias, que foram imbuídas na criação da nossa realidade agrária a partir de um poder central, onde a coroa portuguesa, com base em leis próprias definidas em 1375 (Nozoe, 2006), aplicou na realidade brasileira aos longo dos séculos da colonização.

Foi analisando o mercado cafeeiro que Faoro conseguiu exemplificar com clareza que o que vigorou no Brasil foi o patrimonialismo associado ao estamento burocrático, que se apegou em leis até então encaradas como “democráticas”; isso criou a falsa percepção de que não havia privilégios estatais para poucos e sim para os mais preparados para assumirem responsabilidades produtivas demandadas pela coroa portuguesa. Foi essa ascensão dos mercados, com os préstimos dos comerciantes e dos militares, que viabilizou tal contexto (Faoro, 2001).

Durante a transição do domínio da corte portuguesa, que passou-se a perder o poder local, e justamente pela evolução da percepção de autonomia de poder econômico dos colonos e fazendeiros locais, que novos elos de mercado começaram a ser criados, e os comerciantes locais, até então pouco atentos às vantagens do café, passam a comprar à vista a produção local e tornaram-se ensacadores do grão, criando as primeiras ações de concorrência e mobilizando a especulação e formação dos preços da arroba do produto de forma diferenciada. Em seguida, surgiram também novos comissários, que representavam os interesses dos ingleses e norte-americanos.

Ao final do século XIX, sem dúvidas, os poucos investimentos em cana-de-açúcar e algodão caíram vertiginosamente, e os estados de Rio Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo foram ocupados por colonos para prosperarem suas atividades econômicas com o plantio do café. A produção no oeste paulista, já sem a antes permitida adoção de trabalho escravo, destaca-se e cresce rapidamente. De acordo com Faoro (2001), o setor cafeeiro paulista passou de 220 milhões para 520 milhões pés de café entre 1890 e 1900, o que levaria, em pouco tempo, ao problema da superprodução.

Ainda que o governo imperial tivesse percebido a necessidade de mais investimento para garantir uma expansão estruturada do mercado cafeeiro, sobretudo por meio de investimento na melhoria da infraestrutura para o escoamento da produção até os portos e também necessidade de mais beneficiamento/moagem do grão ainda no país, os comissários estrangeiros (ingleses, franceses e norte-americanos) não deixavam que esse caminho “ideal”, com foco no agregação de valor, avançasse.

A industrialização não avançou no sentido do beneficiamento do café, visto que a abundância de terras, crédito abundante e a promessa de expansão das exportações de forma ascendente era a configuração de mercado mais favorável aos fazendeiros paulistas. O setor manteve a sua prioridade exportadora, com a produção ascendente, de 5,5 milhões de sacas em 1890-91 para 16,3 milhões em 1901.

Consolidava-se assim, um traço marcante da economia brasileira, definida por Faoro (2001) como uma economia essencialmente agrícola, negociada e estimulada por comissários e por banqueiros, sempre articulada pelo foco no comércio exterior.

Não demorou muito para que as necessidades de apoio aos produtores que não reinvestiram na compra de mais terra e na renovação de lavouras começassem a sentir os efeitos da ampla produção do sudeste brasileiro. O Estado passou a ser pressionado, e as estratégias davam a entender que não era preciso se preocupar com produtores endividados, pois esta seria uma boa forma de seleção natural dos produtores, onde somente os maiores e com mais capacidade de pagamento iriam sobreviver.

Ao passo que a produção crescente do café gerava problemas não apenas para médios produtores com lavouras fracas, após o auge das exportações em 1906, ficou evidente que mesmo com bons preços no mercado internacional, não havia demanda suficiente para comprar toda safra de café do país. Neste momento iniciaram-se as políticas de Estado, como o convênio de Taubaté, para a criação dos instrumentos de pagamento e fixação de preços mínimos por parte do governo. O que não fosse exportado precisaria ser adquirido e armazenado pelo governo para esperar a diminuição da oferta durante as entressafas e assim garantir amplo abastecimento do mercado e até melhores preços pela arroba.

Prevaleceu o expediente de fixar um preço mínimo do café, com a retenção de parte da produção, retenção correspondente ao excedente do consumo mundial. Uma sobretaxa garantiria os recursos necessários à compra do produto no mercado interno. Para o aperfeiçoamento do esquema seria necessária a presença do governo federal, por meio do Banco do Brasil, que emprestaria moeda brasileira, e na garantia de empréstimos externos, conseguidos na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, a princípio sob a responsabilidade de São Paulo. Esta projeção pública das medidas, obrigando o governo a intervir depois de aberta a crise, levou à criação, ainda em 1922, de uma agência federal e permanente — o Instituto de Defesa

Permanente do Café —, depois dissolvida, quando o Estado de São Paulo funda o Instituto do Café (1925) (Faoro, 2001, p. 628).

Após esse cenário de rupturas, falta de planejamento produtivo e desalinhamentos entre o governo de São Paulo e o Governo Federal, somados à crise financeira internacional de 1929, o mercado cafeeiro entrou em colapso e foram necessárias ainda mais ações intervencionistas por parte do Estado, o que fomentou a visão de mais investimentos com foco em políticas de industrialização.

Por fim, pela interpretação de Faoro (2001), é possível observar que o nascimento da primeira república emergiu nesse contexto de esgotamento e de crises do mercado cafeeiro, após intensos ciclos de crescimento e superação de dificuldades neste mercado. Sendo assim, o Estado brasileiro da primeira república assumiu o seu papel de proteção e amparo aos fazendeiros, comerciantes e organizações financeiras. Para o mercado do café, o que marca essa relação é a criação do Departamento Nacional do Café (1933), extinto em 1946, que posteriormente se tornou o Instituto Brasileiro do Café, em 1952.

#### **2.2.4 Celso Furtado**

Para finalizar as interpretações sobre o mercado cafeeiro, cabe destacar as análises determinantes de Celso Furtado sobre a Formação Econômica do Brasil pela obra que levou este nome. Em 1961, o autor reforçou que a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX foi a expressão prática de mudanças nas bases do sistema econômico, que se constituiu numa transição em diversas dimensões: política, econômica e institucional.

Foi das tensões internas e do crescimento da economia cafeeira e, ainda mais, foi na etapa de crise dessa economia que surgiram os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, com base em estratégias nacionais lideradas pelo Estado. Mas tal avanço, com base num Estado provedor de soluções, serviu para atender às demandas de um grande mercado que ampliou o poder e sucesso do pensamento liberal, já que “à medida que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se também as relações econômicas com os EUA” (Furtado, 2005, p. 48).

Como os demais intérpretes, Celso Furtado dedica-se a analisar a evolução do mercado cafeeiro e aponta que as bases da escravidão, bem como o apoio e interesse da corte portuguesa, foram essenciais para o crescimento das empresas/fazendas do café no Brasil. Ao contrário do que se percebeu na produção de açúcar, o autor apontou uma diferença com

relação aos custos da operação produtiva: no modelo de produção do café, a preocupação sempre foi apenas com o fator terra.

A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também esteja imobilizado - o cafezal é uma cultura permanente -, suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local. A empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. Como em sua primeira etapa, a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração (Furtado, 2005, p. 116).

Esse caráter fez emergir uma nova classe empresária no país, que desempenhou função central no modelo de desenvolvimento das estratégias e modelo de mercado aceito pelo Brasil ao longo das décadas posteriores à formalização do mercado cafeeiro. Essa classe foi formada inicialmente pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro, local que representava a região de maior consumo de bens comercializados e importados pela corte portuguesa.

Com isso, e a partir da experiência de homens dedicados ao comércio, para Furtado (2005), a economia cafeeira formou-se de maneira específica e nunca vista em outro momento no país. Formou-se, em torno disso, uma força-tarefa liderada por estes empresários para garantir a aquisição de terras, o recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais e interferências nas políticas de Estado (financeira e econômica).

Na formação da economia cafeeira, Furtado (2005) também pontuou duas questões principais para o seu sucesso ao longo do final do século XIX e a primeira metade do século XX. Primeiro pelo declínio da oferta de grãos de café em quantidade e qualidade, por parte de países asiáticos, na Ilha de Ceilão (Sri Lanka), onde, por exemplo, praticamente todos os pés de café morreram diante de doenças não controladas nas plantas. Segundo, por conta do sucesso inicial desse mercado, as bases do Estado durante o Império e início da república foram coordenadas para atender aos interesses dos cafeicultores, seja para incentivar o contínuo crescimento ou para ajudar na superação de crises, inicialmente fomentada apenas pelo governo do estado de São Paulo, mas que logo se tornaria pauta principal do governo federal também.

No decurso dessa realidade, é preciso pontuar que a superação da escravidão nos cafezais precisou passar por um processo delicado de reorganização produtiva e social do país. Furtado (2005) explicou o advento da economia cafeeira assalariada, ondemesmo que os

efeitos da abolição demorassem a ser de fato observados na prática, o que se percebeu foram míseros níveis salariais para cumprir com ordens expressas pela lei.

Se a expansão da economia cafeeira [brasileira] houvesse dependido exclusivamente da mão-de-obra européia imigrante, os salários ter-se-iam estabelecido em níveis mais altos, à semelhança do que ocorreu na Austrália e mesmo na Argentina. A mão-de-obra de recrutamento interno -utilizada principalmente nas obras de desflorestamento, construções e tarefas auxiliares - exerceu uma pressão permanente sobre o nível médio dos salários (Furtado, 2005, p. 154).

Somado essa “transição” de escravidão para trabalho assalariado, Furtado (2005) também destacou que não havia incentivos ou interesses dos fazendeiro em aumento de produtividade por área plantada, seja em termos de quantidade de terreno utilizado ou em termos de quantidade de mão-de-obra. Esse traço irracional do crescimento econômico no país destoava fortemente das estratégias de crescimento já conhecidas pelos processos de industrialização de outras nações.

Na linha de iniciar um discurso em torno da ideia de que era preciso repensar a exploração dos recursos naturais na produção do café, sobretudo do solo, o autor ensaiou ampliar suas críticas para uma dimensão ambiental. Para ele, diante da abundância de terras, essa realmente não era uma preocupação como era para uma indústria extrativa de minerais, onde reconhecidamente já se sabia que estes minerais não iriam se regenerar. “O problema dos solos é, até certo ponto, menos grave, pois quase sempre é possível reconstruí-los. Serão raros os casos em que a destruição de solos é irreparável” (Furtado, 2005, p. 164).

Não há dúvidas que as interpretações de Celso Furtado sobre o mercado cafeeiro foram certas em dinamizar discursos sobre o início do trabalho assalariado e sobre as preocupações com o uso racional dos recursos naturais, dimensões que não foram debatidas ao longo do período dos ciclos econômicos, seja durante a ascensão e auge do mercado do café, ou nos ciclos anteriores.

Enquanto isso, o empresário/fazendeiro inaugurou a primeira década do século XX com a ampla retomada das articulações para manter o apoio do Estado em torno da superação das dificuldades de coordenação dos sistemas produtivos do café no país. O Convênio de Taubaté, de 1906, ficou conhecido como a política de valorização e fortalecimento da produção e mercado do café por meio do estabelecimento de ações para

a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (Furtado, 2005, p. 116).

Essa integração da empresa cafeeira e do Estado como algo praticamente indissociável foi constituída já no início da formação do setor, o que garantiu uma percepção de que o grande negócio dos empresários/fazendeiros era cuidar de aumentar a produção, e o papel do Estado era o de garantir o mercado e o equilíbrio dos preços por meio das suas políticas federais de valorização.

Os empresários brasileiros logo perceberam que se encontravam em situação privilegiada, entre os produtores de artigos primários, para defender-se contra a baixa de preços. Tudo o que necessitavam eram recursos financeiros para reter parte da produção fora do mercado, isto é, para contrair artificialmente a oferta. Os estoques assim formados seriam mobilizados quando o mercado apresentasse mais resistência, vale dizer, quando a renda estivesse a altos níveis nos países importadores, ou serviriam para cobrir deficiências em anos de colheitas más (Furtado, 2005, p. 175).

Entretanto, para Furtado (2005), a dinâmica da economia internacional mudou completamente com a crise mundial de 1929, quando evidenciou-se que nem mesmo as políticas de valorização e defesa do café seriam capazes de suportar tamanho declínio das importações, sobretudo pelos Estados Unidos. A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu 100% entre 1925 e 1929, e durante esse aumento produtivo, as exportações mantiveram-se estabilizadas e com piora, pois em 1927-29, as exportações apenas conseguiram absorver dois terços da quantidade produzida pelos cafezais brasileiros.

Este cenário determinou um período conturbado para a economia cafeeira, porém, não havia o que ser feito, pois cumprir com os preços mínimos para todos os fazendeiros prejudicados pela crise dos EUA já não era mais possível, e também não havia mais a possibilidade de aumentar estoques para a venda futura do produto, e os devastadores efeitos da crise apontavam para anos consecutivos de depressão. O fato é que era necessário evitar que os estoques “invendáveis” de café continuassem a gerar ainda mais baixas de preços do produto.

Diante disso, e com o entendimento de que era óbvio que a superprodução já estocada e a que estava por vir não tinha nenhuma possibilidade de ser comercializadas dentro de um prazo razoável, a decisão sobre destruir os estoques de café ganhou força e de fato foi aplicada, com o aval do recém-criado Conselho Nacional do Café. Neste conselho também foi decidido que o Estado teria que ampliar a sua arrecadação de impostos incidentes sobre as exportações para complementar a compra e destruição do café, e também foram utilizados recursos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional (Furtado, 2005).

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se

no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (Furtado, 2005, p. 189).

Essa operação possibilitou que, em 1931, o governo disponibilizasse mais de 1 bilhão de cruzeiros para aquisição de café e sua posterior destruição, o que evitou uma crise ainda mais profunda, inclusive de setores prestadores de serviços de apoio à cadeia produtiva do café. Com isso, o Brasil começou a indicar a recuperação de sua economia a partir de 1933, por méritos próprios e sem necessidade de intervenções externas, ainda que de forma inconsciente e, achando que estava apenas protegendo a economia cafeeira, a política foi fundamental para a estabilização dos níveis de renda de toda a população economicamente ativa (Furtado, 2005).

O mercado cafeeiro brasileiro foi construído a partir dessas diversas interfaces que passaram por um *boom* das compras internacionais, mas por falta de planejamento da produção nacional, o país passou a ter o problema com a sua produção crescente. Os intérpretes brasileiros trouxeram registros importantes sobre o tema e cabe articular aqui as principais convergências entre eles.

### 2.3 ANÁLISE DO INSTITUCIONALISMO BRASILEIRO FORMADO A PARTIR DA ECONOMIA CAFEEIRA: ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E DECLÍNIO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Os mecanismos utilizados para apresentar a trajetória histórica das nações possibilitam encadear uma série de fatos e argumentos para apresentar as raízes e influências da formação do institucionalismo de um país. Diante de tamanha representatividade do mercado cafeeiro para o Brasil, é inegável que o mesmo determinou, em larga medida, a formação econômica e capitalista do país.

Conforme discutido no capítulo I, a abordagem *VoC* ajuda a compreender (Hancké et al., 2008; Baccaro e Pontusson, 2016; Schneider, 2013; e Madariaga, 2018) e a construir uma matriz lógica dos efeitos do mercado cafeeiro para o Brasil, pois a trajetória desse mercado gestou também a formação do nosso próprio institucionalismo, que conforme Streeck (2011), só se forma a partir espaços de interações políticas e sociais dinâmicas.

O mercado cafeeiro foi um grande exemplo de transformações, já que este mercado constituiu-se a partir de um interesse mercantil, que foi percebido pelos portugueses como a grande oportunidade de um mercado a ser explorado nas produtivas terras brasileiras. O que

começou pequeno, apenas para atender uma demanda de consumo local e da corte, demonstrou potencial para atender outros países da Europa. Outro traço marcante foi a utilização da mão-de-obra escrava e a interiorização da produção para além das regiões litorâneas, o que manifestou uma tendência dos avanços da fronteira agrícola em toda região Sudeste do país, mas principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (Holanda, 1995; Prado Júnior, 1980; Faoro, 2001; Furtado, 2005).

Logo, todo o movimento para avançar com as fronteiras produtivas do café pelo país ocorreu por necessidade do Estado Português em se manter ativo em seus mercados. Conforme vimos em Vieira (2012), os portugueses sempre estiveram à margem das decisões europeias de mercado, e seus negócios no início do século XIX ainda dependiam do tráfico de escravos, do extrativismo e dos sistemas produtivos no Brasil. Diante do esgotamento da mineração, da produção açucareira e do reduzido avanço do algodão, o Estado português passou a investir no café.

Este fenômeno, iniciado por volta de 1770, conforme indicado por historiadores (Fraga, 1963; Silva, 1981), aponta para o que Baccaro e Pontusson (2016) chamaram de crescimento liderado pelo Estado. Tanto o consumo quanto a produção do café foram incentivados pelo Estado Português, o que foi determinante para a criação e impulso de um mercado promissor.

Cabe ressaltar, entretanto, que o reinado português sempre esteve atento à sua própria organização política (Faoro, 2001), às vezes até mais do que para o mercado, o que contribuiu para que o Brasil formasse uma cultura de Estado baseada nas ordens à luz das leis e premissas do Direito português.

Por meio desses regramentos, conforme Prado Júnior (2011), o mercado cafeeiro nasceu para atender aos interesses dos mercados internacionais e precisava de uma produção especializada e em grande quantidade. A corte portuguesa, por força das suas leis, fez com que os proprietários rurais tivessem elevada autoestima e *status* social, sendo equiparados à importância da nobreza.

É isso o que Weber (1999) chama de poder do reinado patriarcal. Foi este reinado que possibilitou que o proprietário rural, responsável pela produção de café, assumisse o caráter de dono e de barão do Brasil. “Na dominação burocrática é a norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas” (Weber, 1999, p. 234).

Outra nuance fundamental e sempre presente para apoiar a formação do mercado e do estado brasileiro foi o centralismo religioso. Os escravos, a produção e as grandes extensões de terras eram todos “providência divina”. A religião em Portugal sempre mediou (para

facilitar ou limitar) a relação do povo com a coroa. Deus sempre foi utilizado para validar as escolhas e para provar que o poder centralizador do Estado estava sempre certo (Faoro, 2001).

Essa interpretação ajuda a compreender a facilidade com que os portugueses mantiveram o seu domínio unilateral e de forma inquestionável por cerca de três séculos sobre o território brasileiro. A baixíssima densidade demográfica de povos originários e a crescente quantidade de africanos traficados não representavam qualquer ameaça popular aos interesses mercantis da coroa, entendida tacitamente como a detentora dos meios de produção, das leis e da proteção divina.

Portando, a história do primeiro ciclo do mercado cafeeiro no Brasil refletiu no institucionalismo brasileiro a seguinte característica marcante para a economia nacional: entre 1857 e 1868, o Brasil firmou-se como uma nação especializada em produzir matéria-prima (neste caso: grãos de café) e exportá-la (Faoro, 2001; Prado Júnior, 1980; Furtado, 2005), de forma concentrada e orientada aos interesses de consumo de países de capitalismo industrial já instituído. Este fragmento da história aponta para uma práxis essencialmente mercantil (Oliveira et al., 2020; Menezes de Medeiros, 2022), traço marcante do capitalismo do tipo ibérico, ou seja, uma variedade de capitalismo exclusiva e distinta da realidade de nações industrialmente desenvolvidas.

Já o segundo ciclo econômico do café, compreendido entre 1869 e 1885, revelou a efetiva necessidade do Estado, ainda no regime imperialista, de reassumir e reforçar o seu papel de estado provedor, para superar o início de uma primeira crise do mercado cafeeiro, que se configurou com a redução da disponibilidade da mão-de-obra escrava, aumento de custos, incapacidade para escoamento dos grandes volumes produzidos, problemas cambiais e de redução de preços no mercados internacional.

Tal crise surge justamente no período em que a produção brasileira já representava 60% das exportações do café em todo o mundo. Este cenário ajudou a constituir uma lógica de que o mercado estava fadado a subordinar-se ao capitalismo industrial (Furtado, 2008). Cenário que também reforça a interpretação de Rangel (1957), pois o institucionalismo brasileiro efetivou-se como uma economia complementar ou periférica. O país de economia periférica é aquele colonizado por nações sem projetos de desenvolvimento que pudessem gerar autonomia produtiva e econômica, e como bem pontuou Furtado (2005), foi essa a realidade do Brasil.

O terceiro ciclo do mercado cafeeiro, entendido para o período de 1886 a 1906, nos faz refletir e pontuar que os países de centro, detentores de um capitalismo anglo-saxão, têm

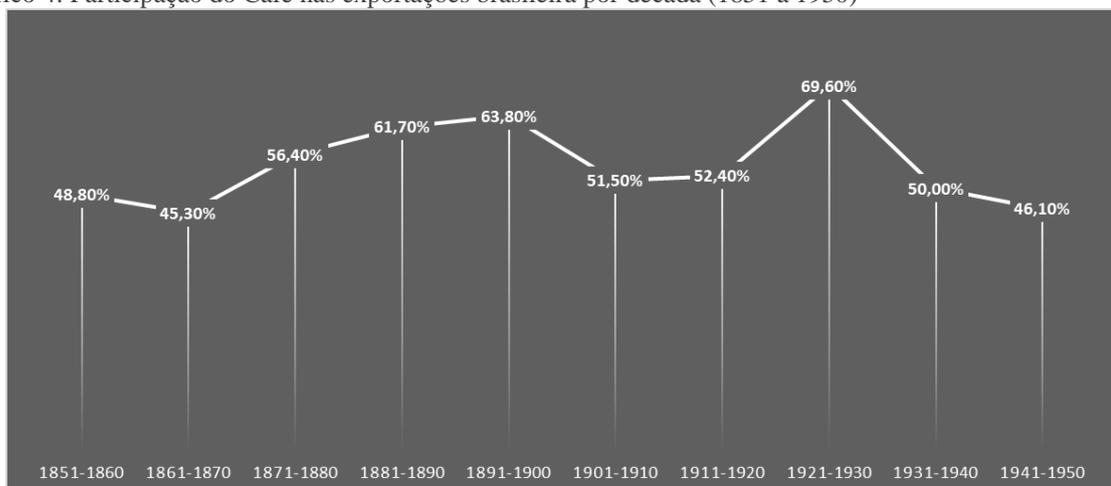
seus momentos de ascensão e declínio. E são nessas crises que se revelam como providenciais as ações de estado para proteger suas economias.

No institucionalismo do país, altamente influenciado pelo mercado cafeeiro, o estado de São Paulo carimbou o seu domínio e centralidade de poder produtivo, econômico, logístico e tecnológico em relação ao restante dos estados brasileiros. Surgiram assim as políticas de incentivos às migrações, e com a destinação de propriedades de terras aos imigrantes, sobretudo europeus, o trabalho assalariado deu seus primeiros passos, e a ideia de “indústria do café” a céu aberto ganhou força. O monocultivo em largas extensões de terras consolidou-se, e iniciou-se a disputa entre pequenas e grandes unidades produtivas; as primeiras, minifúndios improdutivos que não geram vantagens econômicas, e as grandes, competitivas e geradoras de renda para a nação.

Cabe reforçar que esse discurso emergiu no contexto da Primeira República, uma vez que o café era a grande conquista do Brasil e o principal motor para os impulsos econômicos jamais vistos pela nação. Os governos, portanto, estavam prontos para criar e manter todos os incentivos necessários ao setor, com o fortalecimento do crédito produtivo e garantia de políticas de preços mínimos (Furtado, 2005; Netto, 1958; Lopes, 2006).

A defesa do mercado cafeeiro rendeu resultados expressivos ao Brasil, em volume de exportações que chegaram a alcançar o patamar de quase 70% do total das exportações na década compreendida entre 1921 e 1930 (Gráfico 4). As duas décadas anteriores haviam sido marcadas por intervenções governamentais (como o convênio de Taubaté) que contribuíram para esse desempenho.

Gráfico 4: Participação do Café nas exportações brasileira por década (1851 a 1950)

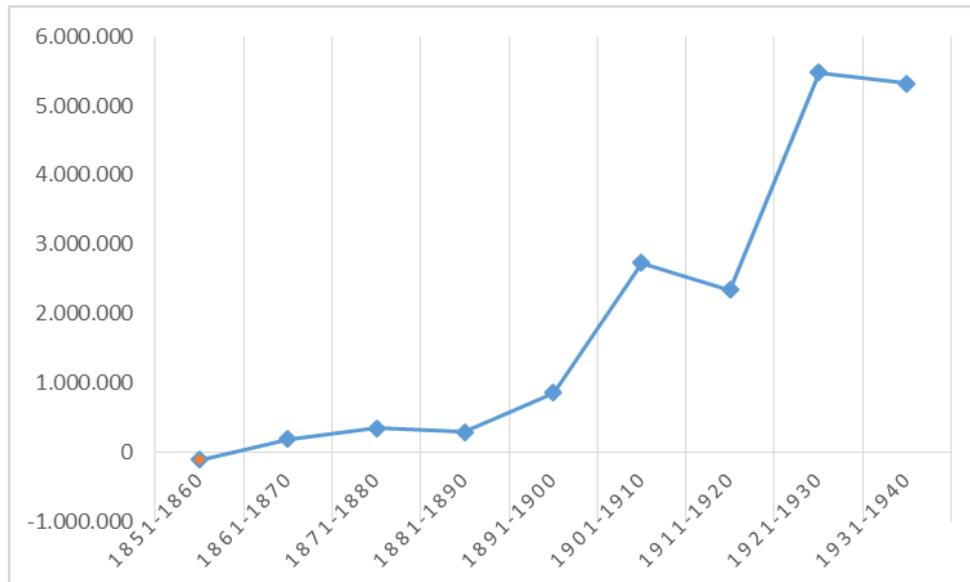


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Menezes et al. (2010).

Já a década de 1931-1940 foi marcada pela ainda crescente oferta de café em contraste com a diminuição da procura e contração do comércio internacional, o que gerou uma significativa queda das exportações (Menezes et al., 2010). Esse contexto causou dispersão entre os empresários/fazendeiros do café e insatisfações com os governos, e o Estado respondeu com a retomada, por exemplo, do Conselho Nacional do Café.

Finalmente, o mercado cafeeiro foi determinante para possibilitar a rotina de obtenção de saldos positivos da balança comercial brasileira, saindo de um saldo negativo na década 1851-1860, para um saldo significativamente positivo na década 1921-1930, com quase 6.000.000 mil contos de réis de saldo (Gráfico 5).

Gráfico 5: Histórico de Saldos da Balança Comercial brasileira. Média por década (1851 a 1940) - Contos de Réis



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Menezes et al. (2010).

Foram esses resultados que geraram instabilidades com os norte-americanos, onde nossos principais compradores demonstraram efetivamente que precisavam frear a expansão da economia brasileira.

Os EUA, por meio das premissas da sua política antitruste, passaram a questionar o grau de valorização do café brasileiro, ao indicar que pretendiam repensar se iriam ou não continuar comprando café do Brasil. Outro ato nesse sentido ocorreu no contexto da Grande Guerra (1914-1918), onde a Grã-Bretanha proibiu a importação de café, pois o produto foi considerado não essencial. Essas medidas atingiram significativamente a economia brasileira e foram determinantes para fazer com que o mercado cafeeiro iniciasse a sua nova trajetória, mas, dessa vez, de declínio (Menezes et al., 2010).

Isso demonstra uma face protetiva do capitalismo anglo-saxão que, ao perceber a ascensão da economia brasileira, impôs freios significativos ao crescimento econômico do país por meio do mercado cafeeiro, e reconhecer essa realidade reforça as interpretações de Furtado (2005) e Rangel (1957).

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO II

O Estado foi central para o processo de evolução do mercado cafeeiro no Brasil. Conforme identificamos, a produção do café, em sua origem, envolvia a relação dos proprietários das terras, definidos de forma arbitrária, mas com base nas leis da coroa portuguesa, a partir da ideia de Negócio do Rei (Prado Júnior, 1980) e apoiado pelo estamento burocrático (Faoro, 2005). Tais características reforçam o fato de que o institucionalismo brasileiro nasceu e cresceu a partir de uma ordem colonial e patriarcal (Holanda, 1995).

O Estado brasileiro, na passagem do imperialismo para a primeira república, assumiu o seu papel de proteção e amparo aos fazendeiros, comerciantes e organizações financeiras. Para o mercado do café, esse institucionalismo marca a criação de instituições e organizações de suporte ao crescimento da importância do mercado cafeeiro para o Brasil.

A formação do mercado internacional do café baseou-se na realidade da redução da capacidade de produção por parte de outras nações e na forte adaptação da produção do grão em terras brasileiras, sobretudo na região Sudeste. Sustentado pela mão de obra escrava, grandes extensões de terras e ação estruturante da coroa portuguesa (Estado), foi este o mercado que determinou o institucionalismo brasileiro em termos econômicos, políticos e sociais.

Ficou evidenciado por Gibbon (1934) que a divulgação do café produzido no Brasil para abertura e manutenção de mercados sempre foi feita pelo Estado, e essa comunicação visava atingir, prioritariamente, os EUA e países europeus. No contraponto, o incentivo para aumentar o consumo de café pelos norte-americanos, por exemplo, foi realizado pelos importadores e torradouros do setor privado. Portanto, o setor deve a sua pujança ao Estado brasileiro, pois foi por meio dele que houve subsídios, financiamentos e apoio ao escoamento e exportação da produção cada vez maior ao longo das décadas.

Foi com essa atenção ao mercado cafeeiro que o Estado brasileiro conseguiu superar as primeiras crises do mercado, mesmo diante das dificuldades com sua política monetária e instituições financeiras. A partir de 1870, o mercado cafeeiro brasileiro definitivamente demonstrou a sua importância, e o Estado mais uma vez esteve à frente para garantir aumentos de produção, incentivos às exportações e investimentos em infraestruturas de

estradas, ferrovias e portos. Tal contexto fez com que o Brasil da primeira república se consolidasse economicamente.

Houve, entre 1886 e 1906, transições marcantes para a história econômica do Brasil, como a abolição regular da escravidão e o crescimento econômico do país por meio das agroexportações, que gerou os consecutivos e crescentes saldos positivos da balança comercial e emergiu o interesse pela industrialização do país.

Por meio do institucionalismo brasileiro, foi possível alinhar a sociedade brasileira aos interesses dos produtores de café, uma produção capitalista com agricultura intensiva em uso da terra, de mão de obra e de abertura de novas áreas produtivas pelo interior dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, tudo de forma dependente do consumo definido pela Europa e Estados Unidos.

Nesse período, entre 1850 e 1950, sob o contexto do mercado cafeeiro, o Estado brasileiro inaugurou ao menos oito fatos que marcaram a sua trajetória histórica:

- 1) Criação e sustentação oficial do primeiro banco público do país, o Banco do Brasil, que já nasceu concedendo empréstimos aos produtores de café;
- 2) Extinção da legalidade do trabalho escravo e incentivos do Estado brasileiro para a vinda de mão de obra imigrante de países europeus;
- 3) Destinação de propriedade de grandes extensões de terras para colonos europeus para a produção prioritariamente de café;
- 4) Início da oferta do trabalho rural assalariado nas lavouras de café;
- 5) Contratação de empréstimos e ampliação da dívida externa para investir na construção de ferrovias e portos que auxiliaram para o escoamento dos grãos de café;
- 6) Obtenção consecutiva e crescente de saldos positivos da balança comercial, por conta da grande contribuição das exportações de café;
- 7) Criação de instrumentos legais a serem executados pelo Estado para a proteção, estabilização e incentivo do mercado cafeeiro (Convênio de Taubaté);
- 8) Aplicação de uma política de garantia de preços, por meio da definição do preço mínimo pago ao produtor pela saca de café.

Estes fatos ajudam a reconhecer como a ação do Estado foi determinante para a criação das condições necessárias para o crescimento do mercado cafeeiro no Brasil, sobretudo, com um duplo interesse; primeiro, para dar suporte ao aumento da produção e segundo, para atender aos interesses econômicos e mercantis impostos pelo capitalismo industrial de países europeus e dos EUA.

Confirma-se que a economia brasileira é essencialmente dependente (Rangel, 1957), e estadocêntrico (Oliveira; Ebling, 2015), onde as inovações e incentivos tecnológicos com foco no aumento da produção de matérias-primas são mobilizados pelo Estado-Inovador local (Pivoto et al., 2016), o que auxilia a definir uma variedade de capitalismo muito particular.

Cabe reforçar que a matriz teórica do capítulo I facilita a compreensão de que o que observamos no Brasil é que a sua trajetória histórica de formação de suas institucionalidades ajudou a resistir aos avanços das premissas da economia anglo-saxão. O que de fato se nota é uma economia de base essencialmente latino-americana coordenada pela centralidade de poder de decisão do Estado, este que, ao longo de quase um século, se dedicou a implementar e ampliar o mercado cafeeiro, tornando-se o maior responsável mundial pela produção e exportação deste bem. O Brasil chegou a representar 80% da produção mundial de café (Netto, 2020), e entre as exportações totais do país, esse produto chegou a representar quase 70% do total.

Por meio das intervenções do Estado, a economia brasileira mostrou-se resiliente e capaz de se recuperar diante de crises. Na crise de 1929, por exemplo, o país demonstrou estabilização econômica antes mesmo dos países com capitalismo de origem anglo-saxã, como Furtado (2005) ressaltou, pois o Brasil começou a indicar a recuperação da sua economia a partir de 1933, por méritos próprios e sem necessidade de intervenções externas.

A proteção do mercado cafeeiro com a compra de estoques e a garantia de preços mínimos por saca não deixou que os produtores perdessem a sua capacidade de recuperação. “O Brasil adotou essa política a um extremo que jamais foi sonhado pelos países industrializados” (Furtado, 1964 apud Peález, 1971, p. 10).

Tais evidências corroboram para reforçar as premissas desta tese e apontam para o fato de que Brasil cresceu via um institucionalismo que privilegiou a centralidade do poder e do estamento burocrático, baseado em regras juridicamente impostas pelos donos e mandatários do poder, e as distintas e elevadas capacidades do Estado percebidas no país precisam ser consideradas nos estudos e análises sobre nossa sociedade e suas interações políticas e econômicas.

Com a ampliação do escopo de análise da economia brasileira a partir da lógica institucional, é possível encontrar respostas claras e explicativas sobre a realidade das instituições e escolhas políticas do Brasil. Os pensadores brasileiros apresentam com riqueza de detalhes os motivos, interesses e o avanço da nossa economia cafeeira. Entender estas características ajuda a interpretar traços marcantes das instituições e organizações da atualidade.



### **CAPÍTULO III – HERANÇAS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRO PARA A DINÂMICA ATUAL DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS**

Cabe analisar: qual o legado deixado por essa trajetória histórica de formação do institucionalismo brasileiro para as instituições brasileiras da atualidade? Ou ainda, essa trajetória foi determinante para reforçar variedades de capitalismo do tipo ibérico? Existem linhas de investigação/interpretação, do contexto internacional, com foco nas discussões sobre desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento para além das discussões sobre o estruturalismo latino-americano?

As evidências e resultados obtidos a partir da análise do mercado cafeeiro brasileiro, sobretudo da primeira metade do século XX, ajudam na obtenção de respostas para estas e outras questões, e iremos avançar com discussões neste sentido no presente capítulo.

Esses fatores foram determinantes e formaram instituições que até a atualidade são impactadas por dimensões relacionadas ao papel central do Estado numa economia dependente (Furtado, 2005; Rangel, 1957); pelo estamento burocrático (Faoro, 2001); pelo poder central das elites sobre terra, capital e trabalho (Prado Júnior, 1980); e pela ordem colonial/patriarcal (Holanda, 1995). Essas características, como sabemos, destacam-se diante da trajetória histórica de evolução e manutenção, no Brasil, do centralismo religioso, da escravidão, da propriedade da terra e da sua especulação/financeirização.

Assim, o presente capítulo dedica-se ao aprofundamento das discussões a este respeito e busca evidenciar que a trajetória do institucionalismo histórico do país continua a determinar regras, comportamentos e ações das nossas instituições.

#### **3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COMPORTAMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

As interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior são essenciais para o entendimento das instituições brasileiras da atualidade. É inegável que a história de formação do Estado, da política e da sociedade brasileira impactaram diretamente nas escolhas de mercado e na formação de uma variedade de capitalismo única e característica de um país latino-americano subdesenvolvido.

É notório reconhecer que o mercado cafeeiro fez do Brasil um país de economia agrária e, mais do que isso, um país com uma república dominada politicamente pelos principais interessados nesse setor, os empresários do núcleo agrário/cafeeiro. Sérgio Buarque

de Holanda, ao publicar a obra *Do Império à República*, em 1972, ajuda a formatar um quadro analítico do institucionalismo e das instituições vistas na civilização moderna do Brasil.

Se antes a Coroa, na atualidade são as lideranças do setor produtivo agropecuário que ditam, em larga medida, as regras no âmbito do Estado, o que, pelo olhar destes, é necessário para o bom funcionamento das instituições e de nossa política econômica. Para isso, Holanda (2005) destacou que os governos tornaram-se um grande gerador de empregos públicos remunerados aos familiares, onde, no máximo 10% dos servidores públicos escapavam dessa regra. Os efeitos negativos dessa prática foram rapidamente notados, o que abalou a confiança na estabilidade das instituições, desmoralizando-as de forma progressiva perante a sociedade.

Para além de um Estado utilizado para atender aos interesses da principal classe dominante do país, outro ponto que marcou a desmoralização das instituições brasileiras pelo mundo foram as constatações de que “no Brasil, as eleições se fazem de um modo muito diverso do que na França ou, melhor, constituem simples mascarada que já não ilude a ninguém” (Holanda, 2005, p. 221).

Isso revela que os antecedentes históricos, bem pontuados por Faoro (2001) e Padro Júnior (1980), sobre o estamento e o negócio do rei, que ainda continuam a refletir nas modernas instituições, são forçadas a criar leis e normas - e ainda as criam com a possibilidade de manutenção da centralidade no poder. Essa, essencialmente, é uma característica atual que bloqueia avanços democráticos no país.

Nesse mesmo espectro, Holanda (2005) foi feliz ao pontuar que o marasmo e lentidão do país para superar o regime de escravidão, por exemplo, se deu pela percepção dos governos de que essa mudança “radical” colocaria em xeque toda a pujança produtiva e econômica do mercado cafeeiro.

As decisões das instituições brasileiras eram e continuam sendo pautadas pelo papel dos grandes produtores agropecuários, que se somaram à força de multinacionais produtoras de insumos sintéticos e de base química, numa lógica de que a monocultura agroexportadora sempre constituiu os traços necessários para o sucesso econômico do país.

Essa hegemonia, entretanto, passou a perder força, já que os problemas sociais, eleitorais e de mercado de trabalho passaram a ser mais discutidos pela população. As práticas sociais revelaram uma nova nuance para a formação das instituições brasileiras, e o centralismo religioso e os barões do café tiveram que dividir espaços com essas novas questões, ainda que diante de um Estado temeroso por não saber como lidar com rupturas políticas e sociais que impactaram diretamente na dispersão de foco, pois não era apenas o mercado que demandava suporte estatal.

Nos anos 1980, Raymundo Faoro afirmou que Sérgio Buarque de Holanda conseguiu definir o perfil das instituições brasileiras, desde as suas origens. Esses ensaios de Faoro foram organizados no livro *Raymundo Faoro: a república inacabada*, por Fábio Konder Comparato, onde evidenciou o caráter ideológico, aristocrático e elitista das instituições brasileiras. O que, em larga medida, sempre impediu uma evolução política e social da nação.

As instituições constituídas foram atreladas a uma trajetória histórica que se baseou em um ordenamento jurídico que sempre esteve a serviço da manutenção do tradicionalismo importado do contexto europeu, especialmente dos portugueses. Além destes, a igreja, os empresários economicamente bem-sucedidos e os bancos são os atores centrais do processo de criação das instituições (regras, crenças e normas) para atender aquilo que supostamente é legal. Ou seja, além de criar regras informais, há o estabelecimento das regras formais (leis deliberadas pelos próprios donos do poder).

As liberdades de ser, pensar, se expressar, discordar ou relativizar as escolhas do Estado brasileiro sempre foram negadas. De acordo com o pensamento de Faoro, o nosso institucionalismo histórico impôs o entendimento, até hoje determinante, de que a “liberdade de expressão e a de reunião são tidas como subversivas, o que nega, na busca de consenso, a igualdade de oportunidades às correntes dissidentes ou minoritárias” (Faoro, 2013, p. 121).

O Brasil dos anos 90, afirma Faoro, vem sendo conduzido de forma patrimonial por uma elite dissidente, porém conservadora, que desconhece a categoria fundamental que é o “Outro”. Por não entender a alteridade, falta-lhe o componente ético em sua conduta, pautada apenas pelo sonho de ter acesso, a qualquer custo, aos padrões de consumo do Primeiro Mundo e pela defesa egoística de seus privilégios. No Brasil, a construção da cidadania e a defesa da coisa pública passam, necessariamente, pela anulação desses grupos (Campante, 2003, p. 186).

Reconhecidamente, esse aspecto herdado, da hipernecessidade das elites de manterem o poder central, é um traço marcante das nossas instituições, o que gera inúmeras frustrações nas camadas de classes sociais sem privilégios. Essas pessoas sempre estarão à procura do seu lugar, mas são continuamente vedadas. Esse contexto possibilita que as instituições continuem sua ação sem perspectivas de mudanças nas suas regras e cultura, já que a ordem social vigente não se percebe como capaz de provocar rupturas (Faoro, 2013).

Se as perspectivas revolucionárias almejam o avanço de um poder minimamente popular, ao primeiro sinal, o Estado e/ou suas instituições mais poderosas não deixarão de lançar mão da força, legalmente estabelecida, para manter a ordem e os “bons costumes”

(Faoro, 2013); ou seja, ainda que um determinado governo<sup>8</sup> busque uma atuação progressista, o estamento entrará em ação, seja pelo militarismo, pelo conservadorismo religioso ou ainda pela reafirmação de normas e costumes historicamente impostos ao imaginário social.

A busca incessante por legitimidade, sempre pautada pela força da lei unilateralmente criada, entrelaça o nosso passado e o futuro. Essencialmente, é este estamento que pauta o funcionamento das instituições no Brasil, são regras tacitamente fixadas que contornam o pensamento e a ação social.

No alto, um governo absoluto, que não assume sua fisionomia, mascarado nas falsas instituições parlamentares. Na base, a ausência da sociedade civil, esmagada pelo escravismo e pela impossibilidade de se organizar. O sistema eleitoral, alterado muitas vezes, com o pretexto de buscar a autenticidade representativa, aristocratiza o eleitorado, desaparecendo a nação diante do privilégio (Faoro, 2013, p. 179).

É nítido que o Estado está sob os comandos de ordens patriarcais, viabilizadas pelo auxílio de atores de base que se reconhecem como parte desse contexto, e são esses atores que se encarregam pela manutenção do *status quo*. É inegável, ainda, que na história mais recente, o que se identifica são capitães, generais, grandes empresários/fazendeiros, que exercem o poder por meio do auxílio de atores sociais interessados em se beneficiar dos privilégios historicamente mantidos por seus líderes.

Faoro nos faz entender que existe uma concepção familista-patriarcal nas instituições, formados por um ambiente que compreende as distinções entre os domínios do privado e do público, mas que diante da centralidade do poder estatal, os interessados no domínio privado precisam se ocupar da dominação sobre o público. “O funcionário patrimonial faz da gestão pública assunto de seu interesse particular” (Faoro, 2013, p. 174) e de seus líderes, pois os funcionários intencionalmente indicados para atuarem na gestão de interesses do setor público atuam com foco no “puro assunto pessoal do senhor”.

Faoro, com seus escritos nos anos de 1980, e Holanda, em 1971, em suas últimas obras produzidas e publicadas já no final do século XX, entenderam que o patriarcado não fora superado no Brasil e continuava a contaminar e distorcer toda a estrutura política. E com isso, “as instituições sofrem de artificialismo, nascendo mais por enxerto do que nutridas pelo solo natural” (Faoro, 2013, p. 175).

É esse contexto que orienta a ação das nossas instituições até hoje, para Campante (2003). Ao analisar o pensamento de Raymundo Faoro, entende que foi diante desse tipo de instituições que a economia brasileira consolidou-se: não há participação da sociedade,

---

<sup>8</sup> O governo de João Goulart foi caracterizado por uma forte radicalização ideológica do país, sobretudo como resposta ao programa de Reformas de Base proposto em 1961, sendo que o projeto que mais gerou debates foi a reforma agrária. O que culminou definitivamente na tomada do poder pelo regime militar em 1964.

tampouco da iniciativa privada, mas baseia-se fortemente no estímulo e na tutela estatal. Para ele, Faoro deixou claro que: “tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará”. O Estado tem papel central como catalisador da dinâmica econômica, como foi reforçado por Oliveira (2015).

Uma característica marcante na trajetória brasileira é o fato dela responder, de forma rápida e positiva, às diversas inovações propostas pelo Estado nacional, como, por exemplo, no período pós-golpe militar de 1964. Neste período, entre 1968 e 1973, a economia cresceu na ordem de 11,18% ao ano. Aqui, é possível verificar que as mudanças fiscais implementadas pelo Estado (que podemos chamar de inovação no setor público) contribuíram positivamente para a expansão econômica. Já no período posterior, 1974-1979, a expansão econômica foi da ordem de, na média, 6,7% ao ano. Esta expansão também pode ser atribuída à política pública fortemente anticíclica implementada pelo Estado brasileiro (Oliveira, 2015, p.6).

Fica evidente que a dinâmica capitalista não é semelhante entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ao observar o movimento de expansão capitalista no Brasil, Oliveira (2015) concluiu que existe uma característica cíclica, e que estes ciclos, de expansão e retração, são diretamente influenciados pelas ações e políticas implementadas pelo Estado.

É este o aspecto central para reforçar a importância do estudo sobre variedades de capitalismo, pois as discussões e premissas sobre *VoC* contribuem para que a interpretação do capitalismo no Brasil seja entendido como muito específico, sobretudo por ser estadocêntrico. Além disso, é pela abordagem *VoC* que conseguimos afirmar que o Brasil tem uma tipologia econômica de mercado misto e com instituições parcialmente constituídas e em processo de mudança transformadora gradual, que também repercutem para a formação política e social do país (Hall; Soskice, 2001; Hancké, et al., 2008; Oliveira, 2015).

Outro ponto essencial dessa análise diz respeito ao fato de que o institucionalismo histórico brasileiro tem trajetória distinta. Campante (2003) aponta que essa trajetória é particular e não necessariamente tem que se repetir em outra época ou lugar. O que também deve ser entendido pelas nações de capitalismo industrial, pois não é possível homogeneizar esse mesmo modo capitalista onde os interesses particulares e o mercado autorregulado se aplicam em todos os espaços, tempos e territórios. O Brasil, por meio das suas instituições, torna-se um exemplo evidente dessa constatação.

Para Faoro (1987), o pensamento político brasileiro pautou-se por ideologias distorcidas diante da história de formação econômica do país. O comércio, o mercantilismo e a religião dos homens fez com que a política se valesse dessa conformação, onde os interesses sempre se mobilizam e ganham força a partir da ideia de que o Estado precisa garantir regras comportamentais conservadoras de forma transversal e continuada. Sendo assim, a política, o parlamento, as leis e o direito estão sempre a postos para reafirmar esses compromissos.

Foi por essa prerrogativa que Prado Júnior (1967) decifrou, na lógica das instituições brasileiras, a necessidade da classe dominante e de seus dirigentes do aparelhamento estatal, de atuar a serviço dos cafeicultores ou representantes dos interesses da lavoura cafeeira, onde se tentou privatizar o poder do Estado. A ação de governar quase nunca esteve interessada em consultar as necessidades coletivas, mas sim as do sistema de vida das elites do café e de seus mercados.

Por fim, cabe ressaltar que a economia brasileira, por meio do mercado cafeeiro, possibilitou, ainda que de maneira tímida, um certo grau de industrialização no Brasil. A este respeito os pensadores e intérpretes sobre a América Latina e o Brasil têm muito a contribuir para discutir os avanços, limitações e possibilidades para atuação do Estado brasileiro em busca da superação do subdesenvolvimento.

### 3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DOS (NEO)ESTRUTURALISTAS LATINO-AMERICANOS PARA ENTENDER E SUGERIR CAMINHOS PARA O COMPORTAMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO

Os estudos e intérpretes sobre a América Latina, sobretudo pela ótica cepalina, coadunam com as perspectivas que colocam no centro das discussões o papel do Estado, o domínio das nações desenvolvidas em relação aos países subdesenvolvidos e as conseqüentes desigualdades tecnológicas, mercadológicas e sociais da região.

Para Furtado (2009), o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual passou as economias que já alcançaram grau superior desenvolvimento. De acordo com essa teoria de Celso Furtado, complementada por contribuições de Bielschowsky (2000), o que torna um país desenvolvido do ponto de vista econômico, passa pela necessidade de investimentos das nações para se industrializarem integralmente; e com planejamento de expansão dessa industrialização de acordo com os interesses soberanos de cada nação. Para que isso ocorra em países como o Brasil, é preciso que o Estado seja o agente principal deste processo. Cardoso e Faletto (2000) ajudaram a interpretar como o Brasil se firmou como exemplo de país subdesenvolvido.

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que

essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários (Cardoso; Faletto, 2000, p. 507).

Portanto, no caso brasileiro, a sua condição de subdesenvolvimento veio a partir do seu processo de colonização, com forte cultura agroexportadora e tendo o mercado cafeeiro como a principal fonte de formação cultural, política e econômica ao longo de aproximadamente um século. A alta disponibilidade de recursos naturais, boas condições climáticas e outras vantagens comparativas (fortemente baseadas no espectro da visão ricardiana), com relação à mão de obra e incentivos estatais, foram estrategicamente utilizadas a favor dos interesses de grandes corporações e seus interesses transnacionais.

No curso da história de formação econômica do Brasil foi possível perceber o quanto a apropriação dessas vantagens foram utilizadas a partir dos interesses dos países desenvolvidos, interesses estes por bens primários e de baixíssimo valor agregado. De acordo com Cano (2018), Celso Furtado já evidenciava isso em suas análises realizadas na década de 60, onde a maximização dos lucros com as lavouras prevaleciam, seja com a produção de café ou de outros produtos agropecuários que estavam ganhando espaço. Nesse contexto, a atuação empresarial agrária no Brasil ganhou força desde a pujança do mercado cafeeiro e se mantém assim até hoje, sem contudo buscar ações coordenadas com foco na industrialização.

Sobre isso, Conceição Tavares (2020) refletiu que a superação dessa condição de país produtor e primário-exportador ficou ainda mais difícil nas últimas décadas já que progresso técnico e a inserção comercial dos países subdesenvolvidos estão sendo sujeitos a um ambiente altamente mutável, comandado pelas estratégias de multinacionais, desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, Conceição Tavares (2000) aponta que esta estratégia pode ser apoiada, recusada ou modificada pelos países subdesenvolvidos por meio de políticas públicas nacionais, conforme o exemplo do que ocorreu em países asiáticos. Infelizmente, no caso do Brasil, o que se viu até hoje foram situações, diante de momento de crises econômicas mundiais, de reafirmação do país como produtor e exportador de alimentos, o que serve para reforçar por aqui uma realidade mercantil-agrária e mercantil-financeira.

O Estado sempre foi chamado a intervir com o propósito de manter a segurança e o domínio das nossas classes proprietárias, ou tentar validar patrimonialmente o seu estoque de capital acumulado. Para isso foram aplicadas políticas macroeconômicas convencionais, qualquer que fosse a natureza da filosofia econômica (liberal, intervencionista, agrarista ou industrialista) das burocracias do poder. A rigor, a releitura das políticas econômicas dos últimos cem anos nos conduziria fatalmente a uma “macroeconomia da riqueza” e não a uma macroeconomia definida pela renda e pelo emprego. Assim, todas as tentativas reformistas visando à democratização da propriedade ou à ampliação dos direitos sociais encontraram sempre resistências ferozes e tenderam sistematicamente a extravasar os limites de tolerância do pacto

oligárquico de dominação interna, estabelecido pelo famoso “pacto de compromisso” das elites locais e regionais (Conceição Tavares, 2000, p. 214).

É urgente destacar a necessidade de reorientação do curso das ações institucionais, políticas, econômicas e sociais do Brasil. O mundo está enfrentando mudanças marcantes e em diferentes direções. Mais do que isso, com especificidades evidentes em termos de produção e de relações comerciais em mercados globais cada vez mais exigentes.

O Brasil e o mundo têm o desafio de combinar crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social. Tarefa nada fácil, sobretudo se o paradigma de mercado eurocêntrico continuar a dominar as relações de mercado e o imaginário de agentes públicos e governamentais por aqui.

Na América Latina, o sonho da superação do subdesenvolvimento não se dará por uma Revolução Industrial e nem por mudanças na matriz de investimentos do capital estrangeiro por conta das excelentes condições naturais da região. Definitivamente, o mercado não trará o modelo de progresso esperado e projetado pelo modelo anglo-saxão. Como poderia ser considerado se seguíssemos os postulados de Adam Smith, em 1776 ou de David Ricardo, em 1817.

Como defendido por Oliveira (2018), as discussões sobre desenvolvimento na América Latina sempre estiveram historicamente ligadas a uma visão que integrava simultaneamente análises sobre a perspectiva do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico. Mesmo as escolas estruturalistas latino-americanas, em sua fase histórica inicial, não conseguiram estabelecer limites entre crescimento e desenvolvimento.

Em contrapartida, no contexto eurocêntrico, surgiu uma abordagem teórica bem aceita para discutir e entender o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, podemos considerar que as ideias de Joseph Schumpeter, no início do século XX, abriram caminhos para a atualização do pensamento estratégico dos negócios e sobre o papel do mercado para o desenvolvimento dos países economicamente beneficiados pela lógica liberal de mercado. Surgia a definição de “eficiência schumpeteriana”, que prescreveu um padrão de especialização baseado na exportação de produtos para os quais se identifica um elevado grau de oportunidade por meio de um pleno controle dos processos e técnicas produtivas.

É preciso associar a disposição dos agentes econômicos privados de investirem recursos na exploração de oportunidades tecnológicas, o retorno econômico esperado com a inovação e a sua capacidade de apropriar-se deles. Quanto mais favoráveis forem as expectativas de “lucros monopólicos” associados à inovação, menores serão as chances de que estas sejam facilmente imitadas por terceiros, mais

elevado será o grau de apropriabilidade privada dos retornos econômicos a elas associadas e maior será o estímulo à inovação (Martins, 2003, p. 295).

Ou seja, para o pensamento de Schumpeter, a partir da realidade de países desenvolvidos, o caminho para o desenvolvimento reside na inovação e no controle da técnica produtiva industrial das firmas (empresas privadas).

No contexto e a partir de crises econômicas, como a de 1929 e outra mais recente, o capitalismo industrial, especialmente a partir de interesses norte-americanos, fez emergir o neoliberalismo com um novo paradigma dominante. Um dos marcos foi o estabelecimento do Consenso de Washington, onde foram propostas dez medidas econômicas. Segundo Williamson (2004), a medida de privatizações foi a mais aceita.

Mas, ao recentralizarmos o foco de nossa análise para o contexto da América Latina, é preciso reforçar que mesmo diante de períodos recentes de instabilidade mundial e de perda de força, o Estado ainda é central para a superação de problemas específicos e heterogêneos da região, como defendem Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Prebisch, em 1950, demonstrou a inconsistência da formulação ortodoxa, atacando um dos preceitos fundamentais da economia clássica, a “lei das vantagens comparativas”, de David Ricardo, a qual buscava dar sustentação teórica à argumentação em favor da liberalização comercial. Na verdade, as formulações do autor davam conta de que

[...] quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico (Prebisch, 2000, p. 73).

Essa formulação, segundo Prebisch, desconsiderava o fenômeno da “deterioração dos termos de intercâmbio” que alicerçava as relações desiguais entre países centrais e periféricos, desigualdade essa proveniente da natureza dos bens que compunham a pauta de importações e exportações (Bielschowsky, 2008).

Parte da importância dada por Schumpeter para a Inovação foi observada na América Latina, mas com uma diferença marcante: não foi o empresário-empREENDEDOR quem direcionou as inovações para a sociedade. Para a região, o Estado importa e faz toda a diferença nesse sentido.

No caso da América Latina, a ação governamental passou a ser importante não apenas na criação das condições institucionais, mas também no financiamento e na ação empreendedora (Estado-inovador). Essas formulações schumpeterianas contribuíram para a

criação dos bancos de fomento do desenvolvimento em diversos países como o BNDES, no caso do Brasil (Pivoto et al., 2016).

É importante reconhecer a essência do capitalismo periférico latino-americano. Seus centros dinâmicos não possuem a mesma lógica e nem os mesmos mecanismos de incentivo. Como visto anteriormente, o capitalismo ocidental possui uma dinâmica “firmocêntrica”, onde a firma (empresa privada) é a grande responsável pelo elemento chave do processo de acumulação capitalista, ou seja, o “núcleo endógeno de dinamização tecnológica”. Por sua vez, no capitalismo periférico latino-americano, a ausência da firma privada foi suprida pela forte presença do Estado através da firma pública ou semipública, dentro de uma lógica essencialmente “estadocêntrica” (Oliveira;Ebling, 2015).

Sendo assim, cabe reforçar ainda que o Brasil é um exemplo de regime produtivo coordenado, nos quais os bancos do setor público cumprem o papel estratégico para promover a estabilidade macroeconômica, inclusive com a destinação de investimentos para inovação, para a geração de renda salarial, manutenção de empregos e políticas de redução das incertezas relativas a demanda futura (Santana, 2018).

O estadocentrismo consolidou-se na América Latina a partir de três aspectos da moderna política econômica: passou a ser a principal entidade financeira capaz de suprir e distribuir capital para empreendimentos industriais privados; assumiu a função de árbitro no processo de redistribuição de renda por meio da implementação de políticas sociais; e com isso, direcionou recursos financeiros necessários minimamente para se viabilizar o início de um processo de industrialização (Veliz, 1980).

Para Balestro (2012), o Brasil é um país da América Latina que configurou as suas instituições, a partir de 1988, para combinar esforços que viabilizaram a permanência constante de políticas sociais, como o Sistema Único de Saúde, o seguro-desemprego, a previdência pública e também a educação pública universal. Esse arranjo é importante e ainda não foi rompido por governos por mais que neoliberais que eles tenham tentado ser.

Essa experiência histórica dos países colonizados e subdesenvolvidos foi marcante, e as teorias e práticas de mercado eurocêntricas são insuficientes para refletir completamente o passado e o presente da parte subdesenvolvida do mundo, pois evidentemente e refletem o passado do mundo de modo parcial (Frank, 1961).

Para Gerschenkron (2015), quando desenvolver era essencialmente industrializar, países entraram na passagem para a industrialização por caminhos diferentes, sendo que alguns não o fizeram na América Latina, por exemplo, e destaca políticas de industrialização mais claras apenas na Argentina, México e no Brasil.

Mas aquilo que caracteriza a dinâmica de decisões do Estado brasileiro até hoje é o que Rezende (2006) chamou de dinâmica constante de renovação e frenagem. No curso da história, a autora aponta que ocorreram modernizações como substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, industrialização, urbanização, Proclamação da República, implementação do ensino superior, desenvolvimento da ciência, etc. Mas tudo isso passou por momentos de freios significativos e o objetivo, ainda que velado, é sempre o de reduzir a possibilidade de que novos grupos sociais e econômicos ganhem mais espaço e poder de decisão.

Nesse sentido, um dos freios mais impactantes para a nossa história foi em relação à industrialização. Para Prebisch (2000) e Furtado (1972), seria por meio da industrialização que o Brasil teria progresso técnico, aumento de produtividade e aumento dos níveis de renda das empresas e de seus trabalhadores. Mas, como é possível reconhecer, o Brasil ainda não avançou com as antigas ou com novas políticas públicas nacionais de industrialização.

Dois contrapontos significativos diante da tentativa de incentivar o desenvolvimento do Brasil, via a industrialização, foram decisivos. Primeiro, a classe dominante era/é formada por agroexportadores, antes de café, hoje de soja (indústrias multinacionais de insumos, fazendeiros, compradores internacionais e prestadores de serviços de apoio), que sempre pressionaram os governos para manter o progresso do mercado de produtos agrícola, mercado que coloca o Brasil com saldos econômicos positivos e; segundo, conforme já discutido, os países desenvolvidos nunca estiveram dispostos a facilitar progressos técnico e produtivo no Brasil.

Para Fajnzylber (2000), os países da América Latina compõem um grupo de países que fazem parte de um conjunto vazio, que muito importam tecnologias e produtos da indústria pesada (carros, telefones, computadores) das economias industriais, pois estes países têm uma caixa-preta que esconde os caminhos para o progresso técnico de outras nações.

A origem das sociedades latino-americanas, suas instituições e o contexto cultural contribuem para essa incapacidade de explorar, por completo, essa caixa-preta do progresso técnico, que é dominada pelos países industrialmente desenvolvidos. Para que isso ocorra de fato, o Estado precisaria possibilitar mudanças no comportamento das elites e romper com o domínio dos espaços de poder por grupos historicamente mobilizadores de interesses exclusivos (Fajnzylber, 2000).

Um ponto que não pode gerar confusão é em relação aos investimentos necessários para viabilizar o progresso técnico de países subdesenvolvidos, em relação à forte dependência de recursos financeiros internacionais, essa dinâmica de investimentos, sugere Fajnzylber (2000), não é recomendada para evitar que ocorra apenas uma extensão ou

ampliação padrão do que já foi aplicado pelos países de economia industrial. O que, em última instância, só aumentaria a nossa dependência e dívida com os países ricos.

O que, em tese, já ocorre para países como o Brasil. Na história recente podemos identificar o seguinte contexto apontado por Cano (2018): a dívida externa bruta mais que dobrou, atingindo US\$ 556 bilhões em dezembro de 2014, quando nosso passivo externo líquido atingiu US\$ 786 bilhões; e as enormes importações de bens de consumo (US\$ 103 bilhões), entre 2011 e 2014. E de acordo com Ishihara e Canei (2017), com base em dados da CEPAL, em 2015, foi possível identificar que os gastos com amortizações da dívida pública consumiram, em média, cerca de 34,3% do PIB dos países latino-americanos.

Para Cano (2018), esse cenário se deu pela retomada de uma onda conservadora<sup>9</sup>, com forte pressão do mercado financeiro internacional para o Brasil, depois de significativos avanços em termos de investimentos em educação, cultura e políticas sociais, inclusive com a saída do país do mapa mundial da fome, por exemplo. Diante dos números e da instabilidade econômica do período, oligarquias conservadoras conseguiram retomar significativo poder na gestão e direcionamento das ações da agenda pública.

Este fenômeno, em larga medida, reforçou mais uma vez o fracasso das instituições brasileiras em manter uma trajetória de ascensão nos seus projetos com cunho desenvolvimentista. Para Cardoso e Müller (2008), o modelo de expansão da economia brasileira, do ponto de vista de avaliação da efetividade do Estado perante a sociedade, gera grandes tensões internas, sobretudo porque não gera melhores condições de vida para os trabalhadores, como habitação, saúde, educação e redução de assimetria de informação. Isso ocorre pois a centralização da gestão do capital financeiro passa pelo nível federal da gestão do Estado e pouco se articula com as reais necessidades a nível local.

No contexto atual, do que pode ser considerado como neoestruturalismo, boas análises e formulações sobre as características econômicas e institucionais de países como o Brasil, devem levar em consideração relações estruturalmente estabelecidas ao longo da dinâmica da realidade interna do país, ou seja, já temos elementos suficientes para caracterizar a variedade de capitalismo local. Por exemplo, Conceição Tavares (2000b) e Cardoso e Müller (2008) já reforçaram em seus textos diferenças marcantes da economia brasileira em relação à outras nações, o que ajuda a reforçar as premissas da presente tese. As fases, modelos ou etapas que

---

<sup>9</sup> A este respeito das manifestações populares iniciadas em 2013, recomenda-se a leitura de: SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 20, 2016. “Indica-se que tais manifestações e o caráter altamente reacionário delas são resultantes de um movimento político-ideológico de cooptação das classes médias empreendido pela oposição à direita do governo da presidenta Dilma Rousseff desde 2013”.

países, hoje considerados desenvolvidos passaram, foram totalmente diferentes do que ocorreu no institucionalismo histórico brasileiro.

Para Cardoso e Falleto (2000), a racionalidade das nações desenvolvidas estabeleceu-se pela lógica da livre ação e coordenação do mercado, onde as métricas sobre lucro e ganhos de capital do setor privado impuseram normas aceitas pelas sociedades, o que não se reflete em nenhum momento na economia brasileira. Que, por sinal, surgiu bem antes do contexto pós-revolução industrial inglesa. Os portugueses empreenderam desde o século XV num modelo mercantilista de bens primários-exportáveis, o que contribuiu para o Brasil manter, estruturalmente, a sua forte vinculação econômica com o exterior até a atualidade.

E podemos indagar: quais motivos nos levam a manter essa variedade de capitalismo dependente das exportações de bens agrícolas primários? Para Conceição Tavares (2000b), a resposta está na inércia social interna e na relação sem maiores ameaças do mercado internacional. Para a autora, o Brasil nunca apresentou um movimento social revolucionário (apesar de ter consideráveis movimentos de esquerda e partidos de centro esquerda ganhando espaços de poder) a ponto de provocar rupturas nas instituições. E, com relação ao capitalismo no Brasil, ele se mantém ativo, com sua forte base de origem ibérica e sem maiores necessidade de mudança, pois o país nunca sofreu ameaça bélica externa a seu estado nacional.

### 3.3 O CENÁRIO ATUAL DO MERCADO CAFEEIRO

Antes de avançar nas abordagens e conceitos sobre o atual padrão de país agroexportador, vale tomar notas sobre o cenário atual do mercado cafeeiro, que nos últimos anos intensificou o uso de tecnologias produtivas e mantém um *status* importante na produção e exportação do grão.

No atual contexto do século XXI, o Brasil tem importante participação no mercado cafeeiro, mas nada que se compare ao seu auge, em termos de domínio de mercado, nos anos de 1930-1940, quando o país era responsável por produzir 80% de todo o café do mundo e atendia, em média, 50% do mercado internacional do grão.

O país iniciou o novo milênio ainda como o maior produtor e exportador mundial, representando cerca de 38% da produção global e com uma participação média de 24% nas exportações mundiais. Cabe ressaltar que o café deixou de ser o principal produto da pauta de exportações do país, pois o protagonismo agora é, principalmente, do complexo soja e dos complexos do açúcar e da carne de frango (Nakazone, 2004).

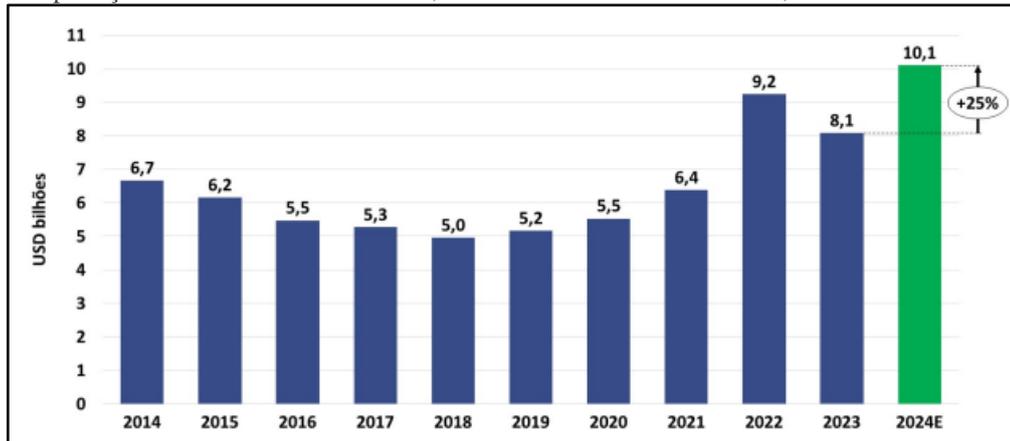
No curso do processo da especialização produtiva do café, outras nações passaram a se destacar, sobretudo pelos investimentos em tecnologias que priorizam a qualidade na produção de cafés especiais com alto valor agregado, diante da demanda dos países desenvolvidos. Nações como Vietnã, Colômbia, Indonésia e Etiópia são países reconhecidos pelos cafés mais valorizados pelo mundo e com mais premiações no quesito “qualidade”. O Brasil segue se especializando, mas a produção em maior escala ainda não possibilitou o atendimento de nichos mais específicos deste mercado (Sistema FAEB, 2023).

Recentemente, o Brasil voltou a crescer em termos de produção do café, e esse mercado é caracterizado por duas principais variedades, o arábica e o robusta; ambos têm bons índices de produtividade e se adaptam bem às condições edafoclimáticas das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O setor adaptou-se à bienalidade da produção, onde em um ano ocorre uma boa produção (ano de bienalidade positiva) e no ano seguinte há uma significativa queda na quantidade de grãos de café produzidos por planta (bienalidade negativa). Atualmente, a produção mais significativa de grãos de café é concentrada no estado de Minas Gerais.

Em 2023, por exemplo, a produção brasileira de café atingiu 55,1 milhões de sacas beneficiadas, um crescimento de 8,2% em relação ao ciclo de 2022. Desse total, o país exportou 34,9 milhões de sacas, ou seja, 63% da produção foi destinada ao mercado internacional. O país conta com 152 clientes internacionais, sendo os Estados Unidos e a Alemanha os principais destinos, com respectivas participações de 15,7% e 13,7%, em quantidade, seguidos por Itália, com 8,3%, Bélgica, com 5,9% e Japão, com 5,7% (Conab, 2023).

As exportações anuais de café do tipo “grão verde” mostraram uma elevação no ano de 2022 e com tendência de aumento para 2024 (Gráfico 6). Esse comportamento pode estar associado a um novo ciclo de aumento da quantidade média do produto brasileiro no mercado internacional. Com relação às exportações totais do agronegócio nacional, o valor arrecadado com as exportações do café representou cerca de 4,8% de tudo que foi exportado pelo setor em 2023.

Gráfico 6: Exportações anuais brasileiras de café, em bilhões de dólares correntes, entre 2014 e 2024



Fonte: Elaborado pelo Insper Agro Global com base nos dados do MAPA (2024). Nota: o dado para 2024 é uma projeção.

Na atualidade, conforme estudado por Lopes (2020), o Brasil assumiu certa diversificação dos seus produtos de base agropecuária, e com o incremento de alguns itens manufaturados que foram incluídos nesta pauta por conta de um pequeno período de industrialização. Essas discussões serão aprofundadas ainda neste capítulo, para compreender de forma mais detalhada essa diversificação.

Um dos clientes que mais chama a atenção é a Alemanha. O país compra o café de nações subdesenvolvidas e realiza todo o processamento dos grãos em seu próprio território. Muitas vezes, por falta de estratégia mercadológica adequada, o Brasil não aproveita todo o potencial com a diferenciação dos grãos de café produzidos no território nacional (Santos; Nantes, 2014). A indústria do café na Alemanha trabalha desde a seleção e limpeza dos grãos (que chegam ao país com uma média de 4% de impurezas), até a combinação de várias técnicas de processamento para atender as diversas opções e formas de disponibilizar o café às grandes redes varejistas de restaurantes multinacionais e também aos consumidores finais europeus.

O Brasil ainda é um grande exportador do café no padrão “grão verde”, ou seja, sem qualquer tipo de beneficiamento. O processamento de café solúvel (café de preparo instantâneo e mais intensivo em processamento industrial) vem ganhando espaço no país, ainda que pequeno, diante da possibilidade de expansão para este mercado no mundo. Cabe ressaltar que das sete indústrias processadoras desse café, apenas três são 100% nacionais, sendo uma de grande porte e duas de médio a pequeno porte (Quadro 4).

Quadro 4: Indústrias de Café Solúvel com atuação no Brasil

<b>Companhia</b>	<b>Ano Fundação</b>	<b>Capital</b>	<b>Observações</b>
Nescafé	1938 (Fundação) 1957 (No Brasil)	De origem Suíça, tem atuação no ramo de café solúvel no Brasil.	De onde originou a técnica para a produção do café solúvel, atendeu a demanda por praticidade das tropas norte-americanas na segunda grande guerra.
Cacique de Café Solúvel	1959	Era a maior indústria brasileira de café solúvel. Em 26 de março de 2024 a <i>Louis Dreyfus Company</i> (empresa francesa) adquiriu 100% das ações da Cacique.	Liderada por família de barões do café, donos de Sesmarias, destinadas em 1818, no município de Araras-SP.
Café Campinho	1962	Nacional - pequeno a médio porte.	Atuação regionalizada em Minas Gerais, município de Alfenas.
Cocam Cia. de Café Solúvel e Derivados	1970	Nacional - de grande porte.	Empresa de Capital Aberto e que atua com exportação para aproximadamente 35 países.
IGC - Café Iguazu	1971	Teve origem brasileira. Em 2014, ocorreu a aquisição de 100% das ações da empresa pela Marubeni Corporation (Japonesa). Tem uma unidade fabril na Romênia e uma no Vietnã.	Formada por um grupo de cafeicultores com atuação no Paraná, liderada pelas famílias Miyamoto (Japão), Höffig (Alemanha) e Ferreira de Castro (Portugal).
Real Café (Grupo Tristão)	1971	Nacional - de médio porte.	Liderada pela família Tristão, do Espírito Santos, tradicional no comércio e exportação de café desde 1930.
OFI <i>make it real</i>	2002 (No Brasil)	Companhia de Singapura, com atuação no Brasil, tem escritórios em São Paulo capital e Santos-SP.	Atua como exportadora de cafés brasileiros, têm propriedades rurais no estado da Bahia.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Percebe-se por este cenário que o processo de industrialização mais “pesado” para o beneficiamento do café no país é amplamente dominado por corporações multinacionais que atuam implementando unidades de produção no país ou por meio da aquisição das empresas que iniciaram suas operações como empresas nacionais.

Essas empresas multinacionais buscam operações em países que se destacam na produção de determinada matéria-prima justamente para facilitar o processo industrial e para

ficar próximas dos produtores. Com isso, é possível potencializar as propriedades, neste caso com mais frescor dos grãos de café, e por meio de operações de venda previamente estabelecidas (mercado futuro), essas indústrias planejam a aquisição da sua matéria-prima, agregam valor e exportam o produto acabado (café solúvel) para os mais diversos mercados do mundo.

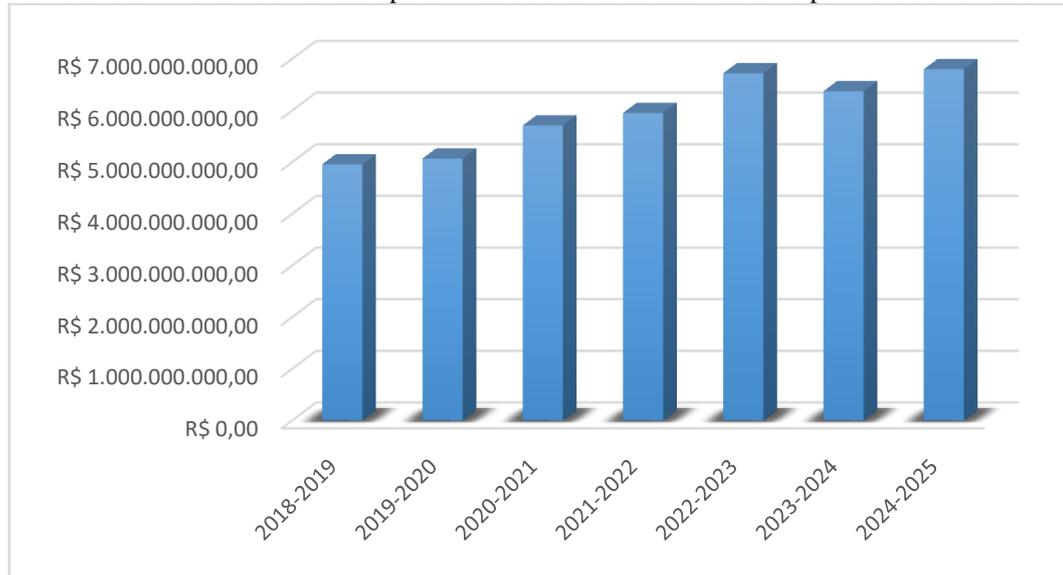
É uma combinação mercadológica que leva em consideração relações contratuais bem estabelecidas, sistemas internacionais de certificação da qualidade da produção desde o processo produtivo até a distribuição dos produtos acabados.

À primeira vista, parece a efetiva operação de livre mercado, à luz dos princípios neoliberais, mas não é bem assim. O Brasil continua a operar a garantia de acessos aos créditos de custeio e investimentos aos produtores de café, bem como a zelar pelas relações trabalhistas, que se estabelecem nas propriedades e agroindústrias gerenciadas por corporações internacionais; também recomenda e fiscaliza a adequada aplicação da legislação ambiental local, e além disso, tem a atuação de adidos agrícolas pelo mundo para negociar os produtos agropecuários brasileiros e romper com as barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias.

O principal instrumento de incentivo e proteção do mercado cafeeiro no Brasil atualmente é o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), que segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), “se destina ao desenvolvimento de pesquisas, linhas de crédito, ao incentivo à produtividade e produção, à qualificação da mão de obra, à publicidade e promoção dos cafés brasileiros” (Brasil, 2017).

Para apoiar a competitividade do setor, o Funcafé também destina linhas de crédito para financiamentos do custeio, estocagem e aquisição de café, e o capital de giro para cooperativas, indústrias de torrefação solúvel e exportadores.

Gráfico 7: Recursos Financeiros liberados para linhas de crédito ao setor cafeeiro por meio do Funcafé



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da CONAB (2023) e Consórcio do Café (2024).

O Funcafé tem significativa representatividade no cenário econômico nacional. Este fundo figura entre outros instrumentos constitucionais, como aqueles que foram criados para o amparo ao desenvolvimento de regiões, como é o caso do Fundo de Amparo ao Centro-Oeste (FCO). Ou seja, de forma exclusiva e direta, o próprio Conselho Monetário Nacional (CMN) publica resoluções definindo o orçamento liberado ao Funcafé anualmente. É um instrumento de financiamento independente e que não depende de tanta articulação/negociação como outras cadeias produtivas que sempre buscam mais recursos no Plano de Safra de cada ano.

A título de exemplo, é possível destacar que para a safra 2024/2025 foi confirmado o montante de R\$ 6,8 bilhões para o Funcafé (Gráfico 7). Desse total, R\$ 1,735 bilhões foram destinados ao financiamento do custeio, R\$ 2,49 bilhões para a comercialização e R\$ 1,615 bilhões para a linha de financiamento para aquisição de café. O crédito para capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e para cooperativa de produção foi definido em R\$ 1,015 bilhões. E, por último, o crédito para recuperação de cafezais danificados contará com a disponibilização de R\$ 30 milhões (Brasil, 2024).

Entretanto, existe uma lacuna que vem se ampliando atualmente e parte significativamente dos recursos liberados a este fim que não estão sendo efetivamente utilizados. De acordo com auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), 99,24% dos recursos do Funcafé foram destinados a financiamento no período de 2013 a 2021 e foram aplicados apenas 0,15% dos recursos em pesquisa e capacitação, e desde 2015 não há investimentos em promoção e propaganda do café brasileiro (TCU, 2024).

Entre 2015 e 2020, 36,3% dos recursos do Funcafé não foram utilizados pelos produtores rurais e suas cooperativas. De acordo com o TCU (2024), essa situação também onera o orçamento público, tendo em vista a previsão de remuneração pela taxa Selic, enquanto os recursos permanecem na Conta Única da União.

Outro elemento que merece atenção é com relação às questões trabalhistas no contexto atual da cadeia produtiva do café, onde também se caracteriza como central a necessidade de mediação da questão pelo Estado.

Pesquisas independentes e investigações jornalísticas têm desempenhado um papel relevante para a governança da qualidade de vida dos trabalhadores rurais que atuam em cafezais brasileiros. As empresas multinacionais, que supostamente adquirem apenas a produção de propriedades sustentáveis, não realizam uma fiscalização constante para validar continuamente o respeito ao meio ambiente e aos trabalhadores, o que gera situações como as identificadas pelo grupo Repórter Brasil (2021), que mapeou violações trabalhistas na cadeia produtiva do café brasileiro exportado à Europa que abastecem redes como Starbucks, Carrefour e Tesco. “Das cinco fazendas com irregularidades trabalhistas analisadas pela Repórter Brasil na publicação, três tiveram flagrantes de trabalho escravo entre 2018 e 2019.”

Diante de contextos como esse, a ação do Estado passa a ser requerida pela sociedade civil organizada, por sindicatos de trabalhadores, e antes que essas denúncias estampem a primeira capa dos portais de grande circulação, há um movimento do estamento burocrático para aplicar uma “solução”. De acordo com o site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2023 foi assinado um pacto para eliminar o uso de mão de obra análoga à escravidão na cafeicultura de Minas Gerais. Somente em fiscalizações em fazenda da cafeicultura de Minas Gerais, em 2022, foram encontrados 117 trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo (Brasil, 2023).

A participação do café no mercado internacional também está condicionada aos processos e melhoria da capacidade de rastreabilidade de produtos de origem vegetal que visam gerar dados e informações sobre todo o processo produtivo ao longo das cadeias produtivas que compõem os sistemas agroindustriais. Esse tipo de interação pressupõe também a necessidade de avanços em sistemas informacionais, redes de telecomunicações e conectividade no campo.

A próxima seção possibilitará o entendimento dos quadrantes da evolução da agropecuária no Brasil, que na prática constitui-se com o advento de ações nos moldes de uma modernização conservadora, que privilegiou a manutenção do *status* de um país de economia de base agroexportadora.

### 3.4 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E REFLEXOS DA HISTÓRIA DA ECONOMIA CAFEEIRA PARA O BRASIL

Para além desse contexto do mercado cafeeiro atualmente, é importante destacar que ao longo de um século de crescimento dessas cadeias produtivas, conforme visto no capítulo II, podemos retomar nesta seção o que se apresenta para a realidade do mercado agropecuário da atualidade. Com relação aos oito fatos que marcaram a trajetória histórica do mercado cafeeiro, é possível destacar reflexos que impactaram na conjuntura atual (Quadro 5).

Quadro 5: Mercado cafeeiro de 1850 a 1950 e seus reflexos para a atualidade do mercado agropecuário e das relações sociais no Brasil

<b>Resultados da trajetória histórica do mercado cafeeiro de 1850 a 1950</b>	<b>Reflexos para atualidade do mercado agropecuário</b>
Criação e sustentação oficial do primeiro banco público do país, o Banco do Brasil, que já nasceu concedendo empréstimos aos produtores de café.	Atualmente, todos os bancos públicos do Brasil operam linhas de crédito ao setor agropecuário (Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia). Na prática, o próprio Banco Central, em 1965, assumiu a responsabilidade de implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o que recomenda e direciona a atuação de todos os bancos (públicos, privados e cooperativas) no que se refere ao crédito rural.
Extinção da legalidade do trabalho escravo e Incentivos do Estado brasileiro para a vinda de mão de obra imigrante de países europeus.	De acordo com os resultados do Censo Agropecuário de 2017, entre os produtores que dirigem propriedades com até cinco hectares, a população preta ou parda é maioria, com 65% (IBGE, 2019). Isso revela, um traço marcante, de que a maioria dos pequenos estabelecimentos agropecuários são geridos por agricultores familiares pretos ou pardos, que foram mantendo (por resistência) pequenos terrenos ao longo da história ou que posteriormente receberam pequenas unidades de terras em assentamentos de projetos de reforma agrária.
Destinação de propriedade de grandes extensões de terras para colonos europeus para a produção prioritariamente de café.	Um dado importante, obtido pelo último censo agropecuário de 2017, apontou que 72,2% dos proprietários de terras são da raça declarada como branca para estabelecimentos com mais de 500 hectares no Brasil (IBGE, 2019). O que revela a perpetuação da propriedade de grandes unidades de terras no Brasil para os colonos europeus e seus sucessores familiares.
Início da oferta do trabalho rural assalariado nas lavouras de café.	Os trabalhadores rurais assalariados na agricultura atuam com baixo nível salarial, trata-se de pessoas com baixa ou nenhuma qualificação. De acordo com a FGV (2024), na agricultura, em geral, o salário médio de trabalhadores rurais foi de R\$ 1.764,22 em 2023. No meio rural, especialmente na cafeeicultura, ainda há registros de denúncias de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Contratação de empréstimos e ampliação da dívida externa para investir na construção de ferrovias e portos que auxiliaram para o escoamento dos grãos de café.	A Dívida Pública Federal (DPF) fechou o mês de junho de 2024 em R\$7,067 trilhões (Tesouro Nacional, 2024). O Estado mantém a estratégia e rotina de obtenção de recursos financeiros de fundos do exterior.
Obtenção consecutiva e crescente de saldos positivos da balança comercial, por conta da grande contribuição das exportação de café.	A balança comercial brasileira teve saldo positivo acumulado de US\$ 98,84 bilhões em 2023. Sendo que 49% das exportações brasileiras são de produtos agropecuários. Principalmente de grãos de soja.
Criação de instrumentos legais a serem executados pelo Estado para a proteção, estabilização e incentivo do mercado cafeeiro (Convênio de Taubaté).	Atualmente existe o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). E a Lei Kandir, de 1996, é apenas mais uma entre outros exemplos de incentivos que isenta a cobrança de ICMS para produtos primários destinados às exportações.
Aplicação de uma política de garantia de preços, por meio da definição do preço mínimo pago ao produtor pela saca de café	Foi criada a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM em 1966. Decreto-Lei nº 79.  “Art. 5º - Os preços mínimos básicos serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados, interno e externo, e os custos de produção, com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA”.

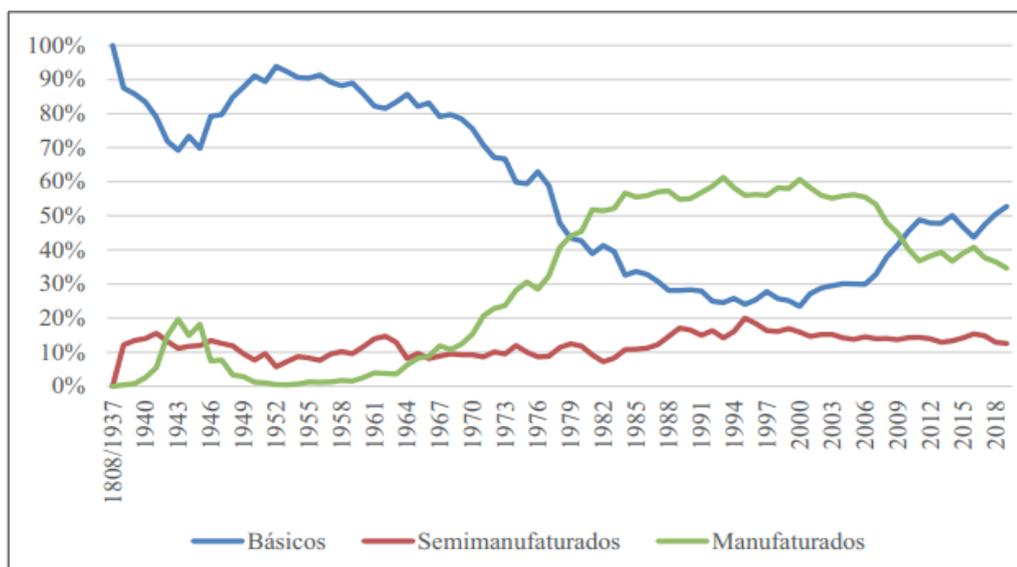
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conforme explorado e detalhado no capítulo II, o advento e ascensão do mercado cafeeiro marcou uma era de grandes transformações no Brasil, e essas mudanças viabilizaram a formação de uma cultura agroempresarial com foco nas exportações, marcada pelo crescimento econômico jamais visto na trajetória histórica da nação. Esse momento foi determinante para a consolidação da estratégia agroexportadora do país. Cabe reforçar que sempre houve tensões e dificuldades ao longo de todo processo de consolidação do mercado cafeeiro, mas as experiências de um século com este mercado geraram aprendizados e evidenciaram a necessidade de diversificação da pauta dos produtos exportáveis.

Após os avanços do mercado cafeeiro e por influências mercadológicas que marcaram a ascensão econômica de outros países, o Brasil também experimentou uma caminhada em direção à industrialização, especialmente entre os anos 1960 e início dos anos 2000 (Gráfico 7).

Mas o que está evidenciado para o século XXI é que o país voltou a depender, prioritariamente, da produção e exportação de bens primários, assim como observou-se ao longo de mais de um século com o mercado cafeeiro sendo o protagonista da pauta dessas exportações.

Gráfico 8: Perfil dos tipos de produtos nas exportações brasileiras de 1808 a 2018



Fonte: Lopes (2020), com dados do Ministério da Economia.

Menezes de Medeiros (2022) interpretou que este foi um processo de reprimarização da economia brasileira e de maquilização, no caso da economia mexicana, que gerou a volta da dependência desses países à alta volatilidade de preços definidos no mercado financeiro internacional.

De acordo com Lopes (2020), o Brasil passou 172 anos (de 1808 a 1979) com a predominância absoluta de bens primários como os principais itens de sua pauta exportadora. Posteriormente, como resultado do processo que se iniciou em 1930, o país passou por um curto período, de apenas 31 anos (de 1979 a 2009), com os produtos manufaturados sendo os principais itens das exportações. E, por fim, como efeito da reprimarização que iniciou em 1995, o país voltou a exportar, desde 2009, predominantemente os bens primários.

Sendo assim, não ocorreram mudanças significativas na matriz e no centro da dinâmica econômica do Brasil; o país da primeira metade do século XX e desse primeiro ¼ do século XXI manteve-se agroexportador, com base numa modernização conservadora que privilegiou uma revolução verde para o setor agropecuário.

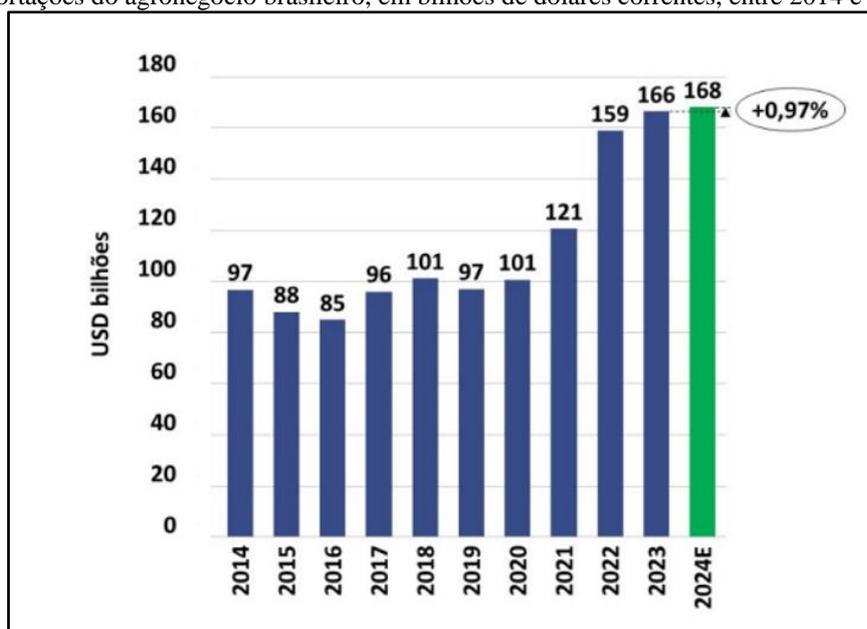
Por volta de 1970, iniciaram-se no Brasil os avanços tecnológicos com ênfase na consolidação e modernização da produção agrícola, diante do declínio e aumento da competitividade do setor, por fatores relacionados à especialização produtiva de outras nações, por conta do declínio do mercado cafeeiro e, principalmente, por conta do aumento populacional e consequente aumento da demanda pelo abastecimento alimentar mundial.

A visão empresarial sobre a produção agropecuária ganhou força com o advento da noção de agronegócio proveniente dos Estados Unidos, quando Davis e Goldberg (1957)

definiram que o agronegócio é formado por um significativo sistema agroindustrial que compõe a soma das operações, desde a produção de insumos, passando pela produção agropecuária propriamente dita, pelas agroindústrias para a transformação das matérias-primas e estruturas de distribuição (de atacado e varejo), até os consumidores finais.

Portanto, vale evidenciar que o agronegócio brasileiro representa uma parcela importante nos rendimentos com exportações no Brasil com trajetória ascendente, e chegou a exportar 166 bilhões de dólares em 2023 (Gráfico 8). Toda essa pujança do agronegócio no mercado internacional e no mercado interno faz com que o setor represente, em média, 25% do PIB nacional.

Gráfico 9: Exportações do agronegócio brasileiro, em bilhões de dólares correntes, entre 2014 e 2024

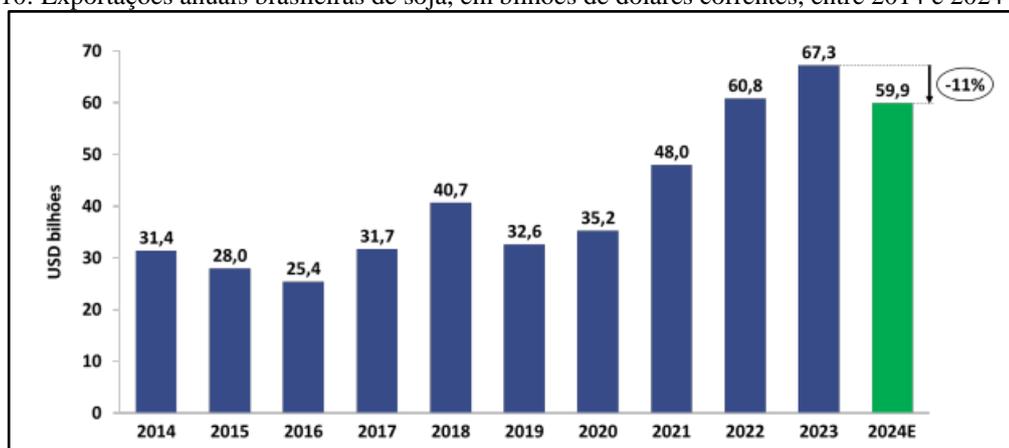


**Fonte:** Adaptado de Insper Agro Global com base nos dados do MAPA (2024). Nota: o dado para 2024 é uma projeção.

O complexo soja é o grande destaque, e somente esse setor representou 40,5% dos rendimentos financeiros obtidos com as exportações do agronegócio brasileiro, com o montante de 67,3 bilhões de dólares no ano de 2023 (Gráfico 9).

A grande relevância e capacidade de participação econômica da soja no Brasil se dá por seu avanço em termos de aumento de áreas plantadas, principalmente na região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e também na região de integração geográfica entre quatro estados, conhecida como MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Gráfico 10: Exportações anuais brasileiras de soja, em bilhões de dólares correntes, entre 2014 e 2024



**Fonte:** Elaborado pelo Insper Agro Global com base nos dados do MAPA (2024). Nota: o dado para 2024 é uma projeção.

De acordo com Faccin e Castillo (2019), a expansão da produção de soja, especialmente no Cerrado, está associada a um conjunto de fatores técnicos e políticos que envolveram mudanças em instrumentos legais e também por conta das inovações biotecnológicas. Além disso, o Estado atua no complexo soja como um facilitador e articulador dos agentes privados em função da grande demanda externa por essas commodities.

No marco de incentivos para o avanço das exportações da soja, credita-se à lei Kandir, de 1996, um dos principais mecanismos propulsores da atividade, já que se trata de uma lei que isenta o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às exportações de produtos primários.

Para Santos et al. (2014), a lei gerou uma queda das exportações de produtos de maior valor agregado, como óleo e farelo da soja, e a ampliação significativa das exportações de soja *in natura*. Santos e Marta (2014) por sua vez, indicam que a lei contribuiu para reafirmar a perpetuação de um modelo primário agrícola exportador e para a desaceleração da industrialização na economia dos estados, sobretudo em Mato Grosso, o maior produtor do grão no país.

No Brasil, para Buainain (2014), discussões sobre como resolver a questão do abastecimento alimentar no mundo ganharam força, e os países subdesenvolvidos voltaram aos holofotes mundiais como os provedores principais de parte das soluções para o problema. O Brasil, principalmente por sua grande extensão de terras agricultáveis e boas condições climáticas, passou a ser um “celeiro” para a produção de alimentos com foco em exportações (modelo já consolidado pela experiência com o mercado cafeeiro).

Chamava a atenção o fato que a distribuição de renda no Brasil havia se agravado sensivelmente, com o índice de Gini passando de 0,5365 em 1960, para 0,5828 em 1970. A pobreza atingia 68,3% da população. O analfabetismo, 33,7% da população com mais de 15 anos. Na ocasião, a população urbana já representava 56% do total (Buainain, 2014, p. 90).

Nesse contexto, o Estado brasileiro voltou suas estratégias para aproveitar essa demanda internacional para reforçar ainda mais a sua política agrícola. Iniciaram, então, os incentivos para a expansão da fronteira agrícola associadas ao uso de tecnologias para o aumento da produtividade; além disso, continuaram com os incentivos por meio das políticas de preços mínimos, crédito, pesquisa e extensão com ênfase nas grandes unidades produtivas, movimento que ficou caracterizado como uma modernização conservadora da agropecuária do país.

Somando a isso, a Revolução Verde baseou-se no uso de pacotes tecnológicos com o uso intensivo de mecanização e de insumos químicos por variedades de culturas vegetais que foram especialmente projetadas para as características de clima e solo do Brasil, e a criação da estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, deu suporte fundamental nesse processo. Posteriormente, a soja se expandiu do Sul do país para novas fronteiras agrícolas, sobretudo na região Centro-Oeste. Ao assumir esse papel, a produção de grãos de soja, inicialmente convencional e depois com sementes transgênicas, passou a liderar (em termos de produção e exportações) o nascente agronegócio brasileiro (Buainain, 2014).

Sem o apoio do Estado, os passos em direção à industrialização do país definitivamente acabaram, e as poucas iniciativas nascentes entraram em colapso, tanto para agroindústrias ou para outros setores.

Essas correlações de interesse de mercado do Estado e de suas instituições, fizeram com que na década de 1990 emergisse, com ainda mais força, o agronegócio brasileiro, que se responsabilizaria por atender parte significativa da demanda por alimentos, de origem vegetal e animal, que o mundo demandaria para o século XXI.

De acordo com Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2024), o Brasil ocupa lugar de destaque nas seguintes cadeias produtivas: **Soja** (maior produtor e exportador mundial, atende 58,2% da demanda mundial); **Café** (maior produtor e exportador mundial, atende 30,8% da demanda mundial); **Suco de Laranja** (maior produtor e exportador mundial, atende 75,8% da demanda mundial); **Açúcar** (maior produtor e exportador mundial, atende 48,2% da demanda mundial); **Carne de Frango** (segundo maior produtor e o maior exportador mundial, atende 35,5% da demanda mundial); **Carne Bovina** (segundo maior produtor e o maior exportador mundial, atende 24,6% da demanda mundial).

O Estado, mais uma vez, protagoniza-se nesse cenário com o seu papel de Estado-inovador, por meio do incentivo do crédito subsidiado dirigido a grupos selecionados, especialmente companhias já competitivas em segmentos de commodities agropecuárias. De acordo com Brisola (2014), o perfil agroexportador no Brasil é, de fato, uma política de Estado, e a sua principal atuação ocorre na financeirização do setor para fins de custeio, investimentos em máquinas e equipamentos e para as estratégias de comercialização da produção. Tal processo ocorre por meio de órgãos financeiros, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os preços de commodities em geral, depois do declínio acentuado desde a década de 1970, sofrem, a partir de 2003, uma reversão para cima, puxados predominantemente pelas importações chinesas. O Brasil tirou proveito disso, aumentando espetacularmente suas exportações, as quais cresceram a 4,6% ao ano de 1994 a 2003, e passaram a crescer a 10,2% de 2004 a 2013. No caso específico

do agronegócio (agropecuária mais agroindústria), suas exportações cresceram 270% de 2000 a 2010. Ajudou muito o fato de a produtividade da atividade agropecuária ter crescido 73% na década de 2000 a 2010 (Gasques et al. apud Buainain, 2014, p. 104).

O cenário econômico voltou a ser interessante e os saldos positivos da balança comercial voltaram a crescer, onde a participação dos produtos primários, sobretudo de produtos agrícolas e minerais, destacaram-se. Somado a isso, a estabilização do Plano Real também ajudou na geração da manutenção de empregos no país e na integração com o mercado internacional (Buainain, 2014).

Em 2009, o índice de Gini da desigualdade de renda caíra para 0,545 para o Brasil como um todo, e para 0,489 para o meio rural. A pobreza no País em geral havia caído para 15,3% e, especificamente para o meio rural, para 31,9%. Da redução de pobreza entre 2001 e 2011 (de 24,5% para 10,4%), pouco mais da metade deveu-se à expansão das transferências na área social. O índice de Gini da desigualdade na posse da terra, em 2006, estava um pouco maior do que estava 11 anos atrás: 0,872. Em 2009, dados da Pnad mostram que a agricultura ocupava 16,8% da força de trabalho nacional, o setor secundário (indústria mais construção), 22,7%, e o setor de serviços, 62,6%. Desde 1995, o salário mínimo real havia mais do que dobrado (Buainain, 2014, p. 104).

Buainain (2014, p. 110) associou “que a pobreza e a desigualdade da distribuição de renda, que ainda marcam fortemente a sociedade brasileira, são relacionadas ao processo extremamente concentrador de distribuição da posse da terra”. O autor, assim como apontado por Faoro (2001), reconhece que isso se originou das escolhas históricas do país que, desde as Sesmarias, distribuiu grandes extensões de terras para colonos vindos da Europa. Como não houve nenhum tipo de reforma, permanecerá como o principal traço do institucionalismo e do estamento burocrático brasileiro.

Fica evidenciado, portanto, que o Brasil está consolidado como um país dedicado às agroexportações e com forte dependência econômica dessas atividades. Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2023), só o agronegócio representou 49% dos 339,67 bilhões de dólares arrecadados com as exportações de 2023, onde o complexo soja representou quase 20% dos valores obtidos.

Por fim, cabe destacar que Brisola (2014) reconhece que diante dessa convergência de escolhas e interesses institucionais, se constitui no Brasil uma variedade de capitalismo que tem sua gênese nas instituições originadas das oligarquias rurais do século XIX, ou seja, do mercado cafeeiro, representados pelos barões do café. Oligarquias estas que sintetizaram uma significativa dependência do Estado, que deve monitorar e ao mesmo tempo direcionar o comportamento social e de mercado. Tal realidade sustentará a continuidade desse modelo no longo prazo.



### 3.5 INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO CONTEXTO INTERNACIONAL

No contexto internacional atual, têm surgido visões e interpretações que dão suporte à compreensão da visão institucionalista em perspectiva histórica, onde distintos autores, de diferentes partes do globo, estão em busca de respostas sobre questões políticas e macroeconômicas, globalização, entre outros, sobretudo com foco no subdesenvolvimento, na pobreza e no progresso técnico.

Chang (2004), em sua obra intitulada como “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, busca apresentar críticas contundentes sobre a visão da história do capitalismo a partir dos interesses dos países ricos. Para ele, cabe indagar até que ponto os países desenvolvidos não estão procurando esconder o “segredo de seu sucesso”; e além disso, o autor reforça que a história mostra que a base para o crescimento econômico desses países foi bastante diferente do que as instituições da atualidade tentam emplacar.

Nesse contexto, há evidências históricas que comprovam que países de capitalismo industrial cresceram economicamente por meio da proteção da indústria nascente e com oferta de subsídios às exportações, por exemplo. Ações que hoje são condenadas pelas instituições modernas atuantes nos países ricos (Chang, 2004).

O atual *establishment* não recomenda a implementação de políticas de desenvolvimento utilizadas no passado pelas nações ricas, e as suas instituições estão dedicadas a criar um padrão mundial de capitalismo, à luz de interesses anglo-saxões. Entretanto, para Chang (2004), essas pretensões globais não são suficientemente boas para gerar dinamismo e crescimento econômico para os países subdesenvolvidos.

É preciso permitir e recomendar que países subdesenvolvidos sejam encorajados a defender possíveis indústrias nascentes, por meio de incentivos fiscais e tributários e demais subsídios que se fizerem necessários. Bem como a estimular uma boa cultura e articulação para o fortalecimento de boas instituições, naturalmente estabelecidas para a realidade de cada país e não com a proposta de continuar replicando o capitalismo anglo-saxão (Chang, 2004).

A este aspecto, Reinert (2016) chama a atenção para o fato de que as nações ricas criaram modelos e passos praticamente inatingíveis diante das necessidades e características de nações colonizadas. Para ele, esses países tornaram-se ricos por outros meios, conforme apontado por Chang (2004), e agora querem ditar o Consenso de Washington como o caminho ideal a ser seguido.

Na prática, os Estados Unidos tornaram-se a maior potência econômica mundial por meio de uma estratégia de emulação, e o que ocorreu no século XIX foi uma imitação muito eficaz do que já havia sido feito de positivo pelo Reino Unido. Essa estratégia visou superar os precursores em determinadas ações, com foco no crescimento econômico, e ocorreu mediante acesso a uma “caixa de ferramentas” com todos os manuais bem detalhados das operações e dos erros e acertos do Reino Unido (Reinert, 2016); o que nunca aconteceu com os países da América Latina, por exemplo (Fajnzylber, 2000).

Reinert (2016) também critica de forma clara o arcabouço teórico que ainda tenta defender teorias econômicas neoliberais focadas nas justificativas das vantagens comparativas de cada nação. As vantagens ricardianas são, na verdade, uma forma de evitar o crescimento econômico de nações pobres, o que gera mais progresso técnico e concentração de riquezas para as nações que já são ricas.

Um exemplo de país que assumiu a responsabilidade de superar essa imposição foi a China. O crescimento do setor estatal na economia chinesa foi ampliado desde 2009 e criou-se uma espécie de modelo chinês de crescimento econômico<sup>10</sup>, e pelas análises institucionalistas históricas, pode-se confirmar que o capitalismo chinês está cada vez mais distante da realidade de um capitalismo anglo-saxão (Jabbour; Dantas, 2021).

Outra referência que ganha espaço para reforçar o papel das instituições no processo de desenvolvimento das nações são Acemoglu e Robinson (2012). Para estes autores, boas instituições são formadas em países com sistema político pluralista e efetivamente democrático, e demonstra-se como fundamental que novas lideranças ganhem espaço para propor modernizações que superem práticas arcaicas de crescimento econômico.

O caso brasileiro mostra como as instituições da sociedade civil e organizações partidárias associadas podem ser erguidas de baixo para cima, ainda que seja um processo demorado; e suas possibilidades de êxito sob diferentes circunstâncias não são ainda bem entendidas (Acemoglu; Robinson, 2012).

O papel do Estado nesse processo de modernização da dinâmica política e econômica é fundamental, especialmente para os processos de industrialização. O Estado é ainda mais central para nações como o Brasil, México, Coreia do Sul, Portugal e Espanha, Taiwan, Índia e Nigéria. Entretanto, esses países são por vezes impedidos, ainda que de forma velada, pelas instituições que dominam o mercado mundial, de se industrializar (Evans, 1985).

---

<sup>10</sup>A este respeito recomenda-se a leitura de JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, v. 30, p. 1029-1051, 2021.

Para Evans (1985), existe uma tentativa constante de generalizar a ideia de que a eficiência institucional depende da aplicação de instituições caracteristicamente de base de capitalismo anglo-saxão. Para o autor, essa é uma tentativa de criar uma “monocultura institucional”, o que é improvável de dar certo, pois é preciso levar em consideração o ambiente sociocultural doméstico de cada país.

Para Nayyar (2014), a divisão do mundo entre países industrializados (desenvolvidos) e subdesenvolvidos é relativamente recente, sendo um fenômeno bastante explorado pelas economias industriais que já entenderam que a grande questão do jogo geopolítico mundial reside sobre o fato de seus próprios interesses de manutenção das hegemonias capitalistas centralizadas no modelo anglo-saxão.

Para superar, é necessário o empoderamento das instituições em nações subdesenvolvidas com a construção de instituições fortes, que pressuponham a interação entre os setores privado e público com interação sinérgica de interesses, incentivos e plena capacitação tecnológica e científica de todos os atores envolvidos, sem perder de vista as especificidades de cada país (Nayyar, 2014). Vale reescrever essa concepção do autor da seguinte forma: “sem perder de vista a variedade de capitalismo de cada país”. Ainda, “em ritmo lento, mas constante, as divisões geográficas do mundo transformaram-se em divisões econômicas. Essas divisões converteram-se rapidamente num enorme abismo” (Nayyar, 2014, p. 60).

Cabe ressaltar o fenômeno da globalização. É fato que as relações comerciais e geopolíticas intensificaram-se entre as nações, mas para os países com instituições nacionais mais fortes, é onde se controlam com mais atenção os avanços dos interesses de países ricos, por exemplo. Para Weiss (2004), autoridades territorialmente centradas ainda são vitais para o bem-estar social e econômico de seus cidadãos.

A plena abertura econômica de um país subdesenvolvido ao liberalismo anglo-saxão pode não apenas reduzir drasticamente os espaços para as estratégias de proteção fiscal e social, mas também torna inviável uma série de políticas comerciais, financeiras e industriais de apoiar a criação da própria riqueza nacional (Weiss, 2004).

Para Block (2008), os governos adotaram políticas de desenvolvimento que apoiam pesquisas de ponta e trabalham para garantir que as inovações sejam transformadas em produtos comerciais pelas empresas em todo o mundo. A diferença é que nos Estados Unidos, por exemplo, o estado de desenvolvimento está oculto e sua existência não é reconhecida no debate político ou na mídia. Até porque, pela lógica neoliberal, isso seria inconsistente com os

fundamentalistas de mercado que defendem que as firmas sempre dão conta de responder de forma autônoma e espontânea ao mercado.

As decisões dos poderes legislativo e executivo, tomadas nos Estados Unidos entre 1980 e 1992, expandiram significativamente a capacidade dos EUA em acelerar o desenvolvimento tecnológico na economia empresarial (Block, 2008). Sobretudo para aumentar as taxas de alfabetização tecnológica da população, o que, por consequência, expande a capacidade de inovação de qualquer nação.

Já na Europa, as políticas de desenvolvimento do Estado geralmente funcionam em sinergia com o legado de políticas sociais democráticas e em alinhamento com o institucionalismo cristão que enfatiza a inclusão social, a parceria entre empresas e trabalhadores, e um compromisso com o compartilhamento de recompensas (Block, 2008).

Uma obra chama bastante atenção atualmente, o livro *Uma breve história da humanidade*, de Yuval Noah Harari (2015). Nele, o autor israelense aponta que a repercussão internacional do trabalho ajuda com a evolução do debate sobre a hegemonia capitalista dos países ricos, e ainda que existam ponderações a serem feitas, estão em destaque questões importantes como a concentração de capital pelo mercado financeiro global e as desigualdades que geram pobreza pelo mundo. Infelizmente, há uma visão otimista na interpretação de que a pobreza extrema e a fome são problemas em vias de soluções, o que definitivamente não é verdade.

Outro autor israelense de destaque é Oded Galor (2023), que busca contribuir com essas linhas de investigação a partir de uma teoria unificada de crescimento, apresentada no livro *“Jornada da humanidade”*. É possível que o título do livro de Galor seja similar ao de Harari para se apoiar no seu sucesso do seu antecessor. Para ele, as desigualdades de riqueza entre nações ocorrem por fatores geográficos, perfil das instituições locais, perfil cultural e político das populações e diante dos impactos da revolução agrícola.

A inflexão do momento versa sobre a redução das taxas de natalidade, avanços tecnológicos e o uso abusivo dos recursos naturais que estão dificultando os modos de sustentáveis. Para os países da Europa Ocidental e algumas de suas ramificações em colônias na América do Norte, foi possível aplicar uma trajetória histórica de ascensão do crescimento econômico desde o século XIX até hoje, entretanto o que se viu foram altos e baixos (mais baixos) na maioria das regiões da África e América Latina (Galor, 2023).

Para Galor (2023), a igualdade de gênero, o investimento em educação e o equilíbrio da diversidade com coesão social são as chaves não só para a prosperidade humana, como também para a sobrevivência a longo prazo.

Diante desse espectro de intérpretes no cenário internacional, é possível ampliar o lastro de possibilidades que superam discussões pouco alinhadas com as diversas realidades das nações pelo mundo. Esses autores contribuem para que as matrizes teóricas sobre a identificação de variedades de capitalismo, modelos econômicos, o papel do Estado e das instituições, sejam valorizadas como temas centrais, o que poderá ajudar na superação de dificuldades historicamente impostas por países de economia e interesses puramente neoliberais aos países subdesenvolvidos do globo.

### CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO III

A partir do estudo norteado pelos pressupostos do institucionalismo histórico, foi possível delimitar as características marcantes do processo de evolução das instituições brasileiras, e os resultados deste capítulo III ajudam a descortinar situações relacionadas às práticas políticas, econômicas e sociais no Brasil.

As origens do capitalismo no Brasil foram realmente baseadas na realidade de países da península ibérica, em um contexto que remonta ao século XV, onde o mercantilismo já demonstrava os seus primeiros traços para o que mais tarde seria apropriado/definido como capitalismo. Depois disso, durante os séculos XVIII e XIX, surgiram e evoluíram as práticas e ideologias de mercado do capitalismo anglo-saxão.

Portanto, devemos evidenciar que no Brasil havia um mercantilismo ibérico fortemente voltado à exploração e comércio de bens, sobretudo os bens primários. Com o advento e avanço do capitalismo anglo-saxão, o país, assim como outras partes do mundo, viu-se pressionado a correr atrás do tão sonhado e necessário desenvolvimento econômico.

Mas a história, ou melhor, o institucionalismo histórico, ajuda a mostrar que o caminho não é simples, tampouco facilitado pelas experiências exitosas de outras nações. Ou seja, as nossas origens, as nossas escolhas e as nossas instituições importam. Conforme bem definido por Oliveira *et al* (2020), há no Brasil uma variedade de capitalismo culturalmente influenciada pelos países da península ibérica. Soma-se a isso, o estruturalismo latino-americano, no Brasil, assim como em outros da América Latina observa-se a centralidade de poder do Estado em dinamizar sua economia, seja para possibilitar a sua ascensão ou para superar momentos de instabilidade dos mercados.

É isso o que Conceição Tavares (2000) e Cardoso (2008) chamam a atenção para a realidade da economia brasileira, pois o que se observa nesta e em outras nações latinas, é que nunca houve nada “catalogado” próximo a esta realidade. Tudo o que cada nação passa, ao

longo das suas próprias trajetórias históricas, deve ser considerado. E isso, em larga medida, ajuda a entender o perfil das instituições de cada país.

As instituições por aqui constituídas estão atreladas a um ordenamento jurídico que viabiliza o manutenção do *status quo* das elites políticas e econômicas: a igreja como vetor de fundamentação da moral e ética familiar; e os bancos como mediadores de recursos financeiros entre o Estado e os empreendedores políticos e os empresários nacionais e internacionais.

Para apoiar esse entendimento, foi importante encontrar nos escritos de outros autores, principalmente como Chang (2014) e Reinert (2016), o que já vinha sendo discutido e apontado pela visão do estruturalismo latino-americano a partir de Prebisch (2000), Furtado (2005), Fazyberg (2000), Cardoso e Faletto (2000), e Conceição Tavares (2000). Ou seja, é verdadeiro e necessário afirmar que o subdesenvolvimento é resultado de um processo de domínio da inovação, das técnicas e do mercado por parte das nações economicamente desenvolvidas.

Isso, somado às fragilidades historicamente constituídas, do ponto de vista educacional e cultural, coloca a massa da sociedade brasileira como relativamente incapaz de mobilizar-se contra tais paradigmas. Não há vocação e tampouco interesse da população do país em estruturar e aplicar ações de ruptura. Afinal, como bem pontuaram Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior, é este o grande resultado das raízes de um Brasil centralizado por donos que estão no poder da coroa até hoje determinando a formação do Brasil contemporâneo.

## CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

*(Ou seriam as iniciais?)*

A proposta deste último capítulo é a de sistematizar todas as discussões e resultados obtidos ao longo do processo de pesquisa. Para isso, foi importante delimitar o tema, o objeto de análise e definir recortes temporais para alcançar os resultados esperados para a obtenção de respostas coerentes a todo o conjunto de perguntas levantadas, e, principalmente, à pergunta central. Inevitavelmente, revelaram-se inúmeras questões e possibilidades para o redesenho da pesquisa, entretanto, diante das limitações de tempo para criar outras frentes de análise, foi importante exercitar o poder de foco e síntese em torno dos objetivos específicos da tese. As limitações, mapeadas e bem identificadas, também ajudam a construir a agenda de pesquisas para o futuro.

### 4.1 AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As premissas mobilizadas já no início das pesquisas confirmam-se de modo bastante contundente. O contexto político e toda a ambiência em torno do mercado cafeeiro no Brasil ao longo do período de 1850 a 1950, que gerou ao menos 8 elementos principais ao contexto econômico e político no Brasil (vide capítulo II), foi responsável por **reforçar, criar e implementar** um padrão institucional visto até hoje no Brasil.

Conforme já destacado na introdução desta tese, no Brasil, esse padrão revela-se como determinante para orientar as escolhas e caminhos do Estado e suas políticas públicas, da sociedade, das organizações e das interrelações entre esses diversos agentes.

No quesito “**reforçar**”, evidencia-se que a corte portuguesa foi a responsável por empreender em prol da segmentação e construção desse mercado promissor, e por isso, desbravou entre os continentes os esforços necessários para a produção, beneficiamento e exportação dos grãos. Portanto, o mercado cafeeiro tem em sua raiz histórica os interesses mercantis e extrativistas dos colonizadores portugueses, que reforçaram suas tradições utilizando o trabalho escravo dos negros já nascidos no território brasileiro, além da operação do transporte marítimo entre os continentes.

No que se refere ao fato de “**criar**”, o mercado cafeeiro estava sendo constituído num contexto de independência, onde lideranças, ainda que vinculadas à corte portuguesa, começaram a zelar por interesses nacionais de uma nascente independência da sociedade brasileira e de suas próprias instituições. Com isso, regras passaram a ser construídas e o

Estado nacional passou a se fazer presente. A proibição do tráfico de pessoas negras, já em 1850, e a lei do ventre livre de 1871, começaram a apresentar o papel do Estado enquanto agente articulador de mudanças para os sistemas produtivos, o que demandou a articulação de agentes dos setores produtivos para alinhar os seus interesses com os governantes e seus assessores.

Portanto, o ato de “**implementar**” e manter o mercado cafeeiro como central no Brasil, durante um século, foi viabilizado ou “autorizado” pelo Estado. As mudanças, as novas leis, os novos incentivos, todos foram direcionados pelos Governos de cada época, evidentemente com forte parceria com os Barões do Café. Se, com a abolição da escravatura em 1888, a mão de obra passou a ser um problema para os cafeicultores, e o Estado incentivou a vinda voluntária de imigrantes europeus para o país. Se não houvesse produtores suficientes no país, capazes de explorar grandes extensões de terras para o plantio e colheita do café, o Estado novamente recrutou produtores pelo mundo.

A manutenção do mercado cafeeiro dependeu também do Estado para melhorar a infraestrutura logística, para melhorar o escoamento das volumosas colheitas pelo país e para viabilizar a interiorização da produção para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Iniciaram-se os investimentos em ferrovias e portos marítimos, a operação dos bancos públicos, os empréstimos internacionais, e com isso, a dívida pública. Por fim, o início das operações de defesa dos mercados nacionais diante de crises econômicas internacionais, como a de 1929, onde o Estado brasileiro foi competente ao aplicar uma das melhores estratégias anticíclicas de mercado já vistas em todo o mundo.

Como bem apontou o cronista Humberto de Campos, em jornal impresso (versão digitalizada) de 10 de junho de 1964, “é na ‘sala do café’”, no Senado e na Câmara, que se formam os *’potins’* [fofocas], que se aplainam as dificuldades e políticas, que se resolvem as questões nacionais. A ‘sala do café’ delibera e o plenário confirma” (Jornal do Brasil, 1964, p. 22).

Ou seja, há muito mais do que um simples cafezinho sendo degustado nos espaços de decisão deste país. Os barões do café expressaram-se como donos do poder ao longo de décadas, e quando as evidências mercadológicas e de problemas com os mercados não eram suficientes para direcionar a ação do Estado em prol dos interesses dos cafeicultores, as tradições familiares e as crenças religiosas entravam em cena. O centralismo religioso importando do velho mundo também desempenha grande poder.

Sendo assim, foram estes os principais contornos traçados ao padrão institucional do Brasil pelo mercado cafeeiro, e que ainda prevalece. As lideranças desse grande setor

agroexportador que se consolidou como o principal setor econômico do país por meio do café, da soja, da cana-de-açúcar, do suco de laranja e das carnes de frango e bovina solicitam suporte e apoio do Estado-inovador antes, dentro e depois das porteiras de maneira constante e transversal.

Essa caracterização constituiu-se a partir da integração de uma origem mercantil observada no século XV, vinda da península Ibérica, especialmente de Portugal, onde o Estado sempre atuou de forma absoluta, o que gerou forte domínio central das decisões. A direção das ações, principalmente as econômicas, de política monetária, de investimentos, articulam-se com base na lógica de estamento burocrático.

O resultado dessa combinação determina que, em larga medida, o Brasil mantenha um padrão institucional fortemente influenciado por suas raízes históricas de formação. Cabe afirmar que ainda que os fenômenos dessa forte integração internacional de mercados e a globalização sejam relevantes para o contexto do século XXI, estes ainda não se evidenciaram como capazes de gerar rupturas significativas no comportamento das instituições e oligarquias nacionais que são altamente influentes.

Estruturalmente, o Brasil conta com uma economia baseada na integração com mercados e mediada pelo Estado. É bem verdade que se trata de uma economia ainda incapaz de romper com o domínio das técnicas de industrialização por parte de nações desenvolvidas e segue dominante o comércio de produtos primários de baixo valor agregado e a gestão de interesses políticos e sociais.

Surge, assim, o entendimento de que a sociedade brasileira é também um objeto de controle do Estado. À medida em que tensões sociais começam a aparecer, os mecanismos de paternalismo, historicamente gestados para este fim, agem para que seja mantida a soberania nacional por meio do pleno respeito às normas estabelecidas pela Constituição Federal e às crenças de moral e ética em relação ao trabalho, à família e à religião.

Cabe ressaltar, a partir do período histórico analisado e com base na atual conjuntura, o fato de que o Brasil não apresentou o pleno funcionamento de uma lógica liberal ou neoliberal de mercado. Prevalece uma economia mista de mercado, coordenada pelo Estado. Completa esse cenário as evidências de que o país é dependente de nações industrialmente desenvolvidas em dois sentidos, primeiro pelo fato desses países serem compradores de produtos primários por aqui produzidos e, segundo, por comercializarem para o Brasil uma diversificada pauta de bens manufaturados.

A partir dessa interpretação, o Brasil enquadra-se como um país subdesenvolvido, com forte concentração de renda e domínio dos meios de produção, alto custo com a dívida externa

e reduzida capacidade de diversificar a matriz de produtos e serviços intensivos em inovação para o mercado nacional e o internacional.

Ainda assim, cabe reforçar que o Brasil tem uma relevância econômica significativa, ao figurar em 2023, por exemplo, como a nona maior economia mundial. Vale reconhecer que as estratégias do Estado-inovador nacional têm os seus méritos em garantir saldos positivos da balança comercial e manutenção, em geral, do produto interno bruto em bons níveis ao longo das últimas décadas, sobretudo em comparação aos demais países da América Latina.

Logo, se o país não experimentou aplicar as práticas de “mão invisível do mercado” e do “consenso de Washington” e ainda assim se mantém como um economia emergente e relativamente estabilizada perante o mundo e o Fundo Monetário Internacional, é possível compreender que as estratégias no capitalismo anglo-saxão não foram capazes, no Brasil, de mudar o seu padrão institucional, constituindo-se no país uma variedade de capitalismo divergente das concepções de uma economia de mercado livre.

A tese deste estudo está centrada em reforçar que existe no Brasil uma variedade de capitalismo, originada do capitalismo do tipo ibérico<sup>11</sup>, onde o Estado-inovador convive com um padrão institucional que ajuda a resistir a plena inserção dos interesses e do modelo de desenvolvimento supostamente exitoso das economias industriais alinhadas aos pressupostos do capitalismo anglo-saxão.

A abordagem do institucionalismo histórico foi crucial para essa conclusão, e trazer a visão de intérpretes brasileiros para a centralidade das discussões evidencia o quanto é importante o amadurecimento e evolução das interpretações sobre a história econômica do Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso merecem ser revisitados, discutidos e integrados aos processos acadêmicos e políticas deste país de forma transversal e interdisciplinar, para que a economia nacional seja compreendida e bem articulada nos espaços de poder.

Com base nas interpretações destes e de outros autores, foi possível apresentar as principais características da formação econômica e institucional do Brasil, uma história complexa e marcada por decisões que implicam entender que parte dos problemas, como o

---

<sup>11</sup> A este respeito recomenda-se a leitura: OLIVEIRA, L. G.; MEDEIROS, P. V.; DAROIT, D.; MELO, S. W. C. *Determinants of Portuguese Iberian Capitalism. International Journal of Advanced Engineering Research and Science*, v. 7, p. 289, 2020.

desemprego, os baixos índices de qualificação, violência, conflitos e insegurança alimentar são também provenientes desse contexto histórico.

Além disso, foi importante investigar o papel do Estado brasileiro para a economia nacional e como ele foi importante para a integração de estratégias capazes de mobilizar avanços econômicos, onde o mercado cafeeiro concretizou, de uma de vez por todas, que seria o Estado o grande provedor das inovações, relações internacionais e mediador de conflitos internos e externos. Internamente, para a garantia mínima de direitos humanos e sociais, e externamente, para pacificar relações diplomáticas, comerciais e de soberania nacional com o mundo.

Por fim, os estudos para esta tese cumpriram com o objetivo de identificar quais as regras do padrão institucional brasileiro, estabelecidas no contexto do mercado do café do século XX, ainda geram impactos para a realidade das instituições brasileiras da atualidade, que notadamente são o estamento burocrático, o paternalismo e uma base econômica primário-exportadora que, em parte, dificultam a superação do subdesenvolvimento e dos grandes problemas sociais da nação e, por outro lado, continuam a possibilitar que a nação mantenha a sua própria variedade de capitalismo, ainda resistente ao capitalismo anglo-saxão. São estes os grandes e principais determinantes para o funcionamento das instituições brasileiras até hoje.

#### 4.2 SOBRE LIMITAÇÕES E CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS PARA ESTUDOS FUTUROS

Os aprendizados mobilizados nesta tese podem ser importantes para aprofundar discussões em torno dos grandes problemas locais, nacionais e globais. O aspecto histórico revela-se como essencial para a compreensão de que a sociedade moderna está inserida num contexto integrado pelas percepções de que o capitalismo orchestra as relações e trocas de bens entre pessoas, setores, territórios e países.

Recomenda-se uma visão weberiana e de seguidores dessa matriz teórica para a problematização e sistematização de estudos que analisem as relações econômicas, políticas e sociais da modernidade. É preciso reconhecer o poder e o impacto do espírito do capitalismo para a vida contemporânea.

Há a iminente necessidade de darmos espaço para o debate político e social que proponha uma solução criativa aos problemas do Brasil, notadamente a pressão e esgotamento

dos recursos naturais, a pobreza e a fome, os conflitos agrários e urbanos, a estrangeirização da propriedade da terra e a falta de educação sociopolítica da população.

A capacidade de provocar novas discussões e mudanças no curso das decisões do Estado passa pelo afincamento e dedicação da academia para incentivar que debates em torno dessas discussões estejam vivos e revitalizados de maneira propositiva e orientada a diálogos equilibrados entre propor mudanças estruturais capazes de ressignificar parte do padrão institucional brasileiro que essencialmente trava o desenvolvimento do país.

Há um desafio considerável no processo de reconstruir o passado a partir de um recorte temporal e de um foco para um determinado objeto. É evidente que se fossem considerados outros fatos marcantes da história do país, outras interpretações iriam contribuir para o entendimento do padrão institucional. De toda forma, essa limitação também convida para que pesquisadores de outras áreas dediquem-se a trazer visões complementares a estudo, do ponto de vista das ciências sociais, da filosofia, da antropologia etc.

Existiram também limitações relacionadas aos dados e suas séries históricas para analisar o período proposto para o estudo em relação ao mercado cafeeiro, como muitos dados dispersos e, com certeza, muita informação a ser explorada em bibliotecas físicas e digitais pelo mundo.

É imperioso destacar que o Brasil cresceu economicamente com base no extrativismo de recursos naturais, exploração da mão de obra e da produção agropecuária para fins de abastecimento do mercado interno e, sobretudo, do mercado internacional. Cabe indagar: chegamos ao limite desse modelo? Já não existem novas fronteiras agrícolas a serem exploradas e as mudanças climáticas têm impostos limites cada vez mais severos. Sendo assim, a opinião pública, o Estado e as suas políticas públicas precisam ser provocados a repensar e inovar com relação a produção agropecuária para que ela se torne de fato sustentável e para que haja maior diversificação da pauta exportadora para além dos produtos primários.

Por fim, recomenda-se a realização de pesquisas que continuem a desmistificar o pensamento ortodoxo até aqui dominante, um bom começo para que pesquisadores latino-americanos tornem-se referências básicas e fundamentais para a evolução de novos marcos teóricos, políticos e econômicos alinhados à realidade de um novo mundo.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why Nations Fail**. Nova York: Crown Business, 2012.

AMITRANO, Claudio Roberto. **Instituições e desenvolvimento: críticas e alternativas à abordagem de variedades de capitalismo**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)– Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp).

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; SOUZA, José Paulo; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Nova economia institucional: vertentes complementares. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 13, n. 1, p. 93-108, 2014.

BACC

ARO, Lucio; PONTUSSON, Jonas. Rethinking comparative political economy: the growth model perspective. **Politics&society**, v. 44, n. 2, p. 175-207, 2016.

BALESTRO, Moisés Villamil. Instituições do Estado desenvolvimentista na América Latina no contexto pósneoliberal: os casos do Brasil e Argentina em perspectiva comparada. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 6, n. 2, p. 82-101, 2012.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. . São Paulo: EDUSP. . Acesso em: 07 ago. 2024. , 2005

BENTO, Antônio. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.

BÉRTOLA, Luis. OCAMPO, José Antonio. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de Estado em Max Weber. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 79-104, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Sixty years of ECLAC: structuralism and neo-structuralism**. 2008.

BIELSCHOWSKY. R.CEPAL, N. U. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. 2000.

BIZBERG, Ilán. "Las variedades del capitalismo en América Latina." *México, El Colégio de México*. 2015.

BLOCK, Fred. Swimming against the current: The rise of a hidden developmental state in the United States. **Politics&society**, v. 36, n. 2, p. 169-206, 2008.

BOSCHI, Renato R. **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Café no Brasil e Ementário do Café**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Funcafé disponibiliza mais de R\$ 5 bilhões em recursos para a safra 2024/2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/funcafe-disponibiliza-mais-de-r-5-bilhoes-em-recursos-para-a-safra-2024-2025>. Acesso em 10 de ago de 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Governo Federal destina R\$ 6,8 bilhões para estimular o desenvolvimento da cafeicultura brasileira**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio Exterior. **Exportações do agronegócio fecham 2023 com US\$ 166,55 bilhões em vendas**. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2023-com-us-166-55-bilhoes-em-vendas>. Acesso em 10 de jun 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE e entidades do café assinam pacto para eliminar o uso de mão de obra análogo à escravidão na cafeicultura de Minas Gerais**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/mte-e-entidades-do-cafe-assinam-pacto-para-eliminar-o-uso-de-mao-de-obra-analogo-a-escravidao-na-cafeicultura-de-minas-gerais>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Fiscalizações de Agricultura e de Organização Agrária 2010-2023**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/64/25/1D/4D/DABB091030E47CF8F18818A8/Fiscalizacoes%20de%20Agricultura%20e%20de%20Organizacao%20Agraria%20-%202024.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

BRISOLA, Marlon Vinícius. Brasil e Argentina: variedade de capitalismo e um século de convergência em torno da agroexportação. **Revista de Historia Iberoamericana**, v. 7, n. 1, p. 10-34, 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014., 2014.

CAMPANTE, R. G.. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. Dados, v. 46, n. 1, p. 153–193, 2003.

CAMPOS, Humberto de. **O Brasil anedótico**. Edição do Departamento Nacional do Café, 1934.

CANO, Wilson. **Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras: 1850-1930**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 15, n. 2, p. 291-306, 1985.

CANO, Wilson. Principais contribuições de Celso Furtado sobre a história econômica do Brasil e o período recente. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, n. 17, p. 128-143, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2008.

CARDOSO, V. M.; COSTA, C. C.; UEDA, B. E.; GILIO, I. **INSPER. COMÉRCIO INTERNACIONAL** | Setembro 2024 workingpaper n.5/2024

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; DIAS, Fernando. **Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações**. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 1999.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de; BIELSCHOWSKY, Ricardo; BENJAMIN, Cesar. **Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 34, p. 527-543, 2014.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Panorama do Agro**. 2024. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

COLISTETE, R. P. Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 3, p. 331–354, jul. 2015.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Produção de café cresce 8,2% em 2023 e chega a 55,1 milhões de sacas**. 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5323-producao-de-cafe-cresce-8-2-em-2023-e-chega-a-55-1-milhoes-de-sacas>

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. 2000.

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. **Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes**. Celso Furtado e o Brasil, 2000b.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 27, p. 09-20, 2012.

DANTAS, Luiz Ascendino. **São João Marcos da região do Campo Alegre. Preeminência do plantio do café em 1730: resumo histórico**. Edição do Departamento Nacional do Café, 1934.

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard Business Schol Press, 1957.

DE PAIVA ABREU, Marcelo. **O Brasil Império e a economia mundial**. Texto para discussão, 2017.

DELFIN NETTO, A. **O Problema do café no Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), 50(2). 2020

DELFIN NETTO, Antônio. **O preço do café e expectativa dos importadores**. 1958.

DE SOUZA PINTO, Felipe Chirello; DINALLI, Aparecida; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. A Formação do Estado econômico no Brasil e sua instrumentalização jurídica. **Direitos Culturais, Santo Ângelo**, v. 11, n. 23, p. 53-66, jan./abr. 2016.

DIRLIK, A. *Global modernity? Modernity in an age of global capitalism*. **European Journal of Social Theory**. London: Sage Publications, 2003.

EVANS, Peter B.; Rueschemeyer, Dietrich et Skocpol, Theda. Bringing the state back in, Cambridge, **Cambridge University Press**, 1985.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini; CASTILLO, Ricardo. **A centralidade do complexo-soja na economia brasileira e a manutenção da produção agrícola extravertida: análise da soja em Mato Grosso do Sul**. *Geosul*, v. 34, n. 71, p. 111-129, 2019.

FAJNZYLBBER, Fernando. **Industrialização na América Latina: da caixa-preta ao "conjunto vazio"**. 2000.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?**. *Estudos avançados*, v. 1, p. 9-58, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª Ed. Editora Globo, 2001.

FAORO, Raymundo, 1925-2003. **A República inacabada** / Raymundo Faoro ; organização e prefácio Fábio Konder Comparato. – São Paulo : Globo, 2013. *Pensamento político: Formação: Ciência política* 1 a edição, 2013.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Mercado de Trabalho Agro**. São Paulo: FGV. Centro de Estudos do Agronegócio. 2024. Disponível em: <https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-10/Release%20-%20pesquisa%20estudo%20emprego%20no%20agroneg%C3%B3cio%20%282023.10.30%29.pdf>. Acesso em: 10 ago de 2024.

FRAGA, C. C. **Resenha Histórica do Café no Brasil**. Boletim da Divisão de Economia Rural. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo. 1963.

FRANÇA, Íris Ferreira; AZEVEDO BARBOSA, Maria de Lourdes. **Evolução das Relações de Consumo do Café e de Serviços de Cafeteria**. 2010.

FRANK, A. G. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 1972.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Editora Paz e Terra. 1974.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975**. Contraponto, 2008.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 2, 2009.

FUZZI, L. P., SILVA, C. L., REZENDE-FILHO, C. B., VIEIRA, E. T. **Do manto de Café do Vale Histórico ao convênio de Taubaté: reflexões e transformações do meio a partir da produção cafeeira**. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, Out., 2008.

GALOR, Oded **A jornada da humanidade : as origens da riqueza e da desigualdade**. Tradução Antenor Savoldi Jr. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2023.

GERSCHENKRON, A. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Ed. Contraponto, RJ/RJ, 2015.

GIBBON, D. Fitz. **A propaganda do Café**. Edição do Departamento Nacional do Café, 1934.

GIDDENS, Anthony. **La transformación de la intimidad**. Ediciones Cátedra, 1998.

HALL, Peter A. **An introduction to varieties of capitalism**. 2001.

HANCKÉ, Bob; KUREKOVA, Lucia. **Varieties of capitalism and economic governance in Central Europe**. Report for NewGov/STACEE, 2008.

HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. Tradução: Janaína Marcoantonio, v. 30, 2015.

HODGSON, Geoffrey M. Competence and contract in the theory of the firm. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 35, n. 2, p. 179-201, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed., Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do império à república**. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

HOPE, David; SOSKICE, David. Growth models, varieties of capitalism, and macroeconomics. **Politics & Society**, v. 44, n. 2, p. 209-226, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil Demográfico e Socioeconômico do Produtor**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/01\\_00\\_Texto.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/01_00_Texto.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024.

ISHIHARA, Henrique Kiyoshi; CANEI, Vanessa Micheli. O sistema dívida pública e a economia do endividamento. **NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 6, n. 12, p. 119-137, 2017.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, v. 30, p. 1029-1051, 2021.

JORNAL DO BRASIL. **Brasil para o seu Governo**. De 10 de Junho de 1964. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/030015/per030015\\_1964\\_00161.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/030015/per030015_1964_00161.pdf). Acesso em: 19 de jun de 2024.

LOPES, Luciana Suarez. Uma Economia Em Transição: Alocação De Riqueza Na Antiga Vila De São Sebastião Do Ribeirão Preto, Década De 1870. **ANPEC**. [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2006.

LOPES, Victor Tarifa. **A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração**. Carta Internacional, v. 15, n. 3, 2020.

LOVE, J.L. **A Construção do Terceiro Mundo. As teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. Ed. Paz e Terra. SP. 1998.

MADARIAGA, Aldo. Variedades de capitalismo y sus contribuciones al estudiodeldesarrolloen América Latina. **Política y gobierno**, v. 25, n. 2, p. 441-468, 2018.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Estados Unidos, segunda escravidão e a economia cafeeira do Império do Brasil**. Almanack, n. 5, p. 51-61, 2013.

MARTINS, M. Padrões de eficiência no comércio: definições e implicações normativas. In: DATHEIN, R., org. **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MENDES, José M. Amado. **Novas metodologias em história económica: a arqueologia industrial**. 1995.

MENESES, Avelino de Freitas de. Uma memória de Portugal. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, p. 385-397, 2002.

MENEZES DE MEDEIROS, Paulo Vinícius. **Capitalismo Ibérico e especialização produtiva: uma análise da reprimarização e da maquilização no Brasil e no México /** (Tese de Doutorado); orientador Luiz Guilherme de Oliveira. -- Brasília, 2022.

MENEZES, Albene Miriam F. **20 anos da SECEX, 200 anos de comércio exterior: a história da SECEX e o comércio exterior brasileiro após a abertura dos portos**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010.

MILL, John Stuart. **A few words on non-intervention**. Fraser's Magazine, v. 60, n. 360, p. 772, 1859.

MIZUBUTI, S. Sobre a formação da Mão-de-Obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira – 1890 – 1930. **GEOgraphia**. Ano III. n.5. jul./Dez. 2001.

NAKAZONE, Douglas; SAES, Maria Sylvia Macchione. O agronegócio café do Brasil no mercado internacional. **Revista FAE Business**, v. 9, p. 40-42, 2004.

NAYYAR, D. **A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do CES, v. 434, p. 1-29, 2016.

NOZOE, Nelson et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006

OLIVEIRA, L. G.; MEDEIROS, P. V.; DAROIT D.; MELO, S. W. C. DeterminantsofPortugueseIberianCapitalism. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)**. [Vol-7, Issue-2, Feb- 2020. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/determinants-of-portuguese-iberian-capitalism/>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

OLIVEIRA, LG de; EBLING, M. Estado, crescimento e tecnologia na América Latina. Uma reflexão sobre o capitalismo periférico latino americano. **América Latina na contemporaneidade: desafios, oportunidades e riscos**. Curitiba: CRV, p. 147-159, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme. **Developmentalism and the Latin American State: The'' Statecentric Logic**. 2018.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme. Expansão cíclica da economia brasileira, um resgate da abordagem de demanda derivada de Wallich. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2015.

PAIM, A. (organizador). **História Econômica do Brasil: Leitura Básica**. Centro de documentação do pensamento brasileiro (CDPB), p.505, 2011.

PELAEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café-1906-1945: Teoria, Política e Medição. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 4, p. 5-212, 1971.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINTO, A.. [2000 (1970)]. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina, em: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP.

PIVOTO, D.; CARUSO, C. O.; NIEDERLE, P. A. Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. In.: NIEDERLE, P. A & RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do Desenvolvimento**. SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

PRADO JR, Caio. Adendo à revolução brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, v. 14, 1967.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26ª Edição. 1980.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, R.”O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” em: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP. 2000

RANGEL, Inácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. 1957.

REINERT, Eriki S. **Emulação: como os países ricos ficaram ricos. In: Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2016

REPÓRTER BRASIL. **Cafés vendidos em supermercados da Europa estão ‘contaminados’ por violações trabalhistas**. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/cafes-vendidos-em-supermercados-da-europa-estao-contaminados-por-violacoes-trabalhistas/#:~:text=Das%20cinco%20fazendas%20com%20irregularidades,est%C3%A3o%20entre%20os%20casos%20mapeados>. Acesso em: 20 de jun. 2024.

REZENDE, Maria José. O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 1, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Ed. Guanabara, 1986.

RICARDO, David. **The first six chapters of the principles of political economy and taxation of David Ricardo**, 1817. Macmillan and Company, 1895.

RIESCO, Manuel et DRAIBE, Sonia (edit.) **Latin América: a new developmental welfare state in the making?**, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2009.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. Liberalização financeira e sistema bancário: possíveis paralelos entre Índia e Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 43-59, 2018.

SANTOS, Allan Silveira et al. **Reprimarização e desindustrialização: análise dos impactos da lei kandir e da parceria com a China no complexo soja**. ANAIS-ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E CONTABILIDADE, v. 1, n. 1, 2014.

SANTOS, Dannielle Almeida; MARTA, Jose Manuel Carvalho. A Lei Kandir e o desenvolvimento de Mato Grosso: análise do período 1990-2009. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 1, 2014.

SANTOS, Fabio Lyrio; NANTES, José Flávio Diniz. Coordenação no mercado do café brasileiro: o desserviço da classificação por defeitos. **Gestão&Produção**, v. 21, p. 586-599, 2014.

SCHNEIDER, B. R. **Hierarchical capitalism in Latin America: business, labor, and the challenges of equitable development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. **The theory of competitive price**. 1942.

SILVA, Gustavo Pereira da. O predomínio das casas estrangeiras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX. **Am. Lat. Hist. Econ, México**, v. 22, n. 3, p. 213-246, dic. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-22532015000300007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532015000300007&lng=es&nrm=iso)>. acesso em: 03 agosto 2024.

SILVA, Gustavo Pereira. O Barão e o Encilhamento: os investimentos de José de Lacerda Guimarães na economia cafeeira paulista (1885-1893). **Análise Econômica**, v. 37, n. 74, 2019.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**, SP/Alfa-Ômega, 1981, Partes I e II.

SISTEMA FAEB. **Os maiores produtores de café do mundo**. Disponível em: <https://sistemafaeb.org.br/conheca-os-maiores-produtores-de-cafe-do-mundo/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20maior,4%20milh%C3%B5es%20de%20caf%C3%A9%20robusta>. Acesso em 27 de ago. de 2024.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**: Volume One. 1776.

STREECK, Wolfgang. Taking capitalism seriously: towards an institutionalist approach to contemporary political economy. **Socio-Economic Review**, v. 9, n. 1, p. 137-167, 2011.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. **História do Café no Brasil**. Volume décimo quarto: no Brasil República 1927-1937 (Tomo II). 1941.

TOLEDO, S. **Vale do Paraíba: Pessoas, Instituições e Movimentos**; 1ª Edição, Campinas, Editora Alínea, 2008.

TORELLI, L. S. **A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia. Unicamp, SP, [s.n.], 2004.

VEBLÉN, Thorstein. “Why Is Economics Not an Evolutionary Science?” *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 12, no. 4, 1898, pp. 373–97. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882952>. Accessed 22 Aug. 2024.

VÉLIZ, C. **The Centralist Tradition of Latin America**. Ed. Princeton Legacy Library. 1980.

VIEIRA, Pedro Antonio. **A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650)**. VIEIRA, Pedro Antonio; DE LIMA VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, v. 380, p. 207-264, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel (1984) **The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations**. Cambridge: Cambridge University Press.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva**. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEISS, Linda (2004) *States in the Global Economy: bringing domestic institutions back in*, Cambridge, **Cambridge University Press**. Capítulos

WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. **Depois do Consenso de Washington**. São Paulo: Saraiva, 2004.